AGÁLIA

REVISTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 20

INVERNO 1989

DIRECÇOM:

Presidência da AGAL

CONSELHO DE REDACÇOM:

Ricardo Carvalho Calero
José Ramom Chantada Acosta
Pedro Fernández-Velho
António P. Gil Hernández
José António L. Taboada
Jenaro Marinhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo
Jurjo Torres Santomé

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.

3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego)*, ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a Revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s, a.
Corunha - Dep. Legal: C- 250 - 1985

CONSELHO ASSESSOR

GALIZA

José Agrelo Ermo
Isaac Alonso Estravis
Mário Alonso Nozeda
Maria Luísa Andrade
Maria das Dores Arribe Dopico
Carlos Campoi
Denis Conles
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçález Blasco
Marcial Gondar Portasany
Ernesto Guerra da Cal
Maria do Carmo Henríquez Salido
Aracéli Herrero
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
Pilar Palharês Garcia
Maria Sabela Pereira Barros
José Posada
Domingos Prieto
Maria das Dores Rei Teixeiro
Ramom Reimunde Norenha
Felisindo Rodríguez
Antom Santamarinha
Xavier Seoane
Joám Trilho Pêrez
Amália Vilhar Calvo
Xavier Vilhar Trilho

BRASIL

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Sílvio Elia
Reynaldo Valinho

MOÇAMBIQUE

Fátima Mendonça

PORTUGAL

Maria Luísa Baptista
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Nogueira Gil
José Luís Pires Laranjeira
Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS: Apartado dos Correios 560. 15080-Corunha (Galiza)
Apartado dos Correios 289. 15780-Santiago de Compostela (Galiza)
ASSINATURAS: Apartado dos Correios 453. 32080-Ourense (Galiza)

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Núm. 20

Inverno 1989

SUMÁRIO

PÁG.

ESTUDOS

Ensaios sobre narrativa galega de após-guerra, *por Ricardo Carvalho Calero* . 419

Quatro vilancicos mindonienses da terceira década do século XIX, *por José-Martinho Montero Santalha* 433

A inadequaçom do modelo de separaçom lingüística escolar em Euskádi para umha efectiva normalizaçom do euskara, *por Xabier Vilhar Trilho* 449

NOTAS

A Catástrofe, relato breve de Eça de Queiroz. Comentários *por A Brea Hernández, A. Gil Hernández e I. Rodríguez Aldrei* 459

Cultura e resistência (obedecer ou dissimular), *por Ronaldo Lima Lins* 478

ANTOLOGIA

Dous contos, *por Henrique Manuel Rabunhal Corgo* 487

Poemas, *por Manuel Afonso Costa* 492

Dois poemas, *por J. A. S. Lopito Feijoo* 494

Poemas, *por José Alberto Oliveira* 496

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

Reelegido o actual Conselho da Associaçom Galega da Língua 499

Apresentaçom da Revista Agália 500

Seminário de galego 500

Nova apresentaçom de *Fogo Cruzado.* Palavras de Uxio Novoneyra 501

Apresentaçom do número 18 de Agália 502

Seminário sobre métodos e procedimentos de análise textual 503

Clube reintegracionista do Salnês 505

Um contencioso surpresivo... (e 2?). Já há sentença (nom firme) 505

Outra sentença judicial em galego-português 512

Informar desinformando 514

As «cuestiúnculas» do escritor Ferrín 516

O reintegracionismo, mais umha vez afastado dos foros 518

Resposta da presidência da A.Ga.L. ao Ilmo. Sr. Director Geral de P.L. 520

Umha organizaçom política, culturalmente reintegracionista 522

Dos «obsexos» ortografistas 522

Sobre o moldávio, a sua oficialidade e a sua escrita 523

Canais de TV e direito a receber informaçom 524

IN MEMORIAM

Morreu Joaquim Lorenzo, «Xocas» 525

RECENSONS

A Origem certa do farol de Alexandria, de J. Guisám Seixas, *por Lídia Gutiérrez Marin* e *M.ª Manuela Rivera Cascudo* 527

Na busca da contextualizaçom esclarecedora do universo rosaliano, *por M.ª do Carmo Henríquez Salido* 532

Publicaçons recebidas e de interesse 536

CORREIO

A ortografia vigente, *por C. Martínez Areal* 538

ÍNDICE DO TOMO V, ANO 1989 540

CAPA: Júlio Gaioso

BROCHES ILUSTRATIVOS: «Meendinho»

DESENHOS: Juan Carlos (17 anos. Madrid)

ESTUDOS

Ensaios sobre narrativa galega de após-guerra

Ricardo CARVALHO CALERO
Universidade de Santiago de Compostela

1. O PONTO DE VISTA

Anita Loos escreveu romances nos quais o narrador é umha rapariga bem dotada de encantos físicos que administra mui economicamente, mas virgem de instruçom e de complicaçons espirituais ou intelectuais. William Faulkner ousou utilizar como narrador um idiota. No género da narrativa de forma autobiográfica ou em primeira pessoa abundam estes ensaios, alguns, como os citados, afortunadíssimos. Nom é este o único tipo de técnica possível para essa classe de relato. Assi como Shakespeare, ao pôr no palco Cleópatra e António, nom intenta fazê-los falar em grego ou latim —que eram sem dúvida os idiomas em que realmente se entendiam—, e fai agromar nas suas bocas palavras inglesas, assi hai muitos autores que traduzem o discurso pessoal dos seus narradores protagonistas ou testemunhas ao próprio discurso do autor. Em Shakespeare, Cleópatra nom só fala em inglês, mas tamém —afora alguns traços de decorativa erudiçom— discorre e organiza a sua fala conforme o código semântico anglo-isabelino do maneirismo eufuísta, e nom com sujeiçom ao helenístico ptolomeico em que a personagem histórica se criara. É umha convençom como a anterior, que quando se trata de figuras alongadas no tempo e no espaço procura facilitar-nos a comunicaçom com a pessoa do relato, e sempre aforra ao autor um esforço de caracterizaçom e reproduçom arqueológica e fotográfica que poucas vezes rende satisfatórios frutos. Sacrifica-se, pois, a fidelidade material —amiúde inatingível— a respeito da realidade suposta, para lograr umha maior agilidade e profundidade —com o manejo da umha linguagem perfeitamente dominada polo autor— na mensagem essencial que ao leitor se dirige.

Este segundo procedimiento permite ao escritor consagrar-se desembaraçadamente ao seu cometido poético, sem gastar energias numha pretensom paraliterária de psicolingüista ou sociolingüista ou historiógrafo ou taumatúrgico espiritista, ou como se queira qualificar o ofício de remedador do trabalho documental.

O primeiro dos procedimentos catalogados, com todo o seu lastro de rigor científico, que pom mui difícil o cometido do autor, pode, contodo, se exitoso, acrescentar um valor estilístico à estrutura da obra, valor que se incorpora à essência da mesma.

Assi que quando Blanco Amor fai falar o *Castizo* ou Neira Vilas o Balbino, nós, para emitir opinions sobre o bom ou mau sucesso do relato, temos que resolver previamente a questom relativa a se em *A Esmorga* e nas *Mamorias dun neno labrego* se aspirava a que os actantes se exprimissem realmente como um picapedreiro ourensano ou um cativo da aldeia de determinadas épocas, ou mais bem se tratava de oferecer um correlato artístico do discurso possível dessas figuras de ficçom como figuras da realidade.

É evidente que considerados todos e cada um dos aspectos formais do produzir-se locutivo do *Castizo* e do Balbino, com as opçons lingüísticas e estruturas funcionais lógicas e dialécticas que nessas novelas se oferecem, teríamos que concluir que a declaraçom do operário e a rememoraçom do rapaz nom poderiam produzir-se exactamente assi na realidade extraliterária. Os autores podem suster que nom o pretendêrom, com o que nom poderíamos exigir às vozes das suas personagens o rigor da mecânica gravaçom ou a imitaçom pseudodocumental.

É este o caso do narrador de *Os mortos de aquel verán?* Cremos que nom o é. Quer dizer, cremos que o propósito do autor da novela que acabamos de citar é fazer falar ao seu narrador, que é umha testemunha dos feitos que narra, como realmente faria um burocrata —funcionário judicial, ou policial, ou político—, em todo caso um rábula com experiência de papelista. E cremos que o aludido novelista, como Mistress Loos e como Mister Faulkner, fijo da condiçom expressiva do seu narrador, umha nota essencial do seu relato.

Como no caso dos dous escritores norteamericanos, essa condiçom, que supom umha evidente dificuldade técnica para o desenvolvimento da fábula por parte do autor, nom pode ser posta mais que como um elemento estruturante da mesma, e entom a execuçom está subordinada essencialmente ao mantimento dessa premissa. A fala de umha rapariga frívola, a de um diminuído mental e a de um plumífero anodino nom fornecem de nengum jeito substância poética em si a umha narraçom; todo o contrário. Nom som recursos retóricos de carácter positivo. Assi, a adopçom desse arriscado e incómodo ponto de vista só pode explicar-se como ensaio de renovaçom radical da textura expressiva da narraçom. Nesta deixa de ser o fundamental o acontecimento, e passa a sê-lo a técnica, o virtuosismo do discurso narrativo, que, polo difícil e descomunal, polo obstaculizante e incómodo para o escritos —enquanto o força a umha ficçom tam alheia aos seus próprios hábitos exprssivos, que o obriga a disfarçar-se com prendas mui estranhas ao seu normal indumento—, adquire o carácter de elemento radical da novela, em detrimento do trama da mesma. Escrever, como se tem feito, umha história sem a valiosa cooperaçom do verbo, ou sem utilizar jamais um determinado fonema; ou pintar um quadro, como fazia Grandio, sem mais cores que o branco e o negro; ou compor

umha sinfonia pastoral em que se ouçam o soar dos chocalhos, o bramir dos touros, o rinchar dos cavalos, o bruar das fervenças e o suspirar das pastoras, é procurar umha experiência técnica que converte o meio em fim, o instrumento em objecto. Trata-se de um exercício ginástico que hai que julgar pola coerência e precisom com que se execute.

Portanto, a novela em questom nom deve ser fundamentalmente julgada polo seu argumento, mas pola autenticidade da sua linguagem. Realmente, o que na novela ocorre imita-se muitíssimo ao que ocorre noutras novelas. O que pretendeu o autor foi contar um conto com linguagem curialesca. Na medida em que essa linguagem seja realmente curialesca, a novela estará lograda, porque se trata de umha novela experimental, nem mais nem menos que *Cambio en tres,* ainda que o autor de idade madura de hoje renuncia aos aspectos de aparência técnica mais revolucionária e subversiva que onte estavam de moda.

Mas, podemos afirmar que tenha logrado suster-se na difícil tessitura da voz do rábula informante? Em primeiro termo, nom vemos claramente que classe de burocrata é. Pode ser que o autor tampouco o saiba, e que considere irrelevante esse ponto. Mas nom se tratando das aventuras do senhor Merlim na casa de Miranda, essa falta de concretizaçom resta crédito ao relato. Nom estamos em presença de umha obra de imaginaçom arbitrária. Todo na novela nos conduz a um mundo mui quotidiano e familiar. Nada hai aqui de realismo mágico. Entom, essa falta de caracterizaçom do narrador, nom resulta intempestiva, por imprópria do género?

Em todo caso, o funcionário em questom, de quadro ou eventual, é feito falar polo autor —isso si— no estilo e na linguagem da cúria. Queremos dizer que esse é o propósito do autor. Mágoa que este propósito se esqueça amiúde, e o tal sujeito, ao serviço da Nova Ordem, se revele, se delate como um inimigo encoberto da mesma, que ironiza irreverentemente sobre questons de igreja e traça mal dissimuladas caricaturas de pessoas que exercem o poder na nova situaçom. Para satirizar a gente que manda, o autor nom necessitava servir-se de tal fâmulo. Nom é crível que este fosse tam insensato que nos informes ao seu superior vertesse conceitos tam pouco veladamente subversivos aos olhos do destinatário dos mesmos na história narrada. É o mais provável que a autoridade lhe figesse correr a sorte dos mortos daquele verao. Na realidade, o autor introduze-se eventualmente na pele do narrador, ou introduz um desafecto ao Movimento Nacional, com o que se quebra a perspectiva.

Isto é especialmente chocante quando o pobre rábula, para fazer rir ao leitor, e com temerária imprudência, fingindo-se o inocente, se refere em termos ridicularizantes às figuras de maior peso na vila. No drama ou comédia que o leitor deveria registar através do frio e tópico estilo de gabinete, introduze-se um elemento esperpêntico que resulta extemporâneo ou que fai inoperante a frialdade rotineira da prosa administrativa. Os eufemismos desta deveriam manter-se sem desmaio para conseguir no descompensado do dizer com relaçom aos feitos, o efeito de ironia ou sarcasmo que as impossíveis brinca-

deiras do escrevente tratam de assinalar. A personagem sai-se do seu papel, o que resulta incoerente com os supostos da obra.

Em romances referidos de um ou de outro jeito à guerra civil, como *Nom agardei por ninguén, O silencio redimido* ou *Fábula,* achamos umha riqueza de acontecimentos e de focagens sobre a nossa contenda de muito maior entidade que na novela casariana. Nom entendemos que isso revele inferioridade de inventiva do autor a respeito de Valenzuela, Santiago e Alcalá. Simplesmente, *Os mortos* é outra cousa. Nom aspira a competir com esses outros relatos pola qualidade, pola intensidade ou pola originalidade do argumento. O essencial é a técnica do relato: o feito de diligência sumarial ou atestado policíaco ou acta administrativa. Era necessário que se mantivesse rigidamente esse carácter de relatório, porque se trata de um experimento técnico. Era necessário, mas —cremos— nom foi possível. O empregado, ou o que seja, utiliza mal determinados vocábulos da gíria curial, fai uso de outros desconhecidos na época da história. Estes som perigos que espreitam toda narraçom histórica, e tem que haver umha margem de permissividade para as transgresons inocentes. Mas se o esforço está em contar um conto por boca de um narrador digamos «curialesco», nom cabem alegres saídas de tom próprias da paródia satírica ou esperpêntica, ainda que o leitor deva receber a impressom da tragicomédia através da prosa funcional e inerte do narrador, por contraste entre a matéria narrativa e o estilo enunciativo do informe.

É realmente irrelevante o contido da história. O essencial era o discurso, e o discurso cifrava-se em manter sem desmaio o tom da narraçom. Em todo o romance de Mistress Loos ouvimos o tagarelar de Loreley. O autor de *Os mortos* nom foi quem de deixar a palavra ao seu burocrata, e interrompe-o a cada passo, substituindo-o. Entom, nom valia a pena o esforço falsamente sustido. Ensaiou-se umha técnica que exige umha inflexível coerência, e que nom se revela concorde com a prática do autor. Hai um erro de programaçom que fai irrealizável o projecto. No caso deste realizador —pois *non omnes possumus omnia*— ou talvez em qualquer caso, pois hai cousas que a todos nos estám vedadas.

Nom descartamos a possibilidade da existência de um romancista capaz de veicular eficazmente umha história dramática —bem que misturada de elementos intencionalmente cómicos— através do frio, rotineiro e inerte estilo notarial de um expediente administrativo. O génio pode atingir os cumes mais esgrêvios. Mas se existisse esse narrador capaz de realizar tal proeza técnica, pensaríamos sem dúvida que com tal experimento, ainda logrado, se impugera umhas limitaçons, umhas restriçons, umhas travas, uns atrancos que nom alteravam, com o alarde técnico do seu vencimento, a inanidade e inadequaçom de tal estilo para desenvolver o seu discurso. O seco e acartonado relatório oficinesco oferece escassas oportunidades literárias, e o suposto autor malgastaria o seu talento escolhendo para o seu relato tam pobre e árida voz. Se, contodo, lograsse o milagre de elaborar umha narraçom que valesse a pena, quê maravilhas nom poderíamos esperar dele se realizasse a sua empresa ceive dessa embaraçosíssima atadura? Sempre será mais brilhante a carreira de um bom ginete se a fai a lombos de um cavalo puro sangue que se elege

como cavalgadura, por simples pruído de vencer dificuldades, um faco ruim, ou qualquer outra classe de équido facarenho. Cabem, decerto, em teoria —e isso pode alegar o autor—, misturas de técnica, estilo ou estrutura, encaminhadas a conseguir determinados efeitos literários. Cabem mesmo incongruências propositadas para produzir determinados impactos no leitor. As saídas de tom podem integrar-se numha certa harmonia que utilize a dissonância. Todo isto, no entanto, requer umha cuidada programaçom, que nom deixe campo à improvisaçom arbitrária. As roturas da ordem ham de verificar-se dentro de umha ordem de nível superior. No nosso caso, nom parece haver sistemáticos acenos a um leitor de quem se espera umha cumplicidade metanarrativa, mas simplesmente esporádicos abandonos do ponto de vista adoptado, que introduzem no presente do relato o futuro retroactivo do momento em que o autor escreve a sua história, sem outra finalidade que umha eventual libertaçom de humor em satírica anacronia estimativa.

1988

2. O ROMANCE, GÉNERO MOROSO

Designo de entrada o autor de *O enxoval da noiva* com a rigorosa literalidade com que ele mesmo se designa: Víctor F. Freixanes. *Víctor* está seguramente escrito assi no registro civil, e na partida de baptismo, se, como suponho, este laureado escritor recebeu no seu momento as águas baptismais. Nas datas correspondentes, o castelhano era a única língua oficial na Galiza, e à ortografia oficial havia que ater-se. Hoje poderia chamar-se *Vítor,* como em português, se opinasse que o português é umha forma do galego, polo que resulta mais natural para o galego umha ortografia galego-portuguesa que umha ortografia galego-castelhana. O nosso autor modificou, no entanto, a ortografia do seu apelido, que segundo creio era oficialmente *Freijanes.* Pujo um *x* em troca do *j,* mas por inadvertência ou timidez nom alterou a terminaçom da palavra, castelhanismo morfológico, e assi, a forma autêntica *Freixans* ficou emascarada pola híbrida *Freixanes.*

O autor de *O enxoval da noiva* foi aluno meu. Entom já era escritor, e começava a obter prémios como tal, mas escrevia em castelhano, e, creio, assinava *Freijanes,* que será, como fica dito, a forma oficial —ainda que aberrante— que aparece na documentaçom pública, se nom se emendou mediante o expediente oportuno. Mais adiante, Freijanes se converteu em escritor galego, e continuou obtendo prémios. Já como Freixanes publicou diversos livros, entre eles dous romances: *O triángulo inscrito na circunferencia* e *O enxoval da noiva.*

Dandom-me amostras de estima que muito lhe agradeço, obsequiou-me com sendos exemplares dessas obras, carinhosamente dedicadas. Desditosamente para mim, num e noutro caso motivos de saúde obrigarom-me a suspender a leitura mal encetada, e nem sequer tivem vagar ou lazer para acusar por escrito recibo do obséquio. Afinal, pudem acabar a leitura da mais moderna das duas narraçons. Logo, retomei a da mais antiga. Numha ocasiom em que coincidimos numha viagem, pudem agradecer verbalmente ao seu autor

o envio desta, que ainda nom tivera tempo de ler. *O enxoval* chegou-me num momento em que umha prolongada doença me obrigou a demorar toda amostra de reconhecimento.

Agora quero, como continuaçom dos meus pequenos ensaios sobre literatura do após-guerra, rascunhar umhas poucas páginas sobre alguns aspectos formais do *Enxoval.* Nom se trata de atacar de frente a crítica da obra, tarefa mui necessária no caso dos escritores que figuram, como Freixanes, no cânone oficial, e que portanto gozam de boa imprensa, mas nom de boa crítica. Essa tarefa devem empreendê-la críticos mais novos, que estarám mais ao nível da estética do criticado, sempre que sejam independentes, se é que os hai: quero dizer que nom fagam parte da burocracia administrativa do poder nem da oposiçom —se esta dispom de umha burocracia—; pois só críticos nom comprometidos politicamente podem considerar as obras daqueles escritores *sine ira et studio.*

Nom sei se o nosso autor está ou nom sob a influência de um ensaio de Ortega y Gasset que foi famoso no seu tempo —no tempo da publicaçom do ensaio—; ainda que nom duvido que, como catedrático que é Freixanes de Literatura, nom terá deixado de lê-lo. Em todo caso, é curioso que nos seus dous romances, F. —no sucessivo assi designado, com o que nos evitamos a escolha das formas Freijanes, Freixanes ou Freixans, as primeiras aberrantes e a última nunca usada polo interessado— procede como se quigesse levar à prática a teoria exposta polo egrégio autor do aludido texto. Este texto, de por parte, nom estava construído mediante abstracçons matemáticas nem cousa polo estilo. A sua teoria induzia-se da prática, principalmente da narrativa de Stendhal, Dickens, Dostoyewsky e Proust, autores os quais dom José considerava entre os mais puros cultivadores do romance moderno.

O ensaio, *Ideas sobre la novela,* contém um epígrafe que reza «La novela, género moroso». Sabido é que *novela* em castelhano, é *romance* em galego-português. Os dous romances de F. caracterizam-se pola sua evidente morosidade.

No intitulado —ainda que nom compreendamos a transcendência do título— *O enxoval da noiva,* assistimos, a partir das primeiras linhas, ao anúncio das bodas de Lucrécia Bórgia com o herdeiro do Ducado de Ferrara. É, ou vai ser, o terceiro matrimónio da filha do Papa Alexandre. Chegam à urbe os componentes da embaixada ferrarense, em que figuram vários irmaos do noivo, mas nom o noivo mesmo, que permanece prudentemente em Ferrara, e casará por poderes. Anunciam-se as bodas, e sentimos —talvez ingenuamente— que som prolegómenos todas as descriçons, excursos e discursos que precedam abundamente à narraçom da boda mesma. Esperamos a boda como *climax* do relato. Mas umha e outra vez esse momento se demora. Os ferrarenses entram na urbe. Preparam-se e celebram-se as esplêndidas festas, em que se combinam Entruido e Natal. Os inimigos de César Bórgia promovem distúrbios, que o Valentino reprime duramente. Mas no relato a boda dilata-se. A abadessa Girólama, cujo nome suponho esdrúxulo, ainda que nunca leva acento gráfico, talvez por italianismo, pom-se a contar a Lucrécia umha

história logo continua o narrador geral, mentres Girólama se introduz praticamente na história que encetara. Agora nom sabemos bem se o que se nos conta pertence ao nível da história principal ou ao nível da história lendária que referia a abadessa. O artúrico ou britânico cavaleiro Tristam, mercenário ao serviço do Duque de Ferrara, mas ao mesmo tempo figura fantástica no relato de Girólama, move-se nos dous planos, o qual cria umha confusom que constituiria um defeito de composiçom se nom se tratasse, como parece, de umha ruptura estrutural querida polo autor com um fim estilístico. Com todo isto, a boda nom acaba de calhar. Mesmo se dilata tanto que se reserva para as derradeiras páginas do romance, constituídas pola carta que o Cardeal Hipólito de Ferrara escreve ao seu pai o Duque. Aqui por fim achamos constância de celebraçom da boda, com o que temos um simulacro de *happy end.* A notícia que tamém se nos dá da morte misteriosa de Tristam deixa-nos na incerteza sobre a interpretaçom realista ou a interpretaçom fantástica do sucesso. É evidente que F. escreveu um romance histórico de tendência realista em que insere umha espécie de romance de cavalarias ao divino. Que esta contenha *en abyme* a chave do significado da primeira ou que o autor praticasse por puro capricho estilístico umha mistura de géneros, é questom que deixamos de parte. O cavaleiro Tristam move-se em ambos os mundos, o que o constitui em figura de grande ambigüidade. Agora só nos interessa enquanto a sua fantástica história —primeiramente conhecida por umha Girólama maravilhosamente informada, e logo continuada, com a própria Girólama dentro dela, polo omnisciente narrador principal— funciona como elemento de demora na história das bodas da princesa romanda, dando-lhe o carácter moroso que explicava Ortega y Gasset, ainda que nom propiamente —ou nom tanto— por acumulaçom de detalhes quotidianos, que nom faltam, se nom mais bem por intercalaçom de um longo parêntese, que nom se pode dizer que suspende o desenvolvimento da acçom principal, porque —ainda que nom se nos alcançe em que medida e em que plano— um sucesso da história intercalada —intercalada?—, a dupla —dupla?— morte de Tristam, passa a integrar-se —bem que inexplicado— na história principal.

Efectivamente , Tristam morre na história intercalada, primeiro como anjo que combate as milícias do inferno —pois neste romance os anjos podem morrer—, e logo às maos dos esbirros de César quando escolta o seu próprio cadáver angélico e a fuga da Princesa. Como afinal, no desfecho do romance, Tristam está morto, cabe perguntar-se em que medida a história da sua morte está intercalada na principal ou é um episódio desta a certos efeitos. Quanto à herética doutrina da morte dos anjos, nom é ignorância ou descuido do autor, que fala de «a morte divina», e mesmo de «a morte de Deus»; do que deduzimos que nom se sujeita ao ensino da Igreja em matéria de angelologia, e que considera mortais os anjos, com toda consciência da sua dissidência a respeito da doutrina ortodoxamente recebida.

E no entanto, se, contra o que queria Ortega, o romance nom é «hermético», quer dizer, um mundo fechado, que se sustenta na coerência própria, senom que tem um significado transcendente, este nom pode ser mais que religioso, e Tristam e César simbolizariam Medievo e Renascimento, teologis-

mo e humanismo, angelismo e satanismo, bem e mal. Na verdade, as cousas nom estam claras, como conseqüência da combinaçom de umha fábula histórica realista e racionalista, e umha fábula lendária idealista e fantástica. Em todo caso, a acçom principal avança parsimoniosamente, multiplicando em boa medida os pormenores para criar mundo, ambiente e densidade ficcional ou para adiar o fim do relato—, e a história de tristam —nom só no relato de Girólama, no qual nom hai nengum prurido de verosimilitude— funciona tamém como rémora supletória; de jeito que, de umha forma ou outra, a morosidade orteguiana nom deixa de estar presente.

Mas, deveras podemos falar de morosidade orteguiana? Morosidade haina, sem dúvida; e como Ortega definiu o romance como género moroso, podemos afirmar que neste *Enxoval* se dá a condiçom de morosidade que registava Ortega como característica do género. Ora, se a morosidade registada por Ortega era do mesmo tipo, ou lograda com as mesmas técnicas que a praticada por F., é outra questom, que nom abordarei sem um prévio rodeio.

Este rodeio prévio vai conduzir-nos ao exame —sumário— do outro —e anterior— romance do nosso autor, *O triángulo inscrito na circunferencia.*

A leitura desse primeiriço romance confirma as nossas impressons no que di respeito à morosidade como nota essencial da narrativa longa de F. Decerto, se nos elevamos do nível das realizaçons ao nível dos modelos, podemos comprovar —sem dar um carácter matemático nem dogmático em ambos os dous produtos narrativos. Os contínuos adiamentos no desenvolvimento da acçom que transcorre no presente narrativo, as analepses e excursos som no *Triángulo* ainda mais notórios que no *Enxoval.* Como neste último romance todo induz a inspirar no leitor a ideia de que a boda de Lucrécia constituirá o material do desfecho, no primeiro o leitor espera um desenlace que implique o resultado da contenda entre as duas forças políticas e militares que se nos apresentam em pugna. Mas começamos por constatar que umha vez que o 14 de Agosto de 1829 se produz em Vilanova de Alba a explosom que afecta à Casa dos Catalans, nom se segue no discurso narrativo um registo sucessivo dos acontecimentos cronologicamente ordenado, antes somos conduzidos polo narrador a momentos precedentes de aquele evento, em ocasions mui remotos, noutros aparentemente atemporais, que adiam de tal jeito o curso normal da história, que hai que supor no autor a crença no atractivo estilístico da demora na consumaçom dos feitos constitutivos da linha do argumento, como certas mulheres suspendem sistematicamente ou propositadamente adiam a entrega amorosa para provocar um acréscimo de ansiedade no parceiro, que faga afinal mais deleitosa a desejada possessom.

De resto, nom é só o tempo narrativo o que é comum a ambos os dous romances.

À parte deste traço, hai entre os dous romances de F. semelhanças e identidades últimas de tipo estrutural tam evidentes, que, em certo jeito, poderia afirmar-se que —como já fica indicado— se trata de duas realizaçons do mesmo arquétipo. Ambos os textos adoptam o estatuto de romance histórico (ou pseudo-histórico), que, em princípio, se configura consoante um tipo de ve-

rosimilhança realista, se bem esse realismo é mais o realismo romântico de certos relatos da primeira metade do XIX que o realismo crítico ou verista de intentos posteriores. Mas esse romance histórico ou pseudo-histórico —trate-se de política matrimonial renacentista italiana ou das tensons ideológicas da Espanha e da Galiza sob o derradeiro absolutismo de Fernando VII— aparece dobrado, combinado ou penetrado de outro romance fantástico em que se desata o elemento maravilhoso nas suas diversas formas: como lenda intercalada, como premoniçom ou revelaçom onírica, como emblema alegórico ou como simples irrupçom do mágico no lógico —nom pretenderei precisá-lo causisticametne. Hai, pois, umha *contaminatio* de «história extraordinária» no corpo da «crónica de época», desde logo em diferentes doses e freqüências, segundo distintas composiçons sintácticas, mais escoradas da banda da justaposiçom no *Enxoval,* mais organicamente subordinadas as fantasias à corrente realista da trama argumental básica no caso do *Triángulo.*

Ora, o feito de que —com a devida exageraçom— se poda dizer que nos tem dado F. duas aplicaçons da mesma fórmula na sua conjunçom de *mímese* e *máquina,* se útil para corroborar a identidade de técnica já apreciada no emprego sistemático da morosidade, nom tem especial relevância substantiva para o propósito deste ensaio, e procede, portanto, nom insistir mais sobre o particular. O que o leitor deve reter é a importância do elemento que Ortega denominava morosidade —e estimava característico da romancística moderna— na conduta literária do autor dos relatos nos quais vimos ocupando-nos.

Concluiremos, pois, que o nosso antigo aluno executa nessas criaçons literárias a doutrina exprimida polo elegante filósofo no seu memorável ensaio? Ou a morosidade que achamos naquele, e aquela que se maneja nesta, nom som um termo unívoco?

Vejamos.

Para Ortega o romance é um género hermético que nos transporta a um mundo distinto daquele em que realmente vivemos. Mas nom porque seja um mundo fantástico e milagroso que nos arranque da nossa vulgar quotidianeidade; senom porque é um mundo tam redondo, ou tam perfilado, ou mais, que o nosso mundo quotidiano. É outro mundo, imaginário, no entanto tam poderosamente real como o mundo real. Tam quotidiano, na sua própria cronologia, na sua atmosfera, nas suas personagens, que nos incorpora a ele, e nele nos sentimos espectadores, solidários e familiares das figuras que nele se movem. Nom se trata de que o texto literário nos impila a modificar o nosso próprio mundo. A arte de convencer e persuadir por meio da palavra nom se chama romance, mas retórica. Hai romances que chamando a atençom sobre um problema colectivo provocarom reformas legislativas. No entanto, a essência artística do género, que resulta da técnica empregada, é outra cousa, independente do seu impacto individual ou social; e essa essência manifesta-se pola sua propriedade de «tapar el mundo real con su mundo imaginario», o que exige umha acumulaçom de informes sobre esse mundo imaginário que no-lo apresente suficientemente enérgico, tupido e pleno para tapar-nos

o mundo real. Isto somente se pode lograr, segundo Ortega, mediante umha generosa riqueza de detalhes.

Nom é esta a morosidade que achamos em F. As personagens nom estám retratadas, física, psíquica e funcionalmente, com a nimiedade que Ortega regista em Stendhal, em Dostoyewsky ou em Proust. Mais bem estám vistas com a perspectiva do poema épico. A Maria Eulália do *Triángulo* nom aparece muito mais perfilada que a Aude da *Chanson de Roland.* A morosidade nom está aqui fundada, como queria o filósofo, na minuciosidade da pintura, mas na constante demora da crise argumental, na suspensom prolongadíssima da continuidade da linha mestra da acçom que vai desembocar no desfecho. Se o romance moderno é um *género retardatário,* em que a descriçom morosa dá vida ao mundo criado por abundância de informaçom, os romances de F. apresentam umha morosidade distinta da registada por Ortega, e lograda —a de F.— pola interposiçom reiterada de excepçons dilatórias, de interditos suspensivos, no processo da acçom, o que dá origem a um curso do discurso narrativo de tempo mui lento, nom pola saturaçom de dados que se nos proporcionam sobre a paisagem que o autor desprega perante os nossos olhos, mas polo sinuoso, flexuoso e serpentino da quelha pola qual fai avançar o rio do acontecer romancístico.

3. A CRÍTICA DA RAZOM PRÁTICA

Eu prologuei, por petiçom de um amigo, um dos primeiros livros de Xavier Alcalá, *A Insua.* O mesmo amigo —ou o próprio autor— pediu-me mais adiante que prologasse *A nosa cinza.* Esta vez nom pudem ocupar-me nisso no praço assinalado, e prometim, em troca, escrever um artigo sobre o romance quando este saísse do prelo, já que a execuçom desta promessa nom implicava umha perentoridade semelhante à que me impedia escrever o prólogo solicitado. Assi que *A nosa cinza* apareceu sem prólogo algum na sua primeira ediçom, de 1980. Mas em 1987 apareceu a que Alcalá quantifica como *enésima,* e esta leva «A modo de prólogo» o artigo prometido, que, entretanto, e com o título de «A cinza dos anos mortos», eu publicara num jornal o mesmo ano da primeira ediçom. O artigo reproduze-se respeitosamente, talvez com algum pequeno descuido procedente do jornal, mas o seu primeiro parágrafo é o segundo da reproduçom do texto que figura na minha colectânea *Libros e autores galegos. Século XX.*

Sublinho o feito da fidelidade com que, salva a troca de título, foi tratado o meu texto, porque o texto do romance, incluindo as «Notas à enésima edición de *A nosa cinza* (co rogo de que se lean)» que Alcalá escreveu neste ensejo, está revisado para sujeitá-lo à normativa do Decreto de unificaçom de 1982, normativa que obviamente nom era a das anteriores ediçons do sobredito romance.

Houvo nesta, segundo o autor nos di, «modificacións morfolóxicas». Na redacçom original «había formas vulgares e cotiás, do coloquio diario, que por imitaren as do portugués normativo (lusitano, lisboeta e lonxincuo) en nada conducían mais ca a distraer o lector afeito a dicilias de xeito galego».

O autor acordou com a editorial «utilizar unha norma morfolóxica e ortográfica que non interrompese o seu discurso, se ben quedando dentro dos límites da normativa oficial vixente. Asi fixen, e velaí o resultado. Practicamente a volta á antiga normativa académica, da que noramá nos afastamos, e da que debiamos ter partido a camiño da reintegración, sen estridencias e por etapas...».

Um exemplo pode-no-lo suministrar o derradeiro parágrafo do romance, que na primeira ediçom reza:

«—Témoslle que dar unha má noticia... A sua aboa morreu e a familia reclama a sua presenza. Hai un coche da comandancia que o pode levar para alá...».

Má e *presenza* forom substituídos por *mala* e *presencia.* Da coincidência morfológica com o português passou-se à coincidência com o castelhano. *Sua,* de nom registar o acento, de acordo com a ortografia portuguesa, passou a registá-lo, de acordo com a ortografia castelhana. *Avoa* escreve-se agora com *v.*

Em conjunto, como o autor anunciava, produze-se um alongamento do português. E no entanto, nas mesmas «Notas» podemos ler o seguinte:

«O fenómeno lingüístico da Galicia non pode ser rexional; o seu pobo, nun esforzo de diglosia consciente e controlada, débese proxectar na fala natural —o galego— e na outra fala adquirida —o castellano— sobre grandes pedazos do Globo; xuntando a un galego depurado o dominio das poucas claves diferentes do portugués, o costume do uso do castellano e unha boas bases do inglés, o Mundo halle resultar pequeno...».

«Son lusista e sempre o serei, e cada día me sinto máis reintegracionista. Pero en min, coma en calquera escritor, hai un *feeling,* un instinto da lingua que me fai percibir o que encaixa no espírito dela —e prever o que nunca vai encaixar».

E tamém:

«A actual normativa oficial do galego, cando levada à sua máxima estreitez, demótica e foneticista, non ten porvir e só serve para marcar pautas orais de locutores. A volta á escritura histórica do galego, independente por completo da castellana en que nos educaron, ten que ser tarefa vital de escritores informados, para desenvolver con tempo e con tento, evitando obrigarmos ós termos vulgares da fala que a literatura recolle a se converteren en sapos difíciles de engulir polos receptores da nosa mensaxe artística».

«Na idea reintegracionista non debemos ceder. Cómprenos loitar contra lingüistas cazadores de bruxas, políticos e penas rexionalistas, editores miopes e público desinformado. Pero habemos de seguir adiante, medindo os pasos, consultando o instinto, recuando se for preciso para logo avanzarmos máis —sempre à procura de xustificarmos o posto que os nosos talentos nos consigan no microcosmos esperpéntico e amado do que facemos parte...».

Nesta ediçom *enésima* de *A nosa cinza* —o autor ignora quantas a precederom— temos um caso parecido ao da primeira —e até agora única— ediçom de outro romance —*Amantia,* de M. J. Queizán. Em ambos os casos,

os textos vam precedidos de umha declaraçom que de um jeito ou outro formula umha teoria que nom se aplica na prática. Queizán di que se submete à normativa da editorial porque «a única alternativa, de non aceptala, é a creación en castelán». Alcalá, já vimos o que di. Com todos os distingos, reservas, cautelas, matizes e aclaraçons que se incluem, é evidente que os textos em presença se sujeitam a umha prática lingüística que nom é a projecçom da teoria formulada ou aludida na nota justificativa, cuja razom de ser reside precisamente nessa discrepância.

Temos, pois, na *enésima* umha teoria da escrita galega e umha prática. Alcalá intitula-se nom só *reintegracionista,* mas mesmo *lusista,* ou seja, partidário de umha escrita histórica; no entanto, acorda com a editora ater-se à normativa oficial.

Todo vai explicado, ou razoado, ou peneirado e pontualizado; assi que podemos dizer que nesse aspecto possuímos umha crítica da razom pura e umha crítica da razom prática.

Aquela erige-o em decidido reintegracionista. Esta em praticante da normativa oficial. Ele, con Kant, distingue claramente umha e outra esfera. A sua teoria è terminante. A realizaçom fica modificada, ou adiada, ou suspendida por motivos que se plasmam num acordo com um representante da editorial. O manuscrito de *A nosa cinza,* como o manuscrito de *Amantia,* nom estava escrito assi. Os respectivos autores aceitarom que um e outro fossem emendados. Queizán fala de «imposición»; Alcalá, de «acordo». A primeira fala como se um corrector lhe normativizasse o texto; o segundo atribui-se a si mesmo a execuçom das correcçons.

Com o máximo respeito para as teorias e as práticas lingüísticas de quem quer que seja, e portanto de Alcalá, a cuja obra, como fica indicado, tenho prestado reiterada atençom, e que tem prestado reiterada atençom à minha com umha generosidade notória, nom trago agora a colaçom o caso da *enésima* com o propósito de discutir o problema da normativa. Nessa matéria creio que toda pessom é impertinente, e nom vou acrescentar nada ao que outra vezes tenho dito sobre a necessidade de preservar a liberdade do escritor. Se nos meus pequenos ensaios sobre narrativa de após-guerra incluo este, nom é mais que para recolher —baseando-me num exemplo típico e da um escritor caracterizado— umha particularidade de índole pragmática daquela literatura, que se apresenta problemática polo que se refere à maior ou menor antonomia do escritor face à Administraçom e face às editoriais quando se trata de desenvolver o seu trabalho. Se o escritor se submete sem protesto às normas oficiais, achará fácil saída para a sua obra, sempre que convença da qualidade da mesma a quem sufrague a ediçom. Mas, como vemos, tamém se dá o caso de editoriais que, impondo ou acordando com o autor a modificaçom da língua deste, permitem que, nessa língua modificada, o autor proteste dessa modificaçom, ou exponha teorias que nom se acomodem à filosofia da modificaçom realizada. Decerto, nom faltam editores que se despreocupam da normativa originária do autor, quer por parecer-lhes que, ainda sem a protecçom oficial, a obra prosperará no mercado e nom constituirá para

quem a tire do prelo um negócio ruinoso; quer porque aqueles editores som desinteressados promotores da literatura galega e podem permitir-se, numha ou otra medida, riscos ou perdas económicas em prol da protecçom de um autor moço ou postergado que estimam valioso. Logo estám, claro é, os autores que editam pola sua conta —os quais devem dispor de recursos económicos folgados, o que nom é freqüente—, e os grupos que se constituam precisamente para defender alternativas à normativa oficial. Interessa que entre os muitos especialistas em sociologia da literatura —profissionais ou afeiçoados— que trabalham no país ou fora dele, surja um ou vários que abordem e desentranhem a realidade destas condutas; que cataloguem e descrevam atitudes e motivos. Negar a existência de problemas neste campo ou ignorar todo o que nom encaixe numha dogmática política de dirigismo regulamentar, é fechar os olhos à realidade. De outra banda, as diversas posturas perante a questom da língua —a política lingüística, a política ortográfica— marcam com o sem voluntarismo a informaçom que fornecem. O estudioso debe tê-las em conta, pois a existência delas é umha realidade objectiva, mas sabendo que nom se trata, em princípio, de testemunhos imparciais, senom de alegados em prol das causas respectivas. A recensom de dados e a hierarquizaçom de informes sem ânimo beligerante e por pessoas ou equipas tecnicamente preparadas, é um labor prévio a todo intento de síntese dos fenómenos e interpretaçom dos feitos.

Neste marco chegariam a aclarar-se e ponderar-se equilibradamente as contradiçons —ao menos aparentes— que encerram as relaçons dos autores com os seus editores em casos como os assinalados. Em que medida essas relaçons estám inscritas no âmbito estrutural da organizaçom jurídica da vida colectiva? Nom vai implicado um conceito de Administraçom pública como directora ou como intérprete da sociedade, como inspiradora ou como servidora da mesma?

Que um escritor como Alcalá, depois de substituir *má* por *mala* e *presenza* por *presencia,* e de expor as razons da sua conduta, entre as que figura a conveniência de nom ferir o leitor com formas lingüísticas, inseridas no discurso coloquial, próprias do português, manifeste afervoradamente a sua filosofia reintegracionista e chegue a definir-se como «lusista», merece umha exploraçom séria da paisagem social e política em que esses fenómenos se produzem. É demasiado simples salvar as dificuldades afirmando, com base em certas matizaçons contidas nas «Notas», que o autor de *A nosa cinza* é reintegracionista para o futuro e isolacionista para o presente. Umha cousa é propugnar umha táctica elástica, em que caibam mesmo retiradas «se for preciso para logo avanzarmos máis», e outra acordar por umha parte que um romance, já editado varias vezes, se «deslusize», e por outra parte chamar-se desafiantemente «lusista», alcunha que rejeitam os mais dos reintegracionistas.

Tamém é demasiado simples assimilar inteiramente o caso de *A nosa cinza* ao caso de *Amantia,* e dizer que em ambos os dous houvo imposiçom do editor. Nom é isso o que Alcalá manifesta, e mesmo dá o nome do seu interlocutor em representaçom da editora. Se houvo, pois, acordo, e o próprio autor

executou o acordado, o caso é, por vários conceitos, mais singular. Decerto, um novo índice da anómala realidade editorial galega. Como dizia, hai que estudar muitos aspectos da nossa vida literária que nos remontarám à estimativa social da língua e ao substrato sociológico onde tenhem as suas raízes os fenómenos que nos ocupam. Distorsionando licenciosamente os conceitos kantianos, diremos que nestes problemas o sociólogo tem que fazer umha crítica da razom pura e umha crítica da razom prática. Talvez umha análise científica do tema daria possibilidades de situar-nos melhor perante umha futura aproximaçom à consideraçom pragmática da política lingüística.

Quatro vilancicos mindonienses da terceira década do século XIX

José-Martinho MONTERO SANTALHA
A.Ga.L. - Ferrol

Apresentaçom.

Durante todo o século XIX (exactamente desde 1793 até 1903, com excepçom de alguns anos) na catedral de Mondonhedo cantou-se na noite de Natal um vilancico com texto em língua portuguesa da Galiza. Situadas no seu contexto histórico-cultural, essas modestas peças poéticas alcançam um marcado relevo, sobretudo as da primeira metade do século, quando o cultivo literário do português na Galiza era raro. Outro tanto podemos dizer do seu valor lingüístico, vista a escassez de testemunhos dessa época em geral e da zona norte-oriental da Galiza em particular (1).

Editamos a seguir quatro desses vilancicos, ainda inéditos, que saibamos. Todos pertencem à terceira década (os anos 20) do século XIX. Som os seguintes (em primeiro lugar indicamos o ano em que forom cantados, e, dado que todos carecem de título próprio, adoptamos como tal o primeiro verso):

1. 1821 «Dá-me, amorzinho»;
2. 1823 «Ai que regalo e que glória!»;
3. 1828 «Vinde, vinde, meus pastores»;
4. 1829 «Em Belém há muita festa».

---

(1) Os vilancicos mindonienses em língua portuguesa estám catalogados no nosso trabalho «Sacerdotes da diocese de Mondonhedo que foram escritores em língua portuguesa», em: *Estudios Mindonienses* (Ferrol) 2 (1986) 455-512 (apartado intitulado «Vilancicos galegos cantados na catedral de Mondonhedo», pp. 464-469). Indica-se ali também a principal bibliografia; salientamos aqui somente a *Escolma de poesia galega, II: A poesia dos séculos XIV a XIX (1354-1830); Ordeación e notas por* Xosé M.ª ÁLVAREZ BLÁZQUEZ, Edit. Galaxia, [Vigo 1959], pp. 163-186, que recolheu 16 vilancicos mindonienses, 7 deles inéditos até entom (do total, 12 atribuídos a Castro Neira, 3 a Luís Corral, e 1 a Jacinto-Romualdo Lôpez). Sobre a história dos vilancicos galegos e as suas características gerais podem ver-se os nossos trabalhos «Um vilancico mindoniense de 1825 conservado em Toro (Çamora)», em: *Agália* núm. 15 (Outono 1988) 317-333, e «Texto de seis vilancicos de Natal cantados na catedral de Mondonhedo no primeiro quartel do século XIX», em: *Nós* (Pontevedra-Braga), núms. 13-18 (Janeiro-Dezembro 1989) 149-168.

Nessa época era José Pacheco (1784-1865) maestro de capela da catedral: ele foi o autor da música (2).

Quanto à autoria dos textos, nada sabemos com segurança: os manuscritos guardam silêncio sobre esse particular, ao qual nom parecia atribuir-se grande importância. Dous autores poetizarom para esse fim em Mondonhedo na década dos 20: o sacerdote António-Maria Castro Neira (1771-1826) e o farmacéutico e ex-seminarista Luís Corral (1748-1830). Atendendo à data de falecimento de Castro Neira (10 de Outubro de 1826), poderíamos talvez atribuir-lhe os vilancicos de 1821 e 1823, e ao seu sucessor —de quem sabemos que compôs o de 1826, dous meses após a morte de Castro Neira— os de 1828 e 1829. Quer parecer-nos que esta atribuiçom hipotética nom condiz mal com as características literárias e com o desenvolvimento temático das composiçons em questom: Castro Neira tem mais graça e espontaneidade que Corral. No entanto, cumpre reconhecer que, neste caso, tais argumentos possuem escassa força: no género dos vilancicos em língua portuguesa conformara-se já em Mondonhedo umha tradiçom, com os seus hábitos e os seus tópicos, concetuais e lingüísticos (em grande medida herdados, aliás, da tradiçom geral castelhana dos vilancicos natalícios), que tendiam a apagar os traços individualizantes de cada autor (3).

Sem deter-nos aqui a analisar a língua dos vilancicos, recolhemos simplesmente umha selecçom do léxico, limitada aos vocábulos de maior interesse lingüístico (4). Como se pode ver, abundam os castelhanismos *(alumbrar, clavel, collado, Dios, envainar, gracia, hermoso, lexos, mansedumbre, panal, pueblo, regir, salir, sangre, si, solo...);* há também algum dialectalismo da zona *(amencer)* e algum vulgarismo *(frauta, gróriа, probe).* Chamamos a atençom para a palavra *lor* 'baga' (que se formou de *lorbaga* 'baga de loureiro'

---

(2) Sobre o maestro José Pacheco pode ver-se o estudo de Enrique CAL PARDO e Guy BOURLIGUEUX «Maestros de Capilla de la Catedral de Mondoñedo (Segunda Parte)», em: *Estudios Mindonienses* (Ferrol) 4 (1988) 265-307; sobre Pacheco pp. 272-295, e documentaçom nas pp. 302-305, com ulterior bibliografia na nota 62 da pág. 273. José Pacheco nasceu em Mondonhedo a 15 de Dezembro de 1784; foi maestro de capela da catedral desde Fevereiro de 1806 até à sua morte, que lhe sobreveio na mesma cidade a 25 de Março de 1865 aos oitenta anos de idade; conservam-se dele no arquivo da catedral de Mondonhedo mais de 300 peças musicais, e outras mais em diversos arquivos doutras cidades.

(3) Tratou destes dous escritores mindonienses Ricardo Carvalho Calero na sua *Historia da literatura galega contemporánea,* Galaxia, Vigo 1.ª ed. 1963, 2.ª ed. 1975 (pp. 44-48), 3.ª ed. 1981. Umha apresentaçom algo mais pormenorizada da vida e da obra literária em portugués de Castro Neira pode ver-se no nosso estudo «Sacerdotes [...]» (citado na nota 1), pp. 460-471; nasceu em Mondonhedo em 1771, realizou no seminário os seus estudos eclesiástico, foi logo professor de Filosofia nesse centro, e desde 1810 páraco da freguesia rural de Argomoso, próxima a Mondonhedo, até a sua morte em Outubro de 1826. Luís Corral nasceu em Mondonhedo em 1784 e morreu ali mesmo em Outubro de 1830.

(4) Já Álvarez Blázquez pôs de relevo a importância dos vilancicos: «[...] coidamos nós, teráse de engadir un demorado estudo do léisico nos vilancicos, solprendente canteira de voces populares e coloquiaes, de espresións enxebres de rústico celme. Elas demostran os esforzos que os autores dos vilancicos cultos fixeron por calar no cerne da fala. Diante o artificio erudito, a que se non podían furtar, é de agrasdecer tal aporte idiomático, que en moitos casos presenta verbas e xiros xa non repetidos no caudal poético, e que tampouco topamos na nosa literatura devanceira. Vel eiquí umha razón da meirande estima pola que é de degoirar a edizón total dos vilancicos galegos, por probe que seña o valor literario de algúns. Eles son o conxunto escrito mais abondoso que temos hoxe pra conecer o falar cotián do home galego antre os séculos XVII e XIX» *(Escolma* [cit. na nota 1], pág. 112). A respeito da última afirmaçom, hoje, depois que, graças aos trabalhos de Pensado, conhecemos grande parte da obra inédita do P. Sarmiento, teríamos que introduzir essa ressalva.

LAURI BACAM id.), de que nom conhecemos mais atestaçons (veja-se o comentário no texto de 1821, v. 17).

Nesta lista conservamos em todos os casos a forma original, mas adaptamos a grafia ao nosso uso actual quando isto nom afecta a estrutura propriamente lingüística do vocábulo. Remetemos para os textos com uns números entre parênteses: o primeiro deles indica o ano em que foi cantado o vilancico, e o(s) seguinte(s) o(s) verso(s).

Abraço s.m. (1821, 3), *acalentar* v. tr. 'fazer calar alguém, especialmente umha criança que chora, adormecê-la (geralmente no colo)' (1828, 22), *aceiro* s.m. 'aço, espada' (1823, 21), *afeito* adv. (1823, 5), *alpendre* s.m. (1823, 29), *alumbrar* (cast.) v. tr. 'alumiar' (1828, 4), *amencer* (dial.) v. intr. 'amanhecer' (1823, 18), *amor* s.m. (1821, 1; 1823, 10), *amoroso* adj. (1823, 33), *apetecer* v. tr. (1821, 18), *aroma* s.m. (1821, 9), *aterecer* v. intr. (1828, 13), *azeituna* (cast.) s.f. 'azeitona' (1821, 17), *bágoa* s.f. 'lágrima' (1828, 7), *bálsamo* s.m. (1821, 10), *braço* s.m. (1821, 15), *branco* adj. (1823, 7), *brincar* v. intr. (1821, 29), *buscar* v. tr. (1821, 9), *cássia* s.f. 'planta aromática' (1821, 13), *cento* adj. num. 'cem' (1821, 10), *choro* s.m. (1823, 17), *clavel* (cast.) s.m. 'cravo, flor do craveiro' (1823, 8), *collado* (cast.) s.m. 'colina, outeiro' (1823, 16), *consolo* s.m. (1823, 2, 38), *convidar* v. tr. (1829, 7), *Dios* (cast.) s.m. 'Deus' (1823, 29), *embeleso* s.m. 'arroubo, enlevo, delícia produzida por algo que nos extasia' (1821, 12), *enteiro* adj. 'inteiro' (1821, 32), *envainar* (cast.) v. tr. 'embainhar' (1823, 21), *fino* adj. (1823, 8), *frauta* (pop.) s.f. 'flauta' (1829, 4), *frente* s.m. (1823, 7), *gaita* s.f. (1829, 2), *garrido* adj. (1823, 5), *garrido* s.m. 'brinquedo; regalo, um bonito' (1828, 21), *gente* s.f. (1821, 31), *grácia* (cast.) s.f. 'graça' (1823, 23, 31), *grória* (pop.) s.f. 'glória' (1823, 1, 37), *guapo* adj. (1821, 28), *hermoso* (cast.) adj. 'formoso' (1823, 35; 1828, 3; 1829, 5), *Hibla* top. m. 'monte na antiga Sicília, fomoso polo mel que produzia' (1821, 19), *incenso* s.m. (1821, 14), *inda* adv. (1821, 20), *Israel* top. (1823, 20), *jóia* s.f. (1828, 6), *lábio* s.m. (1823, 8), *lexos* (cast., hoje escrito *lejos)* adv. 'longe' (1821, 30), *lindo* adj. (1829, 6), *loito* s.m. (1823, 17), *lor* s. (f.?) 'baga' (1821, 17), *mansedumbre* (cast.) s.f. 'mansuetude' (1823, 9), *mel* s.m. (1821, 21; 1823, 16), *meninho* s.m. (1823, 25; 1828, 3), *menos* pron. indef. (1821, 20), *mirra* s.f. (1821, 13), *nardo* s.m. (1821, 14), *néctar* s.m. (1823, 15), *neno* s.m. (1821, 2, 24; 1823, 3, 39), *olivo* (cast.) s.m. 'oliveira' (1821, 23), *pandeiro* s.m. (1829, 2), *panal* (cast.) s.m. 'favo' (1821, 19), *passarinho* (pop.) s.m. 'passarinho' (1828, 25), *perfume* s.m. (1821, 11), *plazer* (cast.) s.m. (1823, 2), *príncipe* s.m. (1823, 19), *probe* (pop.) adj. 'pobre' (1823, 11), *pueblo* (cast.) s.m. 'povo' (1821, 32), *querido* s.m. (1821, 27), *rebentar* v. intr. (1828, 12), *regalo* s.m. (1823, 1), *regir* (cast.) v. tr. 'reger' (1823, 20), *rico* adj. 'saboroso' (1821, 21), *rosa* s.f. (1823, 3, 34, 39), *saborento* adj. 'saboroso' (1821, 22), *sangre* (cast.) s. (m. ou f.?) 'sangue' (1823, 24), *satisfeito* adj. (1821, 8), *seguimento* s.m. (1821, 26), *si* (cast.) conj. condic. 'se' (1821, 5), *solo* (cast.) adj. 'só' (1821, 7), *sólo* (cast.) adv. 'somente, apenas' (1828, 32), *tamém* adv. 'também' (1821, 6), *tardança* s.f. (1829, 8), *tasa* s.f. 'taxa' (1821, 31), *tigre* s.m. (1823, 22), *tu* pron. pess. (1828, 18, 31), *zéfiro* s.m. (1823, 33).

Apresentamos os vilancicos em coluna dupla, repetidos: na primeira vai umha transcriçom do texto tal como aparece no manuscrito; na segunda umha versom normativizada nos aspectos ortográfico e morfológico, mas respeitando sempre as raízes léxicas originais (5).

Acrescentamos alguns comentários relativos à métrica, a questons textuais (com transcriçom das variantes, embora poucas haja que tenham algumha

(5) Seguimos aqui os critérios de ediçom que expusemos demoradamente na nossa comunicaçom ao II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza (Santiago e Ourense, Setembro de 1987), intitulada «A recuperaçom da literatura galega para a língua portuguesa; critérios para a ediçom de textos literários galegos», que se inclui nas *Actas,* editadas pola AGAL, organizadora do congresso, pp. 159-178.

transcendência) ou a outros pontos que julgamos dignos de ênfase, mormente lingüísticos. Em nota indicamos a catalogaçom musical de cada peça (6).

1

1821: «Dá-me, armorzinho»

Dame amorciño	1	Dá-me, amorzinho,
da meu Neno		dá-me, meu neno
dous mil abrazos	3	dois mil abraços,
damos correndo;		dá-mos correndo.
si pido moitos;	5	Se peço muitos,
tamen che ofrezo		também che ofreço,
q^e^, con un solo	7	que com um só
vou satisfeito		vou satisfeito.

Coplas

1.ª

Busquen aromas	9	Busquem aromas,
balsamos cento,		bálsamos cento,
cantos perfumes,	11	quantos perfumes,
canto embeleso		quanto embeleso
dan Myrra, casia,	13	dan mirra, cássia,
Nardo è Yncenso;		nardos e incenso;
Eu nos teus brazos	15	eu nos teus braços
todo, è mais teño.		tudo, e mais, tenho.

2.ª

Lor da azeytuna	17	Los de azeitona
non apetezo;		nom apeteço;
Panàs do Hybla	19	*panais* do Hibla
quero inda menos.		quero inda menos.
N'ai mel tan rico,	21	N' há mel tam rico,
tan saborento,		tam saborento,
tan bon olivo,	23	tam bom *olivo,*
como ò meu Neno.		como o meu neno.

(6) A descriçom musical que fornecemos está tomada de catalogaçons realizadas por especialistas. Por umha parte, o maestro Saavedra, sucessor de Pacheco, realizou um primeiro catálogo no século passado, que ainda tem algumha utilidade. Ultimamente, os nossos amigos Joám Trilho e Carlos Villanueva elaborarom segundo critérios rigorosos o catálogo do arquivo musical da catedral mindoniense, que eles têm preparado para sair a luz e do qual puseram generosamente à nossa disposiçom umha versom provisória; queremos deixar aqui constância do nosso agradecimento a ambos. Também há umha catalogaçom dos vilancicos de Pacheco com texto em língua portuguesa no artigo de Cal Pardo e Bourligueux citado na nota 2 (pp. 294-295).

3.ª

Non che, non, moito	25	Nom che é, nom, muito,
q^e, en seguimento		que, em seguimento
do meu querido,	27	do meu querido,
tan guapo sendo,		tam guapo sendo,
corran è brinquen,	29	corram e brinquem,
vindo de lexos,		vindo de *lexos,*
gentes sin tasa,	31	gentes sem taxa,
Pueblos enteiros.	32	povos inteiros.

Métrica.

Romance de 32 versos tetrassílabos, com rima grave em *e-o,* distribuídos em quadras, as quais, por sua vez, aparecem unidas a pares.

Manuscritos e variantes.

Conserva-se a partituta autógrafa do maestro Pacheco, intitulada «Tonada Gallega al S[an]^to. Nacim[ien]^to. p[ar]^a. 1821. Del M[aest]ro Pacheco». Também existe a particela destinada à «Voz», de mao diferente da de Pacheco: leva o título «Tonada Gallega» e oferece o texto completo (7).

Nos fins do século, em 1893, o maestro Saavedra pôs música novamente ao mesmo estribilho. A sua partitura autógrafa intitula-se «Original de un Villanc[ic]^o. Gallego al S[an]^to. Nacim[ien]^to. de N[uestro]. S[eñor]. J[esucristo]. p[ar]^a. el año de 1893. (M[aes]tro. Saavedra.)». Está datada e assinada «Mondoñedo, Diciembre 13 de 1893. / Pascual Saavedra P[res]b[íte]ro». Deste vilancico de Saavedra conservam-se também algumhas particelas com texto, para os cantores.

Variante na partitura e nas particelas de 1893: 6 *ch'ofrezco* (que se repete, por razom da melodia, até seis vezes na partitura e polo menos oito nas particelas, sempre escrito da mesma maneira). Como aqui, sucede com freqüência que as modificaçons em textos de anteriores vilancicos vam na direcçom de umha maior castelhanizaçom: sem dúvida, um sintoma do que acontecia como fenómeno geral na sociedade galega, mormente nos sectores mais cultos. O resto do texto do estribilho aparece idêntico ao de 1821.

Em vez das coplas do vilancico de 1821, o de 1893 possuía outras distintas, ao parecer; conservamos a primeira, que foi tomada do vilancico de 1825 (8).

---

(7) Eis a descriçom musical que mais tarde fez o maestro Saavedra na catalogaçom do arquivo de música catedralício: *«N[úmer]^o 11,* / Dame, amorciño, etc.^a, / Villanc[ic]^o, Gallego al / S[an]^to, Nacim[ien]^to, / de N[uestro], S[eñor], J[esucristo]., / en Fa natural may[o]^r., / a 5 voc[e]^s., y / Orquesta, / del / M[aes]tro, Pacheco». Descriçom de Trilho e Villanueva; *«699, Dá-me, amorzinho,* en Fa, a 4 V. SATB y orqu., 2 Cor., 2 Vl., Cont. (Fag., B,). Con partitura, 1821». De Cal Pardo e Bourligueux: «8, *Dame, amorciño,* 1821. Solo S-SATB, 2 v., va., fag., 2 cor., Bass. tut. (Partitura, partichelas)».

(8) Vid. o nosso trabalho «Um vilancico [...]» (citado na nota 1), apartado 10 b «O vilancico de 1893», pp. 331-332, onde editamos todo o texto conservado deste vilancico de 1893.

Observaçons.

No v. 17, *lor* tem, polo contexto, o sentido de 'baga' (nom se trata, evidentemente, da forma *lor* que aparece na expressom adverbial *a lor de,* que procede de um antigo *a loor de;* tampouco podemos pensar num erro de cópia por *flor).* Aqui *lor* debe de sair de *lorbaga* 'baga de loureiro', que deriva de LAURI BACAM id. através de **lour-baga* (9). *Lorbaga* é vocábulo ainda perfeitamente vivo no português falado no norte da Galiza (10). Aparece já numha cantiga de escárnio do rei Dom Dinis: «Disse-m' hoj' um cavaleiro que jazia feramente / um seu amigo doente, / e buscavalhi *lorbaga»,* em rima com *praga* (B 1540) (11); este texto de um autor nativo do centro de Portugal prova que no século XIII *lorbaga* era palavra comum em toda ou quase toda a nossa área lingüística. Voltando ao nosso vilancico, parece, pois, que *lor* se formou de *lorbaga:* deveu de interpretar-se como um nome composto de duas formas substantivas *(lor-baga),* sob o estímulo da existência simultánea de *baga,* de modo semelhante a *fouce-legom* e outros, ou talvez como um nome seguido do adj. *vaga,* que estaria a indicar o escasso ou nulo valor dessa fruta (12). A frase nom nos permite conhecer que género gramatical se atribuía a *lor;* supomos que feminino, como ao subst. *baga* e ao adj. *vaga.*

---

(9) Meyer-Lübke (REW, 3.ª ed. 1935, núm. 4.943, s.v. *laurus),* que desconhece a palavra portuguesa, só recolhe formas irmás da nossa *lorbaga* em Itália: it, *orbacca* e formas similares nos dialectos italianos do Norte, nalgum caso tendo como origem os mesmos vocábulos em ordem diferente (BACAM LAURI Módena *bekléver).* Mas existe também *llorbaga* no asturiano ocidental e existiu *orbaca* em moçárabe (vid. Coromines-Pascual, DECH s.v. *laurel).*

(10) É forma viva em toda a franja cantábrica de língua portuguesa, aproximadamente desde Ferrol até o rio Návia (curiosamente: o território da diocese de Mondonhedo, com algumhas zonas colindantes); às localizaçons de Constantino Garcia *(Glosario de voces galegas de hoxe,* Santiago 1985, s.v. *lorbaga:* Caaveiro, Cavalar, Crecente, Burom, Suarna) podemos acrescentar Riotorto e Jove em Lugo, e Narom e Cerdido na Corunha. O P. Sarmiento recolheu a palava em Santiago e Ponte-Vedra. Na comarca nativa do autor destas linhas (na freguesia e concelho de Cerdido, no norte da província de A Corunha), *lorbaga* aplica-se tanto às bagas do loureiro autêntico (ali chamado «loureiro galego» ou «loureiro do país»: *Láurus nóbilis* L.) como às doutra árvore de introduçom mais moderna conhecida ali como «loureiro romano» (chamado noutras partes «azereiro», «loureiro real», «loureiro castelhano» e «louro-cerejo»; nomes científicos: *Prúnus laurocérasus* e *Laurocérasus officinális),* por ter certa semelhança com o loureiro. Noutras partes da Galiza apresenta significados de origem secundária; 'baga que contém a semente do linho' e algum outro (vid. Isaac ALONSO ESTRAVÍS, *Dicionário da língua galega,* Alhena, Madrid 1986, tomo 2.º, s.v. *lorbaga),* Existem também variantes de formaçom secundária: Aníbal Otero *(Vocabulario de San Jorge de Piquín,* Santiago 1977, pág. 150) localiza em Riocabo (Meira, Lugo) *lorbarga* (com repercussom da vibrante, talvez com influxo também de *amarga,* pois as bagas do loureiro real, que comem os meninos —apesar de implicar algum risco de toxicidade— têm um sabor levemente amargo), e em Pena (Meira) *lombarga* (que sai de *lorbarga* por dissimilaçom); no apêndice de Eládio cita-se ademais umha forma *luberga* em Cangas de Morraço.

(11) Vid. M. RODRIGUES LAPA, *Cantigas d'escarnho e de mal dizer,* Edit. Galaxia, Vigo, 2.ª ed. 1970, núm. 95, pág. 157. A definiçom que Lapa atribui a *lorbaga* no glossário («planta usada como purgante»; s.v., pág. 56) nom é muito precisa, pois nom se trata propriamente de planta mas só do seu fruto; de resto, na composiçom nom parecem supor-se-lhe virtudes purgantes mas antes ao contrário adstringentes, pois a cantiga também diz que «jaz ora o astroso / mui doent' e muy nojoso, / e, com medo, por si caga»: parece deduzir-se daí que a doença incluía um proceso diarreico, maxime se em vez de «com medo» (tal como traz o ms.) lemos com Lapa «comendo». Definiçom mais exacta seria, pois, senom erramos, 'baga de loureiro, usada como adstringente'. Nom pudemos confirmar a opiniom que oferece Carolina Michaëlis em referência ao povo português, segundo a qual a lorbaga possuiria efeitos vomitórios e laxantes; na Galiza, quanto a nós, esses efeitos som desconhecidos, e as folhas do loureiro, polo contrário, consideram-se estimulantes do apetite, daí o seu uso culinário.

(12) Lembre-se a este propósito que umha das etimologias que têm sido propostas para o it, *bagatella,* origem do nosso *bagatela* como do cast. *bagatela* id. e do fr. *bragatelle* id., propoe como base precisamente o lat. BACAM (assim REW, 3.ª ed., núm. 859); mas é etimologia insegura (vid. DECH s.v. *bagatela).*

Hibla (v. 19; em latim *Hybla)* é o nome de três povoaçons na ilha de Sicília durante a época greco-romana. Umha, a propriamente assim chamada e mais importante, é a actual Paterno, ao Sul do monte Etna. Famosa polo seu mel era umha segunda Hibla, Hibla Menor, também chamada *Heraea,* ao parecer a actual Caltagirone, nom longe da primeira; os poetas Virgílio e Ovídio fazem referência ao mel deste lugar. Também recebia o nome de Hibla o monte em que se situa esta segunda povoaçom: o mel procedia das flores desse monte, e por isso se atribuía por vezes a ele, como faz o nosso texto. Este monte Hibla era, pois, umha espécie de imitaçom do Himeto, na Ática, celebrado na literatura grega clássica polas suas abelhas e pola doçura do mel que produziam. Existe na nossa língua o adj. *hibleu, hibleia,* de uso exclusivamente literário e pouco freqüente; o mesmo pode dizer-se do cast. *hibleo;* algo mais vivaz parece o it. *ibleo* 'de Hibla (em it. *Ibla*)' («api *iblee»,* «miele *ibleo»*): trata-se em todos os casos de formaçons cultas a partir do lat. *hyblaeus* id., usado por Virgílio.

2

1823: «Ai que regalo e que glória!»

Non levabit gens contra gentem gladium
nec excercebuntur ultra ad praelium
(Is. C. 2)

Estrivillo		Estribilho
¡Ay! que regalo, e que groria!	1	Ai que regalo e que glória!,
¡Ay! que consolo, e placer!		ai que consolo e prazer!:
un Neno, como unha rosa,	3	um neno como uma rosa
contan que en Belen naceu.		contam que em Belém nasceu.
	[Coplas]	
Garrido, garrido afeito;	5	Garrido, garrido afeito:
Olliños... cousa de ver,		olhinhos, cousa de ver;
frente... de branca azucena,	7	frente, de branca açucena;
labios... de fino clavel.		lábios, de fino cravel.
Humildade, mansedumbre,	9	Humildade, mansuetude,
amor anunciado ven,		amor anunciando vem,
en forma de servo probe,	11	em forma de servo pobre
sendo un verdadeiro Rey.		sendo um verdadeiro rei.
Paz, è Xusticia se abrazan	13	Paz e justiça se abraçam
en amistade à mais fiel:		em amizade a mais fiel;
os montes nectar destilan	15	os montes néctar destilam
os collados leite, è mel.		as colinas leite e mel.

Fora loito... non mais choros...	17	Fora luto, nom mais choros:
amenceu ò noso Ben;		amanheceu nosso Bem,
he nado ò Principe amable,	19	é nado Príncipe amável
que hà de rexir à Isrrael.		que há de reger Israel.
Embaina ò mortal aceiro,	21	Embainha o mortal aceiro,
mais que tigre, home cruel;		mais que tigre, homem, cruel:
de gracia, de santidade,	23	de graça, de santidade,
non de sangre, he a nosa ley.		nom de sangue é a nossa lei.
O meniño he cousa grande...	25	O meninho é cousa grande...
*a, a, a::: falar non sei...**		a, a, a... falar non sei... *:
das cavidades do peito	27	das cavidades do peito
salir ò Corazon quer.		sair o coraçom quer.
¡Ay meu Dios!... nun triste		Ai meu Deus!: num triste
[alprende,	29	[alpendre,
sin lume, nin fume!... ¿Que?		sem lume nem fume!... Quê?:
por vestir à nos de gracia,	31	por vestir a nós de graça,
desnudiño padecer?		desnudinho padecer?
Cefiros amorosiños,	33	Zéfiros amorosinhos,
rosas mil, è mil vertei		rosas mil e mil vertei
sobre este neniño hermoso;	35	sobre este neninho *hermoso,*
que de frio ha de morrer.		que de frio há de morrer.

[Estribilho]

¡Ay! que regalo, è que groria!	37	Ai que regalo e que glória,
¡Ay! que consolo, è placer!		ai que consolo e prazer!:
Un Neno como unha rosa,	39	um neno como uma rosa
contan que en Belen naceu.	40	contam que em Belém nasceu.

Métrica.

Romance de 40 versos heptassílabos, com rima aguda em *e,* distribuídos em quadras. Som, pois, dez quadras, mas a derradeira é repetiçom da primeira. Esta repetiçom, juntamente com a indicaçom «Estrevillo» no início do texto, quererá dizer que essa quadra é efectivamente o estribilho, e que as restantes, apesar de nom indicar-se nada ao respeito, som coplas; assim o damos por suposto na nossa ediçom.

Manuscritos e variantes.

Nom sabemos que se conserve a partitura deste vilancico; mas o texto chegou-nos, juntamente com os dos outros vilancicos de Natal desse ano, num folheto de papel manuscrito intitulado *Villancicos / Que se han de cantar en*

* *Et dixi; A, a, a, Domine Deus, ecce néscio loqui... Jer. C. 1.*

(1823)

Villancico Octavo.
Fonada Gallega.

Non levabit gens contra gentem gladium,
nec exercebuntur ultra ad prælium
Is. c. 2.

Estrivillo.

¡Ay! que regalo, e que groria!
¡Ay! que consolo, e placer!
un Neno, como unha rosa,
contan que en Belen naceu.

Garrido, garrido afeito;
olliños... cousa de ver,
frente... de branca azucena,
labios... de fino clavel.

Humildade, mansedumbre,
amor, anunciando ven,
en forma de Servo probe,
sendo un verdadeiro Rey.

Paz, è Xusticia se abrazan
en amistade à mais fiel:
os montes nectar destilan
os Collados leite, è mel.

Fora loito... non mais choros...
amenceu ò noso Ben;
he nado ò Principe amable,
que hà de rexir à Israel.

Embaina ò mortal aceiro,
mais que tigre, home cruel;
de gracia, de santidade,
non de sangre, he a nosa ley.

O Meniño he cousa grande...
a, a, a::: falar non sei... *
das cavidades do peito
salir ò Corazon quer.

¡Ay meu Dios!.. nun triste alpendre,
sin lume, nin fume!.. ¿Que?
por vestir à nos de gracia,
desnudiño padecer?

* Et dixi; A, a, a, Domine Deus, ecce nescio loqui.. Jer. c. 1.

Cefiros amorosiños,
rosas mil, è mil vertei
sobre este neniño hermoso;
que de frio ha de morrer.

¡Ay! que regalo, è que groria!
¡ay! que consolo, è placer!
un Neno como unha rosa,
contan que en Belen naceu.

Coplas.

1.ª

Ora cala, miña perla,
Por que me dás compasion, §
E tua Mai serà capaz
De rebentar de dolor. §

2.ª

¡ Como atereces de frio!
Como sintes ò rigor
Dò inverno! por nosas culpas
Padeces tanta aflicion.

3.ª

Todos ôs Pastores cantan,
E tu chorando meu Dios!
Anxeliños coas alas
Cubride ô veso Señor.

4.ª

Ay quen me dera un garrido
Pra acalentalo ró, ró,
Ora cala, è ora cala
Non chores tanto non, non.

5.ª

Hei de darche un Paxariño,
Teño de darche unha flor;
Unha flor que foi collida
No campo de Jericó.

6.ª

Mais tu non deseas flores,
Solo queres corazóns,
Que sepan corresponder
A à tua grande afliccion.

la / Solemnidad del glorioso / Nacimiento de Nuestro / Señor y Redentor Jesu-Christo / en la Santa Yglesia Catedral / de / Mondoñedo / el presente año de 1823. / Puestos en Musica / Por D[o]n José Pacheco / Racionero M[aest]ro de Capilla / de la propia Santa Yglesia. Som em total 8 os vilancicos. Os sete primeiros, em castelhano (13). O nosso vilancico é, pois, o oitavo e derradeiro; intitula-se «Villancico Octavo. / Tonada Gallega», e leva como epígrafe introdutória umha cita do profeta Isaías e como nota a rodapé outra de Jeremias, ambas em latim, e assim as recolhemos na ediçom.

Em vista do valor especial que apresenta neste caso o manuscrito oferecemos umha reproduçom facsimilar das 3 páginas que ocupa o nosso vilancico.

Duas quadras deste poema servirom, levemente modificadas, como texto do vilancico que se cantou em 1847: a quadra quinta (versos 17-20) serviu de base ao estribilho, e a terceira (vv. 9-12) foi a primeira copla. Nom se nos conservarom mais coplas, de modo que nom sabemos se forom colhidos ainda outros trechos do presente texto, mas é provável que assim fosse. Eis, pois, o vilancico de 1847:

1847: «Fora lutos, nom mais choros»

[Estribilho]

Fora loitos... nom mais choros,	1	Fora lutos, nom mais choros:
amenzeu ò noso Ben;		amanheceu nosso bem,
Xà naceu ò Rey Supremo	3	já nasceu o rei supremo
q^e. hà de rexir à Israel.		que há de reger Israel.

Coplas

Humildade, mansedumbre,	5	Humildade, mansuetude,
amor anunciado vèn,		amor anunciado vem,
en forma de servo pobre,	7	em forma de servo pobre,
sendo un verdadeiro Rey.	8	sendo um verdaeiro rei.

Este vilancico de 1847 conserva-se na partitura autógrafa de Pacheco, intitulada «Original de un Villan^c[ic]o. Gallego al S[an]^to. Nacimim^to. p[ar]^a. el año de 1847. Del M[aest]ro Pachecho». O estribilho tem ao começo na partitura a indicaçom «Solo»; depois, como sempre, deverá repeti-lo o coro. Ao iniciar-se a copla, por sua vez, a partitura indica «Coplas à Solo».

Como se pode constatar, entre ambos os textos há as seguintes variantes (em primeiro lugar, o texto de 1823): 11 *probe]* 7 *pobre;* 17 *loito]* 1 *loitos;* 18 *amenceu]* 2 *amenzeu;* 19 *he nado ò Principe amable]* 3 *Xá naceu ò Rey*

(13) Eis os títulos dos sete vilancicos em castelhano (isto é, o primeiro verso, pois carecem de título propriamente dito; entre parêntesis transcrevemos algumha outra indicaçom inicial, quando nos parece significativa): 1 («Villancico para la Calenda y primero para la noche»): «Desde aquella antigua deuda»; 2: «De la culpa la noche tenebrosa»; 3: «A Belén va caminando»; 4 («Hymno»): «Sonó de Isaías»; 5: «Albergue venturoso»; 6 («Hymno»): «Decid vuestras odas»; 7: «¿Si Dios nos visita».

Supremo. Esta última mudança (de «Principe amable» para «Rey Supremo») terá-lhe parecido ao revisor do texto (seguramente o mesmo Pacheco) mais congruente com o que se afirma logo no v. 8 («sendo un verdadeiro Rey»).

Observaçons.

As duas citas proféticas estám tomadas da versom da Vulgata; a letra *C,* significa em ambas «Caput», em latim 'capítulo'. A introdutória é de Isaías 2,4 («Nom brandirám a espada umhas gentes contra outras, nem se exercitarám mais para a guerra»). A que se aduz em nota ao v, 26 procede de Jeremias 1,6 («E eu disse: 'Ah, Senhor Deus, mas nom sei falar!'»).

Em vários pontos do texto ressoa igualmente a inspiraçom noutras passagens proféticas de carácter messiánico; assim, os vv. 9-12 (o Messias como servo humilde), 13-14 (justiça e paz juntamente, embora nos textos proféticos estes conceitos possuam conotaçons diferentes aos nossos vocábulos actuais), 15-16 (a terra produz leite e mel).

Parece perceber-se ademais umha clara referência a sucessos do momento; a citaçom bíblica introdutória e os vv. 21-24, com as suas alusons à espada e às dissensons populares, devem de ter como fundo histórico umha situaçom de violência. Em Abril daquele ano um exército estrangeiro, os «Cem mil filhos de Sam Luís», invadira o território espanhol e impusera novamente o regime absolutista sob o rei Fernando VII, pondo assim fim, em Outubro, ao triénio liberal 1820-1823. Seguiu-se um período, afortunadamente breve, de cruel repressom contra os liberais e constitucionalistas, promovido mais por autoridades locais que polo governo central, em vingança polos atropelos cometidos polas autoridades liberais nos derradeiros tempos do seu triénio. Provavelmente esta desavença teve também algum doloroso reflexo em Mondonhedo, que na altura era capital de província (14).

Será, pois, perante tal situaçom de fundo que o autor do nosso texto mostra um espírito decididamente conciliador e pacifista, em consonância com os anúncios proféticos do reino de paz que o Messias vem instaurar. Nas suas palavras «de graça, de santidade, / nom de sangue é a nossa lei» (vv. 23-24) parecem ecoar as que anos antes escrevera o sacerdote corunhês Manuel Pardo de Andrade no seu librinho conta a Inquisiçom (1813): «É a lei de Jesus Cristo / lei de caridade e amor» (vv. 57-58).

---

(14) Sobre as violências desse momento de repressom, denominado por vezes «O terror blanco», vejam-se as afirmaçons de Raymond CARR (no seu livro *España 1808-1975,* Editorial Ariel, Barcelona, 3.ª ed. 1985), quem, no entanto, considera tendenciosamente exagerada a visom que desses factos deu a historiografia liberal do século passado: «El hecho de que Angulema, jefe del ejército francés de ocupación estuviese desesperado por su impotencia en limitar las represalias e imponer un acuerdo moderado, oculta que la cruel reacción que censuró fue relativamente breve» (pág. 152); «Fueron las autoridades locales y no el gobierno central las responsables del Terro Blanco, represalia por el terror radical de 1822-23» (pág. 153). De qualquer modo, repressom cruenta existiu: sirva de mostra o facto de que Riego, que iniciara com o seu pronunciamento constitucional de Janeiro de 1920 o período de domínio liberal, foi enforcado em Madrid a 7 de Novembro de 1823.

3

1828: «Vinde, vinde, meus pastores»

[Estribilho]

Vinde, vinde meus Pastores	1	Vinde, vinde meus pastores,
vereis à cousa mellor,		vereis a cousa mellor;
ô Meniño mais hermoso	3	o meninho mais formoso
qᵉ, nunca alumbrou ò sol.		que nunca alumiou o sol.
Meu Queridiño meu ben,	5	Meu queridinho, meu bem,
miña xoia meu amor,		minha jóia, meu amor,
qᵉ, vagoas vota, parece	7	que bágoas bota!; parece
qᵉ, me leba ò corazon.		que me leva o coraçom.

Coplas

1.ª

Ora cala, miña perla,	9	Ora cala, minha pér'la,
Por que me dás compasion,		porque me dás compaixom,
E tua Mai será capaz	11	e tua mae será capaz
De rebentar de dolor.		de rebentar de *dolor.*

2.ª

¡Como atereces de frio!	13	Como atereces de frio!,
Como sintes ò rigor		como sentes o rigor
dò inverno! por nosas culpas	15	do inverno!; por nossas culpas
Padeces tanta aflicion.		padeces tanta afliçom.

3.ª

Todos ôs Pastores cantan,	17	Todos os pastores cantam,
E tu chorando meu Dios!		e tu chorando, meu *Dios!*
Anxeliños coas alas	19	*Angelinhos,* com as asas
cubride ô voso Señor.		cubride o vosso Senhor.

4.ª

Ay quen me dera un garrido	21	Ai!, quem me dera um garrido
Pra acalentalo xó, xó,		pra acalentá-lo, xó, xó!
Ora cala, è ora cala	23	Ora cala, e ora cala,
Non chores tanto non, non,		nom chores tanto, nom, nom.

5.ª

Hei de darche un Paxariño,	25	Hei de dar-che um passarinho,
Teño de darche unha flor;		tenho de dar-che umha flor,
unha flor que foi collida	27	umha flor que foi colhida
No campo de Jericó.		no campo de Jericó.

6.ª

Mais tu non deseas flores,	29	Mas tu nom desejas flores,
Solo queres corazóns,		*sólo* queres coraçons
Que sepan corresponder	31	que saibam corresponder
A à tua grande afliccion.	32	à tua grande afliçom.

Métrica.

Romance de 32 versos heptassílabos, com rima aguda em *o,* distribuídos em oito quadras, a primeira das quais constitui o estribilho, e as sete restantes, coplas.

Manuscritos e variantes.

O texto do estribilho (vv. 1-4), juntamente com o de umha primeira copla nom numerada (vv. 5-8), aparece numha particela que contém a parte vocal; leva o título «Voz / Tonada Gallega». Como sempre, o estribilho repete-o coro («Todos»). Essa copla sem número vem depois da repetiçom coral do estribilho, com as indicaçons «Coplas. Solo» (15).

As seis coplas restantes vêm na outra cara do papel, sem melodia, com o título «Coplas», e numeradas de 1.ª a 6.ª Parece, pois, que o copista, no momento de numerá-las, se esqueceu que já ia umha copla junto com a melodia (a qual, como sempre, é idêntica para todas elas); a numeraçom correcta aqui deveria ser de 2.ª a 7.ª No entanto, preferimos, por cautela, manter-nos fieis aos manuscritos neste ponto. De resto, oferecemos umha reproduçom fac-similar desta parte, por ser um testemunho particularmente valioso desde o ponto de vista lingüístico-literário.

O estribilho e a quadra seguinte (portanto, os vv. 1-8) aparecem também formando parte doutro vilancico mindoniense, sem data, publicado por Álvarez Blázquez; constituem nesta peça o estribilho e a primeiro copla. Destes oito versos apenas é diferente o primeiro: *Vinde, vinde meus Pastores] Vinde ledos, galeguiños.* Este vilancico carece de mais coplas, mas conta com umha introduçom dialogada, que é elemento freqüente no género. Como nom está datado, nom sabemos se será anterior ou posterior ao nosso.

No ano 1900 o maestro Saavedra tomou novamente o estribilho destoutro vilancico como base para o estribilho do vilancico desse ano, modificando o segundo verso, de modo que ficou assim: «Vinde ledos, Galleguiños, / pra adoràr oxe con nos, / o Miniño mais hermoso / q^{e}, nunca alumbróu o Sol». Como se vê, além de ser novo o segundo verso, há no terceiro a variante *Miniño* por *Meniño.*

---

(15) Catalogaçom musical de Trilho e Villanueva: *«720. Vinde, vinde, meus pastores,* en La, a 5 v. T, SATB y orqu.: Ott., Fl., 2 Clar., 2 Fag., 2 Cor., 2 Vl., Vla, «Violón a la molinera», Cont. (B.), 1828». De Cal Pardo e Bourligueux: «35. *Vinde, vinde, meus pastores.* 1828, SATTB, 2 v., va., cl., fl., flautín, 2 fag., baxón, biolón. (Partichelas)».

Observaçons.

Como noutros vilancicos mindonienses e como em escritores dali nativos, a forma *tu* (vv. 18 e 29), de resto etimológica e normativa no português culto, reflecte o português falado na comarca de Mondonhedo e de grande parte da Galiza oriental, frente ao domínio da forma popular *ti* no resto da Galiza.

O v. *acalentar* 'fazer calar alguém, nomeadamente umha criança que chora, sobretudo aconchegando-a ao peito' nom é um castelhanismo relacionado com o cast. *calentar* mas é um derivado autóctone de *calar;* no presente texto essa relaçom com *chorar* e *calar* fica bem manifesta (v. 18; «tu chorando»; vv. 23-24: «Ora cala, e ora cala, / nom chores tanto»); de resto, aqui nom se trata de acalentar o menino aconchegando-o ao peito mas dando-lhe um «garrido» (v. 21); um passarinho ou umha flor (vv. 25-29). Há também a variante *acalantar,* hoje menos usual, que aparece já numha cantiga de escárnio de Airas Pêrez Vuitorom, falando de um péssimo jogral a quem todos dam regalos para que nom cante: «Dom Martim Gal' est' acustumado / de lhi dar algo todos de grado; / e dizem que é bem empregado / sol que podessem *acalantá-lo:* Bem merec' algo Dom Martim Galo, / quando quiser cantar, por leixá-lo...» (B 1483, V 1094), O Padre Sarmiento recolheu também *acalentar* (16).

4

1829: «Em Belém há muita festa»

[Estribilho]

Em Belen hay moita festa	1	Em Belém há muita festa;
oio Pandeiros, é Gaita,		ouço pandeiros e gaita;
vamos à Belen Pastores	3	vamos a Belém, pastores,
levemos as nosas Frautas.		levemos as nossas flautas.

(16) Parece-nos excessivamente cautelosa a opiniom de Antônio Geraldo da Cunha quando no seu *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa* (Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1.ª ed. 1982, 2.ª ed. 1986, s.v. *acalentar)* se limita a sugerir que «Parece relacionado com *calar»:* a existência em castelhano medieval (Berceo) de *callantar* e em asturiano actual *acallentar* e, por outra parte, de *acalar* na nossa língua medieval (B 1.501: cantiga «Par Deus, Lourenço, mui desaguisadas», de Joám García de Guilhade), forma paralela à castelhana actual *acallar,* parecem fundamento suficiente para afirmar que cumpre partir de *calar.* De qualquer modo, dado que tudo nos leva a pensar que a palavra existe desde a mesma origem do idioma, talvez nom devamos excluir que no momento da sua formaçom, quando ainda nom caíra o *l-* de CALENTEM, de que depois resultaria através de *caente* o moderno *quente,* houve umha certa conexom mental entre as duas raízes, favorecida pola experiência comum de que umha forma corrente de conseguir que deixe de chorar umha criança é aconchegá-la contra o calor do próprio peito; no momento em que CALENTEM perdeu o *-l-,* a consciência da relaçom etimológica e semântica com *calar* impediu que sucedesse outro tanto em *acalentar;* com isso a relaçom com CALENTEM obscureceu-se, mas sem desparecer totalmente do conteúdo semântico do verbo, que conserva umha certa conotaçom de 'aconchegar'. No entanto, este processo é inseguro, visto que a variante *acalantar,* que oferece menos base para umha ligaçom consciente com CALENTEM, se documenta antes que *acalentar:* aquela no século XIII, como vimos, e esta apenas no XV. É mais provável que a forma *-entar* seja efectivamente posterior a *-antar,* e que, como no caso de *aguantar / agüentar,* se originasse sob o influxo da maior abundância de vocábulos terminados em *-entar.* Por outra parte, na formaçom de *acalantar / acalentar* deveu de haber ademais influxo do parónimo *amamantar / amamentar,* e talvez também de *adormentar.* Em resumo, o étimo é *calar* com o sufixo *-antar / -entar,* ao qual se pôde acrescentar umha interferência de CALENTEM.

Coplas

!Ay q^e, noite tan hermosa	5	Ai que noite tam formosa,
q^e, noite tan linda è crara;		que noite tam linda e clara;
à todo ô mundo convida	7	a todo o mundo convida;
vamos, vamos sin tardanza.	8	vamos, vamos sem tardança!

Métrica.

Romance de 8 versos heptassílabos, com rima grave em *a-a.*

Manuscritos e variantes.

Conservam-se particelas; entre outras, umha para flautim (intitulada «Flautin ala Chouteira p[ar]ª. 1829 del M[aest]ro Pacheco.») e outra para vozes com o texto. Como de costume, o estribilho canta-o primeiro um solista («Solo») e depois o coro («Todos»). Haveria outras coplas, como era habitual e como faz supor a epígrafe «Coplas», em plural, no início da única que se nos conservou (17).

(17) Descriçom musical do vilancico polo maestro Saavedra: «*Num[er]º, 36,* / En Belén hay moita festa, / Villan[ic]º, Gallego al / S[an]tº, Nacim[ient]º, de / N[uestro], S[eñor], J[esucristo]., / en La mayor, / a 4 voc[e]s, y / toda Orquesta, / del / M[aes]tro, / Pacheco». Catalogaçom por Trilho e Villanueva: «*705. Em Belém hai muita festa,* en La, a 4 y SATB y orqu.: Ott., 2 Clar., 2 Fag., 2 Cor., 2 Vl., Vla., Cont. (Vlc., B.). 1829». Por Cal Pardo e Bourligueux: «15. *En Belén hay moita festa,* 1829. SATBB, 2 v., va., fl., 2 cl., 2 fag., 2 cor., violón. (Partichelas)».

A inadequaçom do modelo de separaçom lingüística escolar em Euskadi para umha efectiva normalizaçom do euskara em dito âmbito*

Xabier VILHAR TRILHO
Professor da Universidade de Santiago de Compostela

No vigente ordenamento jurídico espanhol contempla-se, no campo do ensino, tanto o modelo de separaçom lingüística —veiculaçom de ensino numha só língua— como o de conjunçom lingüística —que exige a veiculaçom do ensino nas duas línguas em contacto— (1). No sistema educativo basco rege o modelo de separaçam lingüística. Assim, a Lei 10/1982, de 24 de Novembro, básica de normalizaçom lingüística do uso do euskara sanciona um critério separador, ao estabelecer, no seu art. 15, o direito a receber o ensino em qualquer das duas línguas oficiais nos diversos níveis educativos sem excepçom: «Se reconoce a todo alumno el derecho a recibir la enseñanza tanto en euskera como en castellano». Política lingüística legislativa esta, de separaçom lingüística, que se desenvolve posteriormente no Decreto 138/1983, de 11 de Julho, do Departamento de Educaçom e Cultura do Governo basco, ao fixar que o uso das línguas oficiais no ensino nom universitário se fará de acordo com os modelos A, B e D. No modelo A: «Todas las materias —exceptuando el euskera— se impartirán básicamente en castellano», no modelo B: «Tanto la lengua castellana como el euskera se utilizarán para impartir las otras materias», e no modelo D: «Todas las materias —exceptuando la lengua castellana— se impartirán básicamente en euskera».

---

* Comunicaçom apresentada nas *Jornadas sobre o Regime Jurídico do Euskara,* celebradas em Sam Sebastiám, entre o 3 e o 5 de Outubro de 1989.

(1) Assim o pôe de relevo MILIAN I MASSANA nos seus trabalhos «Los derechos lingüísticos en la enseñanza, de acuerdo con la Constitución», em *Revista Española de Derecho Constitucional,* núm. 7, Janeiro-Abril 1983, e «De la separació a la conjunció lingüística a l'ensenyament; el títol II de la Llei 7/1983, de 18 d'Abril», em *Revista de Llengua i Dret,* núm. 3, Abril de 1984, vol. 2.

De todas formas, este modelo de separaçom lingüística aparece perturbado pelo Decreto 69/1981, de 9 de Janeiro, de ordenaçom da Educaçom Geral Básica e fixaçoM dos ensinamentos mínimos para o ciclo inicial da mesma, ao impossibilitar practicamente que os nenos basco, catalano e galegofalantes podam receber sem interferências perturbadoras a aprendizagem da leitura e escrita na sua própria língua, já que ordena, no art. 2 e Anexo I, como ensinamentos mínimos dentro do ciclo inicial —que se corresponde com a idade em que se recomenda a aprendizagem da leitura e escrita na língua própria— *dominar* (itálico nosso) em língua castelhana a técnica leitora, ao mesmo tempo que a escrita das palavras do vocabulário usual e próprio do ciclo. Concedamos, nom obstante isto, que no caso do País Basco estamos diante de um modelo, basicamente, de separaçom lingüística (2).

No caso galego, como também no suposto catalám, consagrouse tanto um sistema de separaçom no ensino primário (preescolar e ciclo inicial da EGB): «os nenos teñen direito a recibi-lo primeiro ensino na sua lingua materna», art. 13.1 da Lei de normalizaçom lingüística galega, como de conjunçom para os restantes níveis do ensino: «Nas materias non aludidas neste artigo (línguas e literaturas galegas e castelhanas), calquer que sexa o nivel ou modalidade na que se impartan, excepción feita do previsto no apartado anterior (no que se preceitua que no nivel de preescolar e ciclo inicial da EGB os profesores utilizarám na aula a língua materna predominante entre os alunos) usarase indistintamente o galego e o castelán, se ben o respectivo Consello de Dirección... haberá de arbitrar un equilibrio na utilización dun e doutro idioma» (3), art. 2.3 do Decreto da Conselharia de Educaçom 135/1983, de 8 de Setembro, polo que se desenvolve, para o ensino, a Lei 3/1983 de normalizaçom lingüística.

Em Catalunha, partindo de um modelo similar ao descrito ao falar da caracterizaçom nos níveis superiores do ensino básico e secundário), se tentava eliminar progressivamente esta conjunçom do catalám como única língua veicular do ensino. Este era o objectivo do art. 14.5 b) da Lei de normalizaçom lingüística em Catalunha («L'Administració ha de prendre les mesures convenients perquè.. b) la llengua catalana sigui emprada progressivament a mesura que tots els alumnes la vagin dominant»), o Decreto 362/1983, do 30 de Agosto, sobre aplicaçom da Lei de normalizaçom lingüística em Catalunha no âmbito do ensino nom universitário, estabelecia, no seu art. 9, que «es fará una extensió progressiva de la llengua catalana com a llengua d'ensenyament a partir del Cicle Mitjan de EGB, per tal d'aconseguir un coneixement

(2) É de salientar que em dito Decreto de ensinamentos mínimos nom se lhes exigia, reciprocamente, às crianças castelhanofalantes, que vivem em Euskadi, Catalunha e Galiza, a leitura e escrita do euskara, catalám e galego. A ordem da Generalidade de 11 de Maio de 1981, pola que se regulam os ensinamentos de parvulário e ciclo inicial da EGB, fixo extensível dita reciprocidade aos nenos castelhanofalantes e trata de evitar as interferências perturbadoras, preceituando umha certa sucesom na adquisiçom das línguas: «a adquisiçom da segunda língua tem de reproduzir em termos gerais o processo da língua que já se fala».

(3) Quando reproduzimos o texto das disposiçons legais autonómicas galegas, respeitamos a sua ortografia oficial isolacionista. Nós empregamos uma ortografia reintegracionista ou também chamada «lusista», como se pode observar.

de la llengua catalana i castellana ponderat i compensatori en el Cicle Superior i en els nivells d'ensenyament secundari». Ainda mais, num anterior Decreto, de 5 de Agosto de 1982, sobre normalizaçom do uso das duas línguas oficiais no sistema de ensino de Catalunha, se permitia «utilizar umha única língua veicular *em todas as matérias*» (itálico nosso), opçom que se confirmava nas disposiçons transitórias primeira e segunda do mencionado Decreto 362/1983. Com o qual cabia perguntar-se se no caso catalám estavamos efectivamente diante de umha auténtica conjunçom lingüística. De todas formas si cabe continuar qualificando o sistema catalám de conjunçom lingüística *mínima,* na medida em que o Governo do Estado, a pôr freio a essa plena catalanizaçom, mediante a modificaçom do mencionado Decreto 362/1983, de 30 de Agosto, por outro posterior, de 6 de Dezembro de 1983, no que se fai a reserva de que um mínimo de umha asignatura ou área, ademais da língua castelhana, se tem que impartir neste idioma (4). Na legislaçom autonómica galega, polo contrário, já nunca se tentou alcançar um monolingüismo veicular em galego nos níveis seguintes ao ensino primário. Recorde-se o anteriormente citado art. 2.3. do Decreto 135/1983 da Conselharia de Educaçom da Junta de Galiza, de 8 de Setembro, polo que se desenvolve, para o ensino, a Lei de normalizaçom lingüística em Galiza: «Nas materias non aludidas neste artigo (as aludidas som as Línguas e Literaturas galegas e castelhanas), calquer que sexa o nivel ou modalidade na que se impartan, excepción feita do previsto no apartado anterior (no que se preceitua que, no nível de Preescolar e no ciclo inicial de EGB, os professores deverám usar nas aulas a língua materna predominante entre os alunos), usarase *indistintamente* o galego e o castelán, se ben o respectivo Consello de Dirección... haberá de arbitrar *un equilibrio na utilización dun e doutro idioma*» (itálico nosso). A legislaçom galega sempre mostrou uma enfermiça preocupaçom por estabelecer uma perfeita igualdade entre o galego e o castelhano, que, dada a desigual situaçom real na que se acham uma e outra (de minorizaçom e recessom no caso do galego e de dominaçom assimiladora no caso do castelhano) nom contrapesa a fáctica inferioridade do galego. O legislador galego esquece que nom se pode tratar igualmente situaçons desiguais.

Ora bem, o que é muito discutível é que a separaçom seja o modelo mais apropriado para proteger e promover o uso do euskara, e a conjunçom o sistema mais adequado para a normalizaçom do galego e do catalám. Nom estamos de acordo com o argumento de Milian i Massana de que, quando o número de falantes de umha língua é mui minguado (caso do euskara), a política lingüística que cabe adoptar para protegê-lo e promovê-lo seja a consis-

---

(4) O Decreto 362/1983, de 30 de Agosto, também fora impugnado por um particular ante a Audiência Territorial de Barcelona, a qual em Sentença de 11 de Março de 1985, declarara nulo, entre outros, o seu comentado art. 9. Nom obstante o posterior recurso interposto pola Generalidade contra esta sentença foi acolhido polo Tribunal Supremo, em Sentença de 21 de Janeiro de 1988, anulando comodamente as actuaçons do impugnador particular, sem necessidade de pronunciar-se sobre o fundo do assunto, com o argumento formal procesual de que nom interpugera um recurso preceptivo previo de reposiçom. De ter-se confirmado a sentença da AT de Barcelona, se teria atentado fortemente contra o sistema de conjunçom lingüística configurado na Catalunha. Ora bem, esta soluçom do TS é insatisfactória, pois deixa aberta a possibilidade de uma nova impugnaçom.

tente na separaçom lingüística; e de que, contrariamente, o modelo de conjunçom lingüística seja o melhor meio de salvaguardar e potenciar uma língua cuja percentagem de nenosfalantes é ainda bastante elevado (caso do catalám e do galego) (5). Apoiando-nos no mesmo autor, Pizzorusso —do qual Milian i Massana toma a distinçom entre o que o autor italiano chama *bilingüismo total* (= conjunçom) e *separatismo lingüístico* (= separaçom)—, sería possível objectar à argumentaçom do professor catalám, que a conjunçom, ao levar tendencialmente à fusom das comunidades lingüísticas contrapostas, corre o risco de jogar em total prejuízo da comunidade mais débil (6), sobretudo, acrescentamos nós, quando as duas línguas em contacto pertencem à mesma família lingüística (supostos do galego e do catalám a respeito do espanhol). Entretanto que, no caso inverso, o modelo de separatismo lingüístico —que Pizzorusso (7) estima o mais radical meio de defesa das minorias lingüísticas, por pensar dele que evita favorecer toda forma de recíproca assimilaçom— pode cair, segundo a nossa opiniom, no perigo de contribuir ao confinamento da língua minoritária no *ghétto* do seu inicial âmbito territorial e demográfico reduzido, sobretudo quando se trata de línguas em contacto, estruturalmente muito distantes (caso do euskara em relaçom com o espanhol). Neste último suposto, a assimilaçom produze-se pola via do «apartheid» confinatório da língua «genericamente» mui distinta. A comunidade lingüística minoritária, mantida permanentemente na sua condiçom de minoritária, verá-se obrigada, para sair do seu reduto, a se servir da língua invasora, que vinha e segue desempenhando funçons de transmissom cultural e comunicaçom extra-comunitária. No caso da utilizaçom conjunta de duas línguas genética e estruturalmente muito semelhantes (galego e catalám em relaçom ao espanhol) a assimilaçom veicula-se através do «contagio» dialectizador, que sofrem as línguas de inferior *status* pola superior.

De tal forma que, se a nossa argumentaçom é consistente, de ter que recomendar um modelo, seria mais recomendável no caso de Euskadi o sistema de conjunçom, contrariamente à tese de Milian i Massana, já que nom se correriam riscos de interferências, ao se tratar de línguas muito distantes morfologica e sintacticamente, contribuindo, assim, a que o euskara fora melhor conhecido polos castelhanofalantes, ao tê-lo também como veículo de ensino nalgumhas matérias. Pela razom complementária, na Galiza e na Catalunha deveria ter sido adoptado o sistema de separaçom lingüística, em lugar da con-

---

(5) *Cfr.* MILIAN I MASSANA, «De la separació a la conjunció lingüística a l'ensenyament: el títol II de la Llei 7/1983, de 18 d'Abril», em *Revista de Llengua i Dret,* núm. 3, Abril de 1983, pág. 36, nota a rodapé núm. 10.

(6) PIZZORUSSO argumenta assim: «...col primo sistema (bilingüismo total) gli appartenenti a ciascun gruppo vengono posti nella pratica necessità di acquisire anche la lingua del'altro, si pongono evidentemente le premesse per arrivare nel giro de qualche generazione all'eliminazione della divisione ed alla conseguente formazione di un gruppo unico potenzialmente bilingue, *ma piú probabilmente assimilato dalla maggioranza.* All'opposto nel secondo caso (separatismo lingüístico), le garanzie relative all'uso delle lingue sono contenute nel minimo necessario per rendere praticamente possibile la convivenza, *ma si cerca di impedire, o quanto meno si evita di favorire, ogni forma di reciproca assimilazione»* (itálico nosso), em *Il pluralismo linguistico tra Stato nazionale e autonomie regionali,* Pacini Editore, Pisa 1975, pág. 78.

(7) *Ibidem.*

junçom imperante, dado que esta nom é aconselhável quando existe umha grande similitude morfosintáctica entre as línguas em contacto e quando os nenos galego e catalanofalantes som maioria. Nom é sustentável manter que o Legislador actue com umha intencionalidade maquiavélica ao fazer a lei, mas se este fosse o caso, nada mais adequado, objectivamente, para contribuir, baixo a aparência de normalizaçom, a desnormalizaçom do euskara, galego e catalám, que os sistemas de separaçom e conjunçom lingüísticas tal como estám atribuidos no ordenamento jurídico espanhol vigente. Se por normalizaçom lingüística entendemos aquel processo polo qual se da, inexcusavelmente, umha ampliaçom dos usos do idioma «recessivo» e um correlativo repregamento dos usos do dominante (8), entom nada mais longe que os sistemas de separaçom e conjunçom lingüísticas tal como se aplicam no Estado espanhol e em si mesmos considerados.

Em definitiva, só um modelo de estricta separaçom lingüística no ensino primário, para evitar todo tipo de interferências antipedagógicas, combinado com um modelo de conjunçom lingüística, para os restantes níveis do ensino, no que se prime o uso do euskara —neste caso de umha forma mais paulatina e prudente, devido à maior dificuldade que oferece para os castelhanofalantes, por ser umha língua estruturalmente muito distante para eles—, do galego e do catalám —nestes supostos se poderá fazer com maior celeridade, dado o parentesco lingüístico que os liga com o castelhano—, pode contribuir a superar a situaçom de *diglossia glotofágica* na qual se acham. Compensaria-se, assim, com umha maior presença destas línguas no ensino, os numerosos âmbitos da vida social de que se encontram relegadas. A separaçom lingüística impede que a língua minoritária, e estruturalmente muito diferenciada da maioritária e dominante (caso do euskara), seja bem conhecida polos castalhanofalantes, pois, ao ser excluida como veículo de ensino para estes, nom reforça o conhecimento que podem adquirir dela, estudando-a como simples disciplina. Bem é verdade que tampouco a conjunçom lingüística é um instrumento adequado para umha auténtica normalizaçom lingüística, pois, como di Azurmendi (9), segundo se despreende das investigaçons realizadas durante a última década na Comunidade Autónoma Basca:

> «Aliás, o 'Modelo B', teoricamente bilíngüe (ensino nos dous idiomas como línguas veiculares) também nom garante um conhecimento suficiente do euskara no final do EGB, de modo a nom poder considerar-se 'euskaldunberri', ou basco-falante a populaçom escolar que tiver o euskara como L2; quer dizer, este sistema nom garante o bilingüismo activo.

---

(8) Assim caracterizam MOLLÀ e PALANCA a normalizaçom lingüística: «és un procés durant el qual (a través del qual) una llengua comença a desplegar una sèrie de funcions (lingüístiques) i a ocupar (a ser usada en) un conjunt d'àmbits que fins aleshores *pertanyien* a l'altra», em *Curs de Sociolingüística I*, Edicions Bromera, Alzira 1987, pág. 97.

(9) M.ª J. AZURMENDI, «Situaçom psicossociolingüística do contacto de línguas na Comunidade Autonómica Basca», em *AGALIA*, n.º 16, Inverno 1988, pág. 395.

.....

> Cumpre salientarmos que, em geral, nom se pode garantir a aquisiçom suficiente de euskara sem umha escolarizaçom intensiva mercê aos denominados procedimentos de 'imersom' junto com o ensino em euskara, característico do 'Modelo D' (ensino em euskara como língua veicular e só a disciplina de espanhol impartida em espanhol), enquanto acontece todo o contrário com o espanhol, de modo que, sem nengumha escolarizaçom neste idioma, e seguindo o 'Modelo D' (ensino somente em euskara), adquire-se competência em espanhol não apenas em grau suficiente, mas até desloca o euskara como língua dominante, já desde os doze anos aproximadamente» (10).

Portanto, mesmo a conjunçom lingüística, modelo alternativo à separaçom, deve ser corrigida a favor da implantaçom progressiva de um monolingüismo veicular tanto em euskara quanto em galego e em catalám. Só, assim, se contribui a evitar que os euskalduns e os galego e catalano-falantes —postos na obrigaçom de adquirir a língua dominante e dominá-la como se fosse a própria (11)— fiquem profundamente «bilingüizados», ou, o que é o mesmo, profundamente assimilados pola comunidade lingüística castelhana, dado o maior prestígio cultural e riqueza de usos sociais do espanhol, única língua oficial do Estado, com maior presença nos meios socio-económicos e língua de comunicaçom internacional. Até tal ponto é isto último (o castelhano, língua de comunicaçom *intra* e *extra* Estado) decisivo, que umha defesa eficaz do euskara, galego e catalám passaria por nom seguir utilizando necessariamente o espanhol como língua *franca,* como língua inexcusável na relaçom entre as distintas comunidades lingüísticas do Estado espanhol e destas com as do exterior do Estado. Se nom for assim, significaria, como di Lôpez-Suevos (12), a persistência de facto da vassalagem cultural de Euskadi, Galiza e Catalunha ao espanhol.

---

(10) A conclusom que AZURMENDI tira a respeito do 'Modelo D' é a de que é o único que «garante a adquisiçom do euskara com umha competência suficiente como para se desenvolver de modo equiparável nas duas línguas em contacto, ao acabar o EGB; quer dizer, o 'Modelo D' é o sistema de ensino que alcançaria com mais adequaçom um certo bilingüismo equilibrado entre a populaçom escolar», *op. cit.*, págs. 394-95.

(11) Essa parece ser, como vimos, a intencionalidade do Real Decreto 69/1981, de 9 de Janeiro, de ordenaçom da Educaçom Geral Básica e fixaçom dos ensinantes mínimos para o Ciclo Inicial. É também a intençom do, por exemplo, art. 14.4 da Lei de Normalizaçom Lingüística de Galiza: «As autoridades educativas da Comunidade Autonóma garantizarán que ó remate dos ciclos en que o ensino do galego é obrigatório, os alunos coñezan este, nos seus niveis oral e escrito, *en igualdade* co castelán» (itálico nosso).

(12) LÔPEZ-SUEVOS, em *Dialéctica do desenvolvimento: Naçom, língua, classes sociais,* Associaçom Galega da Língua, A Corunha 1983, págs. 61-62, fundamenta, assim, essa aseveraçom:
«No tocante ao problema lingüístico no Estado Espanhol é interessante estabelecer um paralelismo com as particularidades que reveste o fenómeno idiomático nos dois Estados multinacionais da Europa Ocidental que intentarom chegar a uma soluçom equilibrada, Bélgica e Suiça. Ambos países tiverom éxito na medida, e só na medida, em que perspectivarom o problema linguístico desde um prisma social e sobre a base do princípio territorial. Além disso, a introduçom dumha segunda língua de aprendizagem obrigatória, própria de outra comunidade cultural do Estado, sempre trouxo problemas na prática. De resto, Bélgica só tem duas comunidades lingüísticas e, apesar de todo, cada vez há menos bilingüismo, em quanto os cidadáns belgas aprendem a língua da sua comunidade cultural e se inclinam a utilizá-la com carácter exclusivo na vida social, e depois estudam inglês e nom francês ou holandês, segundo o caso, como teoricamente deveria acontecer. Em Suiça há tres línguas oficiais mas quatro nacionais, e a tendência, com ligeiros matizes, é a mesma. É de salientar que as tres línguas oficiais da Confederaçom Helvética tenhem grande tradiçom cultural, importante literatura

As comunidades lingüísticas nom castelhanas do Estado espanhol só terám garantida a sua sobrevivência, quando nom dependam do espanhol para se relacionar no âmbito estatal e com o internacional. A comunidade lingüística que tenha que recorrer à língua alheia, que invadiu o seu próprio território histórico, está, mais cedo ou mais tarde, condenada a ser assimilada. É o que acontece —processo muito bem descrito por Sánchez Carrión (13)—, quando umha língua nom desempenha a funçom de língua nacional e nom funciona como língua que é aprendida por grupos de nativos de outras comunidades lingüísticas, que a aprendem como língua estrangeira na mesma medida, ao menos, em que pessoas nativas da própria comunidade lingüística aprendem outra ou outras línguas estrangeiras (funçom cultural ou de civilizaçom). Seguindo a Sánchez Carrión, podemos dizer que o combate entre o espanhol e o euskara, ou entre o espanhol e o galego, ou entre o espanhol e o catalám se livra por ocupar as funçons de língua nacional e de língua de cultura. O euskara, o galego e o catalám precisam assentar-se e consolidar-se como línguas nacionais no seu território histórico. Porque, do contrário, o seu teito funcional ficaria na funçom dialectal, o que implica que se lhes fecha o caminho como línguas de cultura, e que imediatamente o combate passa a entabularse por monopolizar as funçons local e familiar: o espanhol, com o valor acrescentado de única língua cultural e única língua nacional de todo o âmbito, deslocará ao euskara, galego e catalám também da funçom dialectal e confinará-os a espaços de uso de gíria coloquial. Nom nos podemos resistir a citar *in extenso* estas palavras do citado Sánchez Carrión, a modo de resumo de todos os matizes da problemática subjacente da utilizaçom conjunta ou separada, como veiculares no ensino, de línguas em contacto conflictivo:

> «... en las condiciones lingüísticas actuales cualquier comunidad lingüística para sobrevivir debe, por lo menos, situar a su lengua en el nivel de lengua nacional, como lengua exclusiva, pues ello hace que inmediatamente la tensión lingüística se desplace al escalón superior. Cuando la propia lengua es lengua de necesidad en el plano nacional, sus hablantes la perciben inmediatamente también como lengua de cultura (porque necesariamente la cultura se canaliza a través de esta lengua). El que sea también reconocida como lengua de cultura

---

técnica e umha notável difusom. Com certeza, a parte pior tocou-lhe ao italiano por razons económicas, políticas, demográficas e culturais; quem lhe-lo diria aos sardos!

Nas circunstâncias do Estado Espanhol, qualquer intento futuro de procurar umha soluçom ao problema lingüístico sobre a base de conjugar o ângulo social com o princípio territorial, mas introduzindo umha segunda língua de aprendizagem obrigatória e livre escolha entre os idiomas das restantes naçons do Estado (o que está longe da situaçom actual e representaria um progresso efectivo), tem ainda menos possibilidades de éxito, no que respeita a essa segunda língua, que nos casos descritos: cumpriria tratar nom com duas ou tres línguas senom com quatro e, por acima, só duas dessas quatro línguas tenhem umha importante projecçom cultural além das fronteiras nacionais, espanhol e galego-português, que, contodo, nom som línguas oficiais de nengum país plenamente desenvolvido. E de seguir utilizando o espanhol como língua 'franca' isso significaria de facto que a vassalagem cultural de Galiza, Euskadi e Catalunha persistiria».

(13) Ver SÁNCHEZ CARRIÓN, *Un futuro para nuestro pasado. Claves de la recuperación del euskara y teoría social de las lenguas,* Gráficas Lizarra S. L., Sam Sebastiám 1987, págs. 75 e ss.

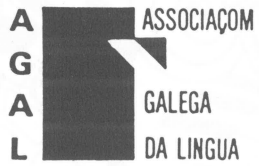
por los *extranjeros* depende no sólo del grado de inteligencia de éstos, sino también en gran medida de la eficacia en que la lengua materializa sus funciones subordinadas; de la aportación que desde ella se hace al pensamiento. Y *last but no least,* de que la propia sociedad no privilegie como lengua extranjera de estudio y conocimiento obligado a la lengua de una comunidad que no otorgue idéntico status escolar y social a la lengua propia. La razón de ello es de economía elemental: sólo así las ganancias pueden equilibrar las pérdidas. Un cierto número de aprendizajes de lenguas extranjeras avanza por la línea del continuo hasta desembocar en la nativización (ya sea en el propio sujeto, ya sea en la generación siguiente). Si no hay en la otra sociedad quien recorra el camino en dirección contraria, una comunidad lingüística se sobrerreproduce y la otra se debilita» (14).

De todo o dito, deduzimos e concluimos que nem a separaçom nem a conjunçom lingüísticas podem ser sistemas adequados para umha auténtica normalizaçom no ensino (e noutros âmbitos também) das línguas próprias das Comunidades Autónomas. Só, como temos dito já, a implantaçom progressiva de um monolingüismo veicular no ensino nas línguas próprias das Comunidades Autónomas basca, galega e catalana pode contribuir a umha autêntica e plena normalizaçom de ditas línguas no ensino. O qual nom tem porquê estar renhido com o respeito aos direitos pessoais dos nenos castelhano-falantes, residentes nessas Comunidades Autónomas, na etapa da sua formaçom primária, e que já, desde esse momento, se lhes eduque para a sua integraçom definitiva, nos níveis superiores de ensino, nas comunidades lingüísticas autóctonas dos territórios históricos dessas Comunidades Autónomas.

(14) SÁNCHEZ CARRIÓN, *op. cit.*, pág. 82.

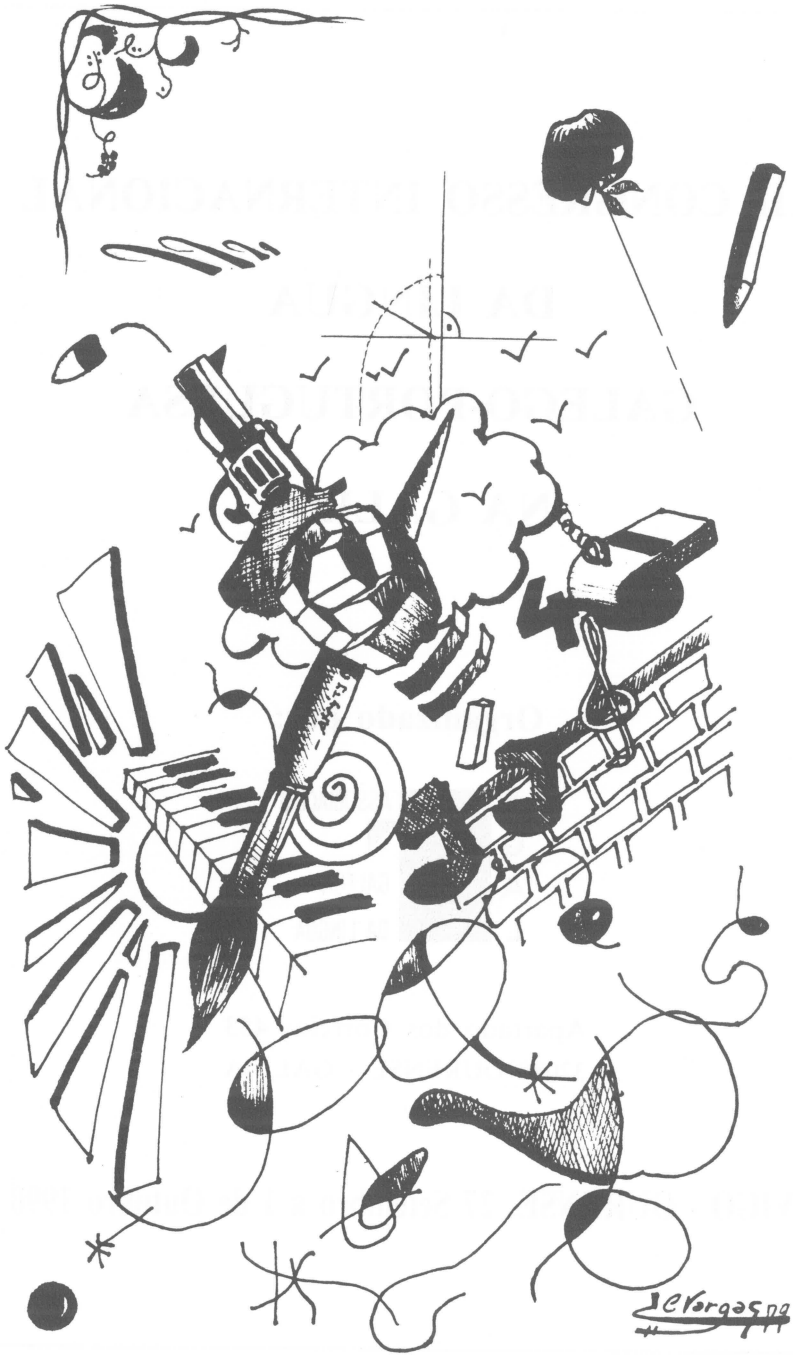
III CONGRESSO INTERNACIONAL DA LÍNGUA GALEGO-PORTUGUESA NA GALIZA

Organizado por:



Apartado dos Correios 453
32080 OURENSE - GALIZA

VIGO - OURENSE, 27 Setembro a 1 de Outubro 1990


J.C Vargas

NOTAS

A Catástrofe, relato breve de Eça de Queiroz
Comentários

A. BREA HERNÁNDEZ
A. GIL HERNANDEZ
I. RODRIGUEZ ALDREI (*)

1. INTRODUÇÃO

Com a publicação de *A Catástrofe,* acompanhada de um amplo comentário, entendemos procurar:

a) que toda aquela pessoa do âmbito galego, interessada pela obra queirozana, tenha a possibilidade de conhecer este relato breve, datável pressumivelmente na última época da sua produção literária, como também *O Conde d'Abranhos;*

b) igualmente, que qualquer leitor de galego-português possa, sob perspectivação galega, considerar um conto literário que adoita validar-se como produzido em território estrangeiro à Galiza e destinado a cidadãos não espanhóis. Que isto aconteça, é possível quer por simples desconhecimento dos leitores galegos, quer por uma fundamental atitude desidentificadora tornada em «sentido comum» da «galleguidad bien entendida».

É justamente sobre este suposto que tentamos amostrar aos galegos o facto de bem poderem perceber como próprias as obras literárias escritas em português. Produzidas nos diversos territórios e circunstâncias da extensa Comunidade Lusófona, hão-de valorizar-se não apenas como exclusivamente destinadas aos leitores virtuais assentados nesses territórios, mas como também dirigidas a todos aqueles que fazem parte dessa Comunidade Cultural, ainda que as suas condições sócio-políticas sejam diferentes.

(*) Os autores agradecem as observações que membros da «Comissom Socilingüística» da AGAL lhes fizeram em diferentes ocasiões e leituras do texto.

2. EÇA DE QUEIROZ: VIDA E OBRA.

José Maria Eça de Queiroz nasce na Póvoa de Varzim no ano 1845 e morre em Paris em 1900. Estuda Direito em Coimbra, onde integra o *Grupo dos Cinco* que intervieram na *Questão Coimbra* (1865): ele próprio, Guerra Junqueiro, Antero de Quental, Oliveira Martins e Ramalho Ortigão. Todos combatem ardentemente o reomantismo literário.

Em 1871 participou nas *Conferências Democráticas* do Casino de Lisboa; o seu contributo foi decerto decisivo para o triunfo da tendência realista na Literatura portuguesa.

Cursa diplomacia, viaja a Oriente e, em condição de cónsul, a Cuba, Inglaterra e Paris. Esta experiência de internacionalidade explica que as suas obras se caracterizem por um estilo brilhante, pragado de galicismos (na opinião dos puristas) e, em todo o caso, tonificado pela cultura europeia e designadamente inspirado em Heine, Baudelaire e nos poetas de *Parnase Contemporain,* entre outros.

Os seus dotes de narrador amostraram-se inicialmente com o relato *Singularidades duma rapariga loira* (1874), embora dantes escrevera prosas, reunidas postumamente sob a epígrafe *Prosas bárbaras* (1905). Em 1870 publicara com Ramalho Ortigão o romance de intriga *O misterio da estrada de Sintra.* A colaboração com Ramalho, bastante anterior, desenvolvera-se em *Farpas,* série de artigos jornalísticos costumistas e de sátira social, política e intelectual.

Eça inicia em 1875 os seus grandes romances com *O crime do Padre Amaro;* sendo a primeira narração realista portuguesa, critica agudametne o mundo eclesiástico da época. Segue em 1878 *O primo Basílio,* inspirado no *Madame Bobary* de Flaubert.

Também em 1878 escreve *A Catástrofe,* que, segundo parece, constitui um fragmento de um projectado romance a intitular-se *A Batalha do Caia.* Em 1879 redige *O Conde d'Abranhos.* A sua obra mestra, sem discussão, é *Os Maias* (Junho de 1888), quadro vigoroso da alta sociedade lisboeta. Sucessivamente publica *O Mandarim* (1880), *A relíquia* (1887), *A Ilustre casa de Ramires* (1900), *A cidade e as serras* (1901), etc. Outras obras suas, intituladas por ele ou pelos seus compiladores, são *Contos, Ultimas páginas* e, como projecção literária da sua biografia, *A correspondência de Fradique Mendes.*

3. EÇA DE QUEIROZ A CATÁSTROFE

Apesar de *A Catástrofe* ficcionar a história decisiva para Portugal por que um exército estrangeiro invade e ocupa a Nação (ou justamente por este motivo), Eça não identifica nominalmente a potencia invasora, se bem por todos os indícios ha de assinalar-se a Espanha. Que esse seja o motivo parece depreender-se das estimações que faz a Ramalho Ortigão numa carta datada em 1878, pressumivel ano da sua redacção; eis um fragmento:

> «*Ma pensée intime* é esta: que o livro (sendo útil como meio de mostrar ao País as consequências de prolongar uma tão horrorosa condição de abaixamento) —é, por

um lado, inoportuno e, por outro um ataque de folha em folha á vizinha Espanha: e serve portanto apenas para criar irritação».

Aliás, Eça tratou noutras ocasiões o suposto de o exército espanhol (que diz castelhano) invadir Portugal, tema «justificado» não apenas pela história passada, mas altamente «realista» se se advertir o estado de inconsciência em que se achava sumida a Nação.

a) A INVASÃO EM *OS MAIAS*

A Catástrofe (Novembro de 1878?), que, como dissemos, parece ser um fragmento do projectado romance *A Batalha do Caia,* foi publicada *post mortem* em Junho de 1925 num mesmo volume junto com a novela *O Conde d'Abranhos.* Eça refere naquele conto uma suposta invasão de Portugal. Era assunto que abordará mais ou menos manifestamente em diversos romances. Assim em *Os Maias* é tratado na conversa desenvolvida durante o jantar no Hotel Central:

> «—Portugal não necessita reformas, Cohen. Portugal o que precisa é a invasão espanhola».
>
> (p. 141 na Edição das Europa-América)

E mais adiante diz:

> «Sovados, humilhados, arrasados, escalavrados, tínhamos de fazer um esforço desesperado para viver. E em que bela situação nos achávamos! Sem monarquia, sem essa caterva de políticos, sem esse tortulho de «inscrição», porque tudo desapareceria, estávamos novos, em folha, limpos, escarolados, como se nunca tivéssemos servido. E recomeçava-se uma história nova, um outro Portugal, decente, estudando, pensando, fazendo civilização como outrora... Meninos, nada regenera uma nação como uma medonha tareia... Oh! Deus de Ourique, manda-nos o castelhano! E você, Cohen, passe-me o Saint-Émilion» (p. 141).
>
> »—Se as coisas chegassem a esse ponto, se se pusessem assim feias, eu cã, à cautela, ia-me raspando a Paris... Ega triunfou, pulou de gosto na cadeira. Eis ali, no lábio sintético de Dâmaso, o grito espontâneo e genuíno do brio português! Raspar-se, pirar-se!... Era assim que de alto a baixo pensava a sociedade de Lisboa, a malta constitucional, desde el-rei nosso senhor até aos cretinos da secretaria!...
>
> »—Meninos, ao primeiro soldado espanhol que apareça, à fronteira, o País em massa foge como uma lebre! Vai ser uma debandada única na história!
>
> »Houve uma indignação. Alencar gritou:
>
> »—Abaixo o traidor!» (p. 143).

Se a personagem Ega é *máscara* do Eça, cabe decerto atribuirmos a este as afirmações de aquele e em particular as considerações sobre o 'estado da Nação'. Eça criticava acervamente as circunstâncias graves por que atravessava Portugal e mormente o *pensamento* dos «cretinos da secretaria»; aliás, insistia, como se evidencia pelos textos transcritos, na urgência de «uma história nova, um outro Portugal, decente» e civilizador.

b) PORTUGAL SEGUNDO EÇA

Beatriz Bernini, na sua obra *Portugal de Eça de Queiroz,* salienta duas dimensões em que, a seu ver, o escritor insistiu particularmente:

1. Uma é a crítica ao afã desarrazoado, *paifoco* (dito em enxebre), com que a classe dirigente portuguesa imitaba o modo de vida de outras diferentes potências europeias. Explica a analista:

> «*O fazer civilização como outrora* será saudosismo? Será Eça de Queiroz um homem voltado para o passado ou à espera do advento miraculoso de um salvador qualquer? Será sebastianista?
>
> »Não o creio.
>
> «Patria para sempre passada, memória quase perdida!» —diz o narrador, encerrando *O Crime do Padre Amaro.* Opõe esta reflexão à ridícula «certeza gloriosa da grandeza do país», à inveja da Europa, afirmada pelo Conde de Ribamar, junto à estátua de Camões, tendo ao lado aos dois sacerdotes, Amaro e o cônego Dias. Ao tempo de Eça, existia um patriotismo ufanista, reles, saudosista, radicado no passado e passado e fazendo uma avaliação cega do presente, do Portugal ufanista e este apego vazio ao passado, Eça, criticamente condena-o nos seus escritos: —memória quase para sempre passada». A outra parte da asserção —«memória quase perdida»— condensa a lembrança sadia dos feitos antigos, que deverá ser preservada e servir de alento para a criação do presente» (pp. 360-1).

2. De outro lado, a escritora patenteia o interesse do Eça em propor iniciar uma nova época; não se trata de atraiçoar a história, mas de a ultrapassar para, também castigando a actualidade desgraçada, construir, organizar, vertebrar conscientemente o futuro, um novo «poder civilizacional»:

> «O arranque para o futuro, portanto, não nascerá da ressurreição das aventuras marítimas e colonialistas, porém da consciência das limitações do país, da sua nobreza e atraso. A ideia de *pátria* passa então a aliar-se à consciência de um país economicamente *dominado* e *dependente,* sujeito a múltiples influências e pressões. A solução não virá da imitação dos modelos estrangeiros, que a nada conduz também. Como Eça afirma nos *Maias,* «já não há genuíno neste miserável país, nem mesmo o pão que comemos!» (p. 473).

Noutro lugar diz a investigadora:

> «A solução a ser criada pelos verdadeiros patriotas terá de ser, portanto, genuína e não imitada do estrangeiro, artificial ou postiça. É imprescindível que Portugal invente o seu «feitio próprio», a sua via salvífica de viragem para o futuro» (p. 362).

4. HISTÓRIA DAS INVASÕES

O facto de a Espanha invadir Portugal ou ameaçar com o invadir repete-se ao longo da história peninsular.

O Prof. López Suevos expõe, muito bem sistematizados, os diferentes e reiterados confrontos entre o Reino de Castela (ou de Espanha) e a Nação portuguesa, assim como as invasões que esta sofreu por aquele.

A seguir permitimo-nos resumi-los; o leitor, se quiser conhecê-los mais extensametne, tenha a bem consultar as pp. 47-59 de *Galiza e Portugal no contexto ibérico,* A.Ga.L., Col. Universália.

A) *Periodo de formação e organização de Portugal (1128-1415).*

Imediatamente depois da batalha de São Mamede produz-se a invasão da Galiza por D. Afonso Henriques:

1139, Batalha de Ourique.

1165-69, incursões de Geraldo sem Pavor pela Estremadura espanhola.

1196-99, guerra entre D. Sancho I de Portugal e D. Alfonso IX de Leão; em 1197 D. Sancho conquista Tui e Pontevedra.

1211, invasão de Portugal pelo Rei de Leão.

1252-3, guerra entre Portugal e Castela pela posse das terras do Algarve. Chegou-se a um acordo em 1263, embora a fronteira com Castela só se fixa em 1297, em virtude do tratado de Alcanizes e após uma nova guerra entre castelhanos e portugueses *(1295-97).*

No reinado de Afonso IV *(1325-357)* os conflitos som frequentes, com momentos álgidos em *1334, 1336-7* e *1339,* data em que se conclui um tratado de paz; em 1344 surge uma nova dissensão por Castela pretender estabelecer o seu domínio sobre as Ilhas Canárias.

Durante o reinado fernandino *(1367-1383)* produzem-se três guerras entre Portugal e Castela nos anos *1369-70, 1372* e *1381-82.*

A crise de *1383-85* culmina com a Batalha de Aljubarrota, mas os conflitos prosseguem, só limitados polas tréguas de 1393 e 1397.

No ano *1400* os castelhanos conquistam e destruem Tetuám.

B) *Período de expansão marítima e colonial (1415-1580).*

1424, expedição portuguesa às Ilhas Canárias.

1432, tratado de paz com Castela, o que nom impede repetir em *1440* uma nova expedição.

No ano *1475* Afonso V invade Castela na defesa dos direitos da Beltraneja e um ano depois produz-se a batalha de Toro, militarmente indecisa, mas que no plano político supõe a união fáctica de Castela e Aragão na pessoa e matrimonio dos Reis Católicos.

Em *1478* uma frota castelhana é tomada na Mina por uma armada portuguesa.

1494 é a data do Tratado de Tordesilhas, que distribui entre Portugal e Castela o Novo Mundo, já descoberto ou ainda por descobrir.

1522-29 discórdia luso-espanhola a respeito das Ilhas Molucas.

C) *Período da anexação a Castela e Restauração (1580-1668).*

Em *1580* um exército espanhol mandado pelo Duque de Alba invade Portugal quando nas Cortes de Tomar se fixam as condições em que a união luso-espanhola se verificar.

A partir de *1621* a união peninsular torna-se cada vez mais conflitiva.

Entre *1637* e *1639* há revoltas contra os espanhóis até que o *Primeiro de Dezembro de 1640* se inicia o processo de Restauração da Independência do reino de Portugal, que Espanha apenas reconhecerá em *1668,* quando era já impossível tornar pela força das armas à situação anterior.

No tratado de paz assina-se não apenas a independência plena de Portugal, mas também a recuperação das velhas fronteiras peninsulares e das possessões portuguesas anteriores à anexação, exceptuada Ceuta.

Permita-se-nos nesta altura reclamar a atenção do leitor para a opinião de Oliveira Martins que, a propósito desta guerra, assinala a vitória do Marquês de Castelo Melhor em Montes Claros galvanizar o país:

> «Acordaram tradições apagadas, em cujo nome o ministro, apoiado por um exército vitorioso, reclamava, e talvez obtivesse, da Espanha caduca a Galiza, se as aparências fossem verdades...».

Por outro lado, em *1667* Portugal tinha a França por aliada

> «e a aliança francesa era neste momento o meio único de exigir indenizações (a cessão da Galiza) de um inimigo incapaz de continuar a guerra».

Sobre esta sorte de irredentismo português relativamente à Galiza insiste noutra obra, em que também comenta as excelências de Castelo Melhor, que

> «imaginou poder alcançar para Portugal a fronteira de Finisterra, anexando a Galiza e dando assim uma base de amplitude suficiente à metade norte do País, nunca até essa altura fundida inteiramente com a metade do sul do Mondego. Esse plano falhou, como falhara durante a primeira dinastia e, na segunda, no tempo de Afonso V».

D) *Período de consolidação do domínio português no Brasil (1668-1806).*

Em *1702* começa a Guerra de Sucessão espanhola em que participa Portugal desde 1704. Em *1707* produz-se a Batalha de Almansa e em *1713* assina-se o Tratado de Utrech, embora o ano anterior Portugal tivesse concluído um armistício com a Espanha.

1734, novo estado de guerra entre Portugal e Espanha. A paz consegue-se três anos depois.

Em *1750* assina-se o Tratado de Madrid que fixa os limites das possessões espanholas e portuguesas na América do Sul, motivo tradicional de confronto entre os dous países.

Entre *1777* e *1778* concluem-se novos acordos.

Em *1762,* no contexto da Guerra dos Sete Anos, um exército franco-espanhol invade Portugal por Trás-os-Montes. Ao ano seguinte assina-se um tratado de paz.

Destarte, entre *1640* e *1763* houvo mais de trinta anos de guerra efectiva entre os dous Estados Ibéricos.

Em *1801,* durante a guerra denominada «das Laranjas», os espanhóis tomam Olivença e Juromenha. Apesar de tratados de paz ulteriores, em que se estipulava a sua devolução, ainda hoje esse Gibraltar português segue na posse da Espanha.

E) *Aceleração do processo de independência brasileira e instauração do regime liberal (1807-1850).*

Em *1807,* ano em que se faz o Tratado de Fontainebleau, os exércitos de Napoleón invadem a Península Ibérica. A seguir muda a posição da Espanha; troca-se de aliada em inimiga da França. Era nestes anos que o novo Imperador projectava alargar o Estado francês até ao Ebro, assim como recompor administrativamente o território e os Reinos peninsulares, em todo o caso sob a tutela francesa.

Em *1818* Espanha ratifica o Tratado de Viena, assinado no ano 1815, em cuja virtude Olivença deveria ser restituída a Portugal; mas essa cláusula nunca foi respeitada polos diversos regimes espanhóis.

Por outro lado, a intervenção anglo-espanhola na guerra civil portuguesa, entre 1846 e 1847, em favor dos carlistas encerra a sequência de hostilidades directas entre os dous países.

F) *Regeneração e expansão africana (1851-1910).*

Nos meados do séc. XIX inicia-se o Movimento Iberista, posicionamento utópico de um reduzido grupo de intelectuais, sem nunca coalhar nem na sociedade portuguesa nem na espanhola, sem dúvida polo temor a ser hegemoneizados ou, talvez, a não conseguir a hegemonia secretamente pretendida.

Entre estes fervores, em *1869* os Notaveis espanhois oferecem a D. Fernando II, Rei de Portugal, a Coroa de Espanha, para suceder à desapossada rainha bourbónica, D. Isabel II; aquele rejeita-a.

Em *1890* abundam nos meios políticos e jornalísticos espanhóis as proclamas demogógicas com ocasião do «Ultimatum» britânico a Portugal.

G) *A etapa republicana (1910-1925).*

Em *1911,* recém proclamada a República, tem lugar a primeira incursão armada de monárquicos portugueses vindos justamente da Espanha. Combate-se em Vinhais.

Em *1912* dá-se uma nova incursão. Combate-se em Chaves. Apresentam-se em Cascais três torpedeiros espanhóis.

Em *Maio de 1915* unidades navais francesas, britânicas e espanholas situam-se face a Lisboa sob o pretexto de em Portugal imperar uma situação de anarquia revolucionária. Nesta altura alguns meios portugueses reivindicam timidamente a recuperação de Olivença. Imediatamente, do lado espanhol, uma representação oficialista manifesta-se perante o Governo Civil de Badajoz reafirmando a espanholidade da vila alentejana.

H) *A era salazarista e o «25 de Abril» (1926 até à actualidade).*

As relações políticas hispano-portuguesas podem qualificar-se de normais e mesmo de recíproca colaboração em determinados momentos, por em ambos os Estados coincidirem regimes de ideologia muito semelhante. De facto Salazar ajuda à causa franquista durante a Guerra Civil espanhola e os dous Ditadores apoiam-se mutuamente na cena política internacional.

Por isso, nos períodos que medeiam entre *1930* e *1939* e entre *1974* e *1976,* a situação faz-se mais tensa: no primeiro resolve-se com a liquidação da II República espanhola; no segundo, Espanha e Portugal tornam-se em estrategicamente substitutivos para as previsões militares de Ocidente, mas a queda do gonçalvismo e a morte do General Franco solucionam «providencialmente» a tensão.

A catástrofe*

Eu moro à esquina do Largo do Pelourinho, justamente defronte do Arsenal.

Já antes da guerra e dos nossos desastres, eu ali vivia, no segundo andar, à direita. Nunca gostei do sítio: sem ser bucólico, a minha ambição foi sempre habitar longe destes arruamentos tristes da Baixa, num bairro de mais ar e de mais horizonte, com um quintal, uma frescura de folhagem e alguns metros de terra, onde, num rumorejar de árvores, pudesse ter roseiras e acolher pássaros nas tardes de Verão.

Mas quando herdei da minha tia Petronilha, comprei esta casa, defronte do Arsenal. Estes prédios são, por causa das lojas e dos armazéns, casas de maior rendimento do que as dos outros bairros, e, como emprego de capital, um prédio na Baixa é mais vantajoso do que uma casa bonita em Buenos Aires ou no Bairro das Janelas Verdes. Foi pelo menos o que me disseram proprietários experientes.

De resto, eu tencionava alugar o prédio e ir habitar, com os meus, uma casinha pequena, alegre e fresca, que tinha apetecido para os lados do Vale de Pereiro. Mas quando vieram as nossas desgraças e o exército inimigo ocupou Lisboa, a necessidade de economia, os tempos tão difíceis, forçaram-me a abandonar esse plano de viver no campo, e ainda aqui estou, neste triste segundo andar do Largo do Pelourinho, defronte do Arsenal.

Em má hora vim eu para aqui. Porque creio que esta vizinhança do Arsenal me tem feito sentir com uma intensidade maior todas as amarguras da invasão. Os que vivem para Buenos Aires, para as Janelas Verdes, para Vale de Pereiro, sofrem decerto, dolorosamente, da presença de um exército estrangeiro em Lisboa. Ainda que o primeiro terror passou, que a cidade vai retomando pouco a pouco a sua fisionomia ordinária, que circulam as tipóias e os *tramways,* pesa todavia o que quer que seja de doloroso sobre a cidade: o ar está carregado de qualquer coisa de subtil e opressivo, como uma atmos-

---

* Texto reproduzido da edição incluida em *O Conde d'Abranhos,* Lello & Irmão Editores, Porto, 1981, pp. 193-211.

fera intolerável que circula nas praças, penetra nas casas, muda o gosto à água, faz parecer o gás menos claro, deposita na alma uma tristeza contínua, obsecante.

Às vezes, quando uma pessoa sai, e ocupada nalgum negócio, distraída por ele, se esquece do grande desastre que nos envolve, basta, a uma esquina, a presença de um uniforme inimigo, para fazer imediatamente recair na alma, com um peso de penedo, a ideia da derrota e do fim da Pátria. Não sei o que é, mas, por exemplo, desde que no alto de algum edifício flutua a bandeira estrangeira, parece que este azul já não é do nosso céu, e tem alguma coisa de uma bruma lutuosa.

Contudo, noutros prédios, noutros bairros, basta a gente isolar-se em casa, para se subtrair a esta desolação ambiente!

Já que não há Pátria, há Família: fecham-se as portas, reúnem-se todos na sala, em volta do candeeiro doméstico; conversa-se. A recordação das desgraças oferece como um alívio pungente e a perspectiva da esperança ilude como uma felicidade passageira: lembram-se os amigos, os conhecidos que morreram bravamente na batalha; às vezes a recordação de um feito heróico dá como a sensação da honra conservada; depois, em redor do candeeiro, baixo, numa palpitação de todo o ser, há uma pequena conspiraçãozinha em família!

E o sonho da desforra faz suportar a realidade da catástrofe...

Mas a mim, nem sequer me é dado este isolamento: porque a não ser que feche as janelas, que me enterre numa treva constante, que viva à luz do gás quando o Sol de Julho faísca lá fora, não posso deixar de ver diante de mim, como um *memento* odioso, à porta do Arsenal, a sentinela estrangeira pisando a terra da Pátria...

E é justamente esta sentinela que me indigna: decerto outros uniformes estrangeiros, todos esses oficiais dos couraçados que estão no ancoradouro, passam a toda a hora, na insolência brilhante das suas fardas espectaculosas... Pois bem, esses não me irritam... Há naquele vaivém de oficiais alguma coisa de apressado, de inquieto, que me dá a ideia de uma ocupação transitória, de esquadras que vão levantar ferro, de humilhações que vão partir para sempre.

Mas aquela sentinela, eterna, que me parece sempre a mesma, tem um ar de estabilidade, de perpetuidade que me faz o coração negro. Cada passada que ela dá com a sua dura sola, cai-me com um eco lúgubre na alma, e no seu monótono passeio, de guarita a guarita, dá-me a sensação de que nunca deixará de haver, sobre a terra portuguesa, uma sentinela estrangeira.

E não me posso arrancar a este espectáculo! Pela manhã, ao fazer a barba, fico de navalha no ar, a face coberta de flocos de espuma, espantado para o pequeno soldado, que parece entrouxado no capotão azul, com o boné de couro envernizado e a arma ao ombro... uma daquelas armas que alcançavam o dobro das nossas, e que ceifavam de longe, nas linhas de defesa, regimentos inteiros.

De modo que, agora, já conheço quase todas as sentinelas do Arsenal. Durante algum tempo, foram soldados de marinha; agora são geralmente do

15 de linha. Mas há sobretudo um tipo de soldado que me indigna: é o rapagão robusto, sólido, bem plantado sobre as pernas, de cara decidida e olhos reluzentes; penso sempre: foi este que nos venceu! Não sei porquê, lembrando-me do nosso próprio soldado, bisonho, sujo, encolhido, enfezado do mau ar dos quartéis e da insalubridade dos ranchos, —vejo nessa superioridade de tipo e de raça toda a explicação da catástrofe.

Antigamente, antes da invasão, raras vezes pensei em observar a sentinela do Arsenal: lembra-me, porém, de a ter visto, por acaso, ao chegar à janela: se chovia, era certo descobri-la encolhida na guarita, fixando um olho apagado e triste sob o caudal de água; se fazia calma, era o seu andar, o seu derreado de ombros que me impressionavam... era a moleza lenta do passo, uma expressão contínua e evidente de tédio e de fadiga; e depois, ao fim de duas horas de serviço, era um derreamento maior, um embrutecimento, uma maneira lorpa de fixar tudo —os bois, os *americanos,* as varinas apregoando peixe, os vendilhões, a tenda defronte— que tornavam visível a falta de nervo, de vigor, de fixidez disciplinada, de firmeza, de persistência. E esta visão do nosso soldado, parece-me então alargar-se e abranger toda a cidade, todo o País! Foi esta sonolência lúgubre, este tédio, esta falta de decisão, de energia, esta indiferença cínica, este relaxamento da vontade, creio, que nos perderam...

Ainda hoje me soam aos ouvidos as acusações tantas vezes repetidas do tempo da luta: não tínhamos exército, nem esquadra, nem artilharia, nem defesas, nem armas!... Qual! O que não tínhamos era almas... Era isso que estava morto, apagado, adormecido, desnacionalizado, inerte... E quando num Estado as almas estão envilecidas e gastas —o que resta pouco vale...

Nunca me há-de esquecer a impressão que tive, no dia em que soube que a guerra nos havia sido declarada e que estavam reunidas tropas organizadas de antemão, para a invasão, pelo Sul e pelo Norte.

Fazia anos o meu pobre amigo Nunes, que morava então ao Rossio. Desde a tarde que um pânico pairava sobre a cidade, porque a verdade é que, mesmo desde que estalara na Europa a guerra, tão violentamente provocada pela Alemanha, invadindo a Holanda, nunca em Lisboa, pelo menos na maioria do público, houvera o receio de que *a coisa chegasse cá ao nosso canto,* como então se dizia.

Nem mesmo quando o velho Salisbury, quase no seu leito de morte, lançou o seu grande manifesto e declarou a guerra à Alemanha, e quando vimos assim a nossa única protectora tão ocupada numa luta no Norte, nos considerámos em perigo. E todavia parecia ter chegado o dia terrível em que podiam desaparecer da Europa as pequenas nacionalidades!... Por isso, ao ser, nessa tarde fatal, anunciada oficialmente a entrada de um exército inimigo na fronteira, toda a cidade ficou como petrificada, num desvairamento de terror.

O primeiro movimento da população foi correr às igrejas! Já se imaginava ver os regimentos inimigos esplhando-se pelas ruas... Não creio mesmo que tivesse havido a ideia de uma resistência séria. Disse-se, é certo, que tentaríamos dar uma batalha junto a Caminha, ou em Tancos, unicamente para mostrar à Europa que tínhamos ainda alguma vitalidade: mas era apenas uma

demonstração, porque a ideia seria recolhermos às linhas de Torres Vedras e defender Lisboa. Eu, de resto, não estava nos segredos do Estado-Maior nem do Governo, e apenas sei o que se dizia nos grupos que enchiam as ruas, apavorados, falando baixo.

Nessa noite fui ao Rossio. O Nunes dava uma *soirée*... Na sala pesava a mesma tristeza soturna da rua. Havia nas faces, nas vozes, como que uma expressão desvairada de espanto e de terror: uma singular maneira de perguntar —*então?* com olhos muito abertos nas faces pálidas...

Apesar de haver duas salas, a de visitas e uma outra onde se jogava, estavam todos aglomerados em redor do sofá, como um rebanho que sente o lobo... A dona da casa, que tinha um filho militar em Tancos, apesar do seu vestido azul, decotado, mostrava uma face de pasmo e os olhos vermelhos e inchados... Chorara todo o dia. E nas mulheres, nos homens, havia como que um abatimento invencível, na aceitação muda da derrota futura, na passividade inerte das almas fracas... Como não se sabiam notícias, os boatos eram absurdos; a todo o momento se faziam silêncios, silêncios lúgubres, que davam a sensação do recolhimento cerimonioso dos dias de enterro. O Nunes, coitado, muito pálido, ia ao acaso pela sala, com as abas da casaca a bater, esfregando nervosamente as mãos, querendo distrair-nos daquelas preocupações dolorosas, propondo que se fizesse alguma coisa. Houve o pedido de uma quadrilha... Sentou-se uma senhora ao piano, mas os primeiros compassos dos lanceiros soaram, perderam-se no sussurro geral das conversas apavoradas: ninguem tirou par —não se dançou... Alguém lembrou um jogo de prendas, uma charada figurada: faces espantadas sorriam, murmuravam com esforço:

—Vamos a isso, não era mau...

Mas ficava-se sentado, com as mãos inertes, os pés parados.

Eu vim para a sala de jogo conversar com alguns sujeitos. Havia jornalistas, magistrados, políticos, e agora, através das frases, sentia-se, em todos, o abatimento das almas. Ninguém acreditava na resistência possível, e, diante do perigo, o egoísmo erguia-se feroz e brutal. O ódio ao inimigo era violento —menos pela perda possível da Pátria livre do que pelos desastres particulares que traria a derrota: um, tremia pelo seu emprego, outro, pelo juro das suas inscrições. Até aí o Estado dera o pão da cada día. Mas esta indignação em frases parecia esgotar toda a quantidade de patriotismo que podiam dar aquelas almas: porque em cada proposta que sugeriam as frases aterradas —ceder as colónias em troco de uma aliança inglesa imediata, ou fazer a cessão de duas províncias— havia, no fundo, a ideia imutável da capitulação, o horror da luta, a ansiedade de não perder o emprego, o terror de perder as inscrições! E, de resto, cada um, sentindo a fraqueza egoísta da sua alma, julgava instintivamente o País tomado do mesmo abatimento. A ideia de um levantamento em massa, da criação de uma guarda-móbil, de milícias, era recebida com um encolher de ombros: para quê? Não se pode fazer nada! Somos esmagados!

Enquanto falavam assim, ao pé da mesa de jogo onde jaziam, esquecidas, as cartas do antigo voltarete pacato, cheguei-me à janela: todo o vasto céu estava toldado de uma nevoa esbranquiçada; mas sob o Arco do Bandeira alargava-se um grande espaço azul, como a entrada circular de um imenso pórtico, e no centro brilhava uma larga Lua triste, muda, lívida. A colina, ao lado, com o seu castelo, recortava em escuro a sua linha mole sobre a palidez azul do fundo. Uma tristeza imensa parecia cair daquela decoração. Invadiu-me a alma uma piedade vaga pelas desgraças pátrias, e, sem saber porquê, senti-me tomado de uma saudade angustiosa, a saudade de alguma coisa que desaparecera, que findara para sempre e que eu não sabia bem o que era... Em baixo, o Rossio brilhava surdamente entre as linhas iluminadas das lojas: o largo, em torno da coluna, que o luar tocava de um traço pálido, negrejava de gente: nem um grito, nem uma voz... era uma massa escura, que parecia estar ali amodorrada, arrebatada no terror instintivo que congrega os animais, esperando resignadamente a tormenta, e das caras brancas altas, desconsoladas, caía a mesma sensação de abstenção aterrada e de concentração egoísta num medo obscuro.

De repente, do lado da Rua do Carmo, veio um rumor: era como que uma melopeia ritmada, que se sentia, que vinha no ar, que se aproximava; luzes de archotes, destacando-se no caiado das casas, apareceram à esquina do Rossio, e um grupo desembocou, marchando vivamente, ao compasso de um hino patriótico, cujo ritmo o impelia, num passo largo:

Guerra, guerra, a guerra é santa,
Pela santa independência...

Eram talvez vinte e pareciam, de cima, da janela, pelos chapéus altos, serem rapazes das escolas ou de alguma das associações que então abundavam na cidade.

Continuaram ao longo do Rossio, agitando os braços, erguendo a voz, num apelo à multidão escura. Mas nenhum gesto lhes respondeu; toda a massa se apinhava a ver passar aqueles entusiasmos solitários; lojas apagaram-se logo, fecharam num susto de *bernarda;* e naquele silêncio frio, que vinha da indiferença da gente e da mudez das fachadas, parecia que o canto se extinguia por si mesmo, que o entusiasmo se abatia, como uma bandeira a que falta a brisa, caindo ao longo do mastro! Quando chegaram perto do Teatro de D. Maria, o hino quase cessara, os archotes apagavam-se... Aquilo sumiu-se, perdeu-se entre a massa escura da gente, como um esforço efémero de heroísmo numa vasta indiferença pública.

Recolhi-me para dentro, pensando, com a garganta apertada, que estávamos para sempre perdidos.

Enfim, como a noite se adiantava, foi necessário fazer alguma coisa para dissipar aquele pavor ambiente. Eu, o Nunes, o Correia, abançámos a um voltarete. Na sala, também decerto se sentira a necessidade de sacudir o torpor apavorado das senhoras: houve uma escala no piano, acordes abafados, e, daí a pouco, uma voz que eu conheci pela de um oficial de cavalaria, amigo da casa, ergeu-se. branda e plangente, recitando a *Judia:*

Dorme que eu velo, sedutora imagem...

Então aquela melodia, aquela voz mórbida e saudosa pareceram-me singularmente estranhas naquela hora. Era como que um som antigo, obsoleto, a voz de um mundo extinto, passando em sonhos. Em redor da mesa as vozes monótonas continuavam: passo, dou cartas... De baixo, do Rossio, vinha o mesmo rumor surdo da multidão que enchia a praça, e na sala, no langor amoroso do acompanhamento, balançada com requinte, a voz do alferes suspirava:

Dorme que eu velo, sedutora imagem...

E já a essa hora o exército inimigo pisava o solo da Pátria! Pobre alferes!

Encontrámo-nos mais tarde... Eu seguia então com os meus companheiros da milícia nacional. E que milícia! Tudo o que tínhamos de uniforme era um capote esfarrapado! E que armas as nossas —armas de caça! mas enfim lá íamos, nessa fria manhã de Abril, sob a chuva torrencial.

Parece que se estava dando uma grande batalha, mas não sabíamos nada. Encontrávamo-nos ali, a meia encosta de uma colina que nos escondia a vista da frente, ao pé de um casebre abandonado. Ali permanecíamos havia duas horas, com lama pelos joelhos, encharcados, depois de termos marchado toda a noite, idiotas de fadiga, esfomeados, encostando-nos uns aos outros para não adormecer. Em volta de nós, de um céu baixo e lúgubre, caía um dilúvio; e o casebre parecia, entre as suas quatro árvores, todo envolvido de chuva, tão encolhido e tão sonolento como nós. A distância, a artilharia troava: outras vezes eram descargas secas, que pareciam o rasgar repentino de uma grande peça de seda; mas nem víamos o fumo, naquela névoa de ar e de chuva. Nem sei onde estávamos, nem o que defendíamos.

Quem comandava a companhia era o alferes —o mesmo que recitava a *Judia!* Amarelo, encharcado, encolhido no seu capote, ia e vinha defronte de nós. Ai! Não se parecia com o alferes que torcia o bigode junto do piano, revirando olhos ternos nos versos mais tocantes.

De repente, na terra molhada, um galope surdo: é um oficial, com a farda desapertada, de espada em punho, a face acesa de uma cólera de batalha; belo rapaz, com um fio de sangue a cair-lhe da orelha. Estaca o cavalo, berra com uma voz furiosa:

—Quem comanda este destacamanto?

—Sou eu, meu capitão —respondeu o alferes, aprumando-se.

—Com um milhão de diabos! Roda pela esquerda, por trás do casebre, a tomar posições na estrada, ao pé da valeta!

E partiu a galope. E lá seguimos nós, a marche-marche, na lama onde os pés se enterravam, fazendo um esforço brutal para galgar aquele terreno de uma resistência mole, arquejando sob a tormenta de chuva e o estrondo da artilharia que parecia agora aproximar-se.

Passámos defronte do casebre: à porta, carros de ambulância e de dentro, gritos de feridos.

Era a primeira vez que ouvíamos aqueles brados dilacerantes de dor abandonada, e houve no destacamento como que uma impressão, umha hesitação: era a nossa carne de paisanos, de burgueses, que se recusava, àquela evidência tão brusca da morte e da dor!

—Marche! —berrou o alferes.

Chegámos à estrada: mas não víamos nada. Defronte, umha linha pálida de choupos; depois, outras árvores, uma ermida no alto de um monte e, por todo o vale, a névoa agreste e áspera da chuva incessante. Parámos: a distância negrejava outro destacamento. E ali ficámos, na mesma imobilidade, sob a água, tiritando, numa fadiga mortal. Nem um gole de aguardente... Os pés inchados nas botas encharcadas torturavam-me. E pensado nos dias da paz, quando era da poltrona do meu escritório que eu via cair a chuva, vinha-me uma cólera furiosa contra o estrangeiro, um furor de marchar avante, um desejo brutal de carnagem... E desesperado daquela imobilidade, acusava, na alucinação da cólera, os generais, o Governo, todos os que estavam de cima e que me não mandavam marchar. Aquela inacção era odiosa. O fato colava-se-nos ao corpo e sentíamos a água a escorrer ao comprido das pernas; as mãos gelavam sobre os canos das espingardas, na brisa aguda e agreste que soprava, encanada do vale.

De repente, um ruído surdo: era uma bateria de artilharia, galopando, a tomar posições: passou como um turbilhão, aos berros, na névoa, na chuva e na lama, aos corcovos dos cavalos, aos solavancos das carretas, num estalar furioso de chicotadas, e abalou, perdeu-se na bruma, com rumor surdo e mole sobre a terra ensopada.

Subitamente, à nossa direita, rompe uma fuzilaria; agora sentimos o silvar das balas. Institivamente abaixamo-nos, num recuo cobarde de milícia bisonha...

—Firmes! —grita o alferes.

Diante de mim, um soldado abate-se como um fardo, sobre a lama... e fica imóvel, morto... Agora vemos nuvenzinhas de fumo pardo, que a chuva abala e o vento sacode... O alferes, de repente, cambaleia, cai sobre o joelho: está ferido no braço... mas ergue-se como uma mola, agita a espada, como doido, aos berros:

—Fogo!... Fogo!

Depois... não me recordo bem. O tremendo som da artilharia alucinanos. É como num sonho, num sonambulismo, que faço fogo, ao acaso, contra a névoa parda que envolve tudo diante de mim.

Ao meu lado, o alferes cai outra vez: espolinha-se no chão, aos gritos, num furor de agonia:

—Acabem-me, rapazes! Acabem-me, rapazes!...

Foi nesse momento que nos sentimos envolvidos, absorvidos por uma massa negra, que descia como uma tromba, na violência de um elemento! Partimos, correndo, atirando as armas, no meio de uma gritaria ensurdecedora!... Sinto que aquela enorme mole de gente se quebra, se dispersa, aos gru-

pos; somos uns cem, no meio, que correm, caindo, erguendo-se, rolando na lama, espezinhados... Tenho uma vaga consciência de que é a derrota, a debandada, o pânico das milícias... e fujo, fujo com uma amargura exasperada, gritando sem saber porquê, na ânsia abjecta de achar um canto, uma casa, um buraco...

Recordo-me de ver, naquela carreira, diante de mim, um oficial em cabelo —uma figura esguedelhada e furiosa— berrando com a boca aberta, agitando a espada, querendo de certo deter a debandada... Mas a maré de gente abate-se sobre ele, embrulha-o —e eu sinto, vagamente, a minha bota escorregar sobre o seu corpo inerte e esmagado...

Oh! maldita guerra!

Como entrei em Lisboa e me achei na minha casa, realmente não sei. Sim, lembro-me de passar no Rossio, e vê-lo cheio de uma multidão horrível —toda a população dos arredores refugiando-se, na fuga aterrada diante do inimigo. Era um caos de carros, de gado, de mobílias, de mulheres, gritando; uma massa brutal e apavorada, redemoinhando sobre si mesma, clamando por pão, sob a chuva implacável.

Foi em Lisboa que soube, aos fragmentos, todos os detalhes da catástrofe: as esquadras inimigas no Tejo, a cidade sem água, porque o conduto do Alviela fora cortado, a insurreição nas ruas, e uma plebe alucinada, passando do abatimento ao furor, ora arrojando-se contra as igrejas, ora pedindo armas, e juntando à confusão da derrota os horrores da demagogia!

Dias amargos! Todos os meus cabelos encaneceram.

E pensar que durante anos nos podíamos ter preparado! E pensar que, à maneira da Inglaterra, podíamos ter criado corpos de voluntários, fazendo de cada cidadão um soldado, e preparando assim, de antemão, um grande exército nacional de defesa, armado, equipado, enérgico e tendo recebido, no hábito da disciplina, o orgulho da farda...

Mas de que vale agora pensar no que se podia ter feito!... O nosso grande mal foi o abatimento, a inércia em que tinham caído as almas! Houve ainda algum tempo em que se atribuiu todo o mal ao Governo! Acusação grotesca que ninguém hoje ousaria repetir.

Os Governos! Podiam ter criado, é certo, mais artilharia, mais ambulâncias: mas o que eles não podiam criar eram uma alma enérgica ao País! Tínhamos caído numa indiferença, num cepticismo imbecil, num desdém de toda a ideia, numa repugnância de todo o esforço, numa anulação de toda a vontade... Estávamos caquécticos! O Governo, a Constituição, a própria Carta tão escarnecida, dera-nos tudo o que nos podia dar: uma liberdade ampla. Era ao abrigo dessa liberdade que a Pátria, a massa dos Portugueses tinha o dever de tornar o seu País próspero, vivo, forte, digno da independência. O Governo! O País esperava dele aquilo que devia tirar de si mesmo, pedindo ao Governo que fizesse tudo o que lhe competia a ele mesmo fazer!... Queria que o Governo lhe arroteasse as terras, que o Governo criasse a sua indústria, que o Governo alimentasse os seus filhos, que o Governo erguesse os seus edifícios, que o Governo lhe desse a ideia do seu Deus!

Sempre o Governo! O Governo debia ser o agricultor, o industrial, o comerciante, o filósofo, o sacerdote, o pintor, o arquitecto —tudo! Quando um País abdica assim nas mãos de um Governo toda a sua iniciativa, e cruza os braços, esperando que a civilização lhe caia feita das secretarias, como a luz lhe vem do Sol, esse País está mal: as almas perdem o vigor, os braços perdem o hábito do traballo, a consciência perde a regra, o cérebro perde a acção. E como o Governo lá está para fazer tudo —o País estira-se ao sol e acomoda-se para dormir. Mas, quando acorda —é como nós acordámos— com uma sentinela estrangeira à porta do Arsenal!

Ah! Se nós tivéssemos sabido!

Mas sabemos agora! Esta cidade, hoje, parece outra. Já não é aquela multidão abatida e fúnebre, apinhada no Rossio, nas vésperas da catástrofe. Hoje, vê-se nas atitudes, nos modos, uma decisão. Cada olhar brilha de um fogo contido, mas valente; e os peitos levantam-se como se verdadeiramente contivessem um coração! Já não se vê pela cidade aquela vadiagem torpe: cada um tem a ocupação de um alto dever a cumprir. As mulheres parecem ter sentido a sua responsabilidade, e são mães, porque têm o dever de preparar cidadãos. Agora trabalhamos. Agora, lemos a nossa História, e as próprias fachadas das casas já não têm aquela feição estúpida de faces sem ideias, porque, agora, por trás de cada vidraça, se pressente uma família unida, organizando-se fortemente.

Por mim, todos os dias levo os meus filhos à janela, tomo-os sobre os joelhos e mostro-lhes a SENTINELA! Mostro-lha, passeando devagar, de guarita a guarita, na sombra que faz o edifício ao cálido sol de Julho e embebo-os do horror, do ódio daquele soldado estrangeiro...

Conto-lhes então os detalhes da invasão, as desgraças, os episódios temerosos, os capítulos sanguinolentos da sinistra história... Depois aponto-lhes o futuro —e faço-lhes desejar ardentemente o dia em que, desta casa que habitam, desta janela, vejam, sobre a terra de Portugal, passear outra vez uma sentinela portuguesa! E para isso, mostro-lhes o caminho seguro — aquele que nós devíamos ter seguido: trabalhar, crer, e, sendo pequeno pelo território, sermos grandes pela actividade, pela liberdade, pela ciência, pela coragem, pela força de alma... E acostumo-os a amar a Pátria, em vez de a desprezarem, como nós fizéramos outrora.

Como me lembro! Íamos para os cafés, para o Grémio, traçar a perna, e entre duas fumaças, dizer indolentemente:

—Isto é uma choldra! Isto está perdido! Isto está aqui, está nas mãos dos outros!...

E em lugar de nos esforçarmos por salvar «isto» —pedíamos mais Conhaque e partíamos para o lupanar.

Ah! geração cobarde, foste bem castigada!...

Mas agora, esta geração nova é de outra gente. Esta já não diz que «isto» está perdido: cala-se e espera; se não está animada, está concentrada...

E depois, nem tudo são tristezas: também temos as nossas festas! E para festa, tudo nos serve: o 1.º de Dezembro, a outorga da Carta, o 24 de Julho, qualquer coisa, contanto que celebre uma data nacional. Não em público —ainda o não podemos fazer— mas cada um na sua casa, à sua mesa. Nesses dias colocam-se mais flores nos vasos, decora-se o lustre com verduras, põe-se em evidência a linda velha Bandeira, as Quinas de que sorríamos e que hoje nos enternecem —e depois, todos em família cantamos em surdina, para não chamar a atenção dos espias, o velho hino , o Hino da Carta... E faz-se uma grande sáude a um futuro melhor!

E há uma consolação, uma alegria íntima, em pensar que à mesma hora, por quase todos os prédios da cidade, a geração que se prepara está celebrando, no mistério das suas salas, de um modo quase religioso, as antigas festas da Pátria!

5. ANOTAÇÕES EXPLICATIVAS A *A CATÁSTROFE*

5.1. **Momentos e planos narrativos:**

a. No relato de *A Catástrofe* contrapõe-se o *tempo de actualização* narrativa e os *tempos precedentes* (ou «flash-back»), em diversos níveis, que se nos apresentam gradativamente no *tempo actual.* Assim, o esquema elementar

tempo actual vs. *tempo precedente*

complica-se até tornar o relato acertadamente sugestivo.

b. Aqueles diversos níveis, localizados nos *tempos precedentes* ficam contrapostos entre si, basicamente agrupados arredor de três momentos:

1. «Vida despreocupada antes da invasão».

2. «Situação confusa durante a invasão militar, designadamente durante a batalha que conclui em derrota.

3. «Calma tensa depois de estabelecido o exército invasor».

c. Patenteia-se assim a tensão narrativa, acrescentada progressivamente desde a languidez inicial e o nerviosismo da ameaça até a invasão, a batalha e a derrota, a ocupação esfareladora da soberania pátria, para finalizar com o sacudimento da consciência nacional.

d. Uma personagem, defrontada ao narrador-protagonista e às personagens que o rodeiam, evidencia o estado de cousas último; *a sentinela estrangeira* no Arsenal.

Essa sentinela, eterna, sempre a mesma, estável, perpétua, «que me faz o coração negro», opõe-se à sentinela portuguesa, «encolhida na guarita», mole no passo lento, a ser «uma expressão contínua e evidente de tédio e fadiga».

5.2. **Temas ou aspectos a comentar.**

A. *Disposição discursiva da história.*

O relato não decorre linealmente; a teor do acima exposto, sugerimos

que se considerem e valorizem, relativamente ao conjunto, três momentos fundamentais:

1. *A apresentação da história.*

Adverta-se como é apresentada a Nação antes e depois da invasão estrangeira.

Repare-se em que a sentinela, neste respeito, é mais do que um símbolo; é a evidência da causa degradante e da situação degradada.

2. *As circunstâncias da guerra.*

Considere-se a ocasião, quase fatalmente gratuita, da ingerência estranha e o vencimento passivo dos cidadãos, a começar pelos acontecimentos anteriores à batalha, ora os atinentes à vida da alta sociedade, ora os que têm como sujeitos as camadas populares.

Mais interessante é, contudo, a narração da batalha; considere-se em particular.

3. *A situação resultante.*

Amostrem-se arrazoadamente, a partir do texto do Eça, os motivos por que a situação de vencimento não se apresenta como definitiva.

B. *A sentinela.*

É, como dissemos, o símbolo da soberania nacional enxovalhada, submetida ao estrangeiro.

1. Assinalem-se os parágrafos em que é descrita e evidenciada a sua função. Por exemplo:

No inicio do conto:

> «Não posso deixar de ver diante de mim, como um *memento* odioso, à porta do Arsenal a sentinela estrangeira pisando a terra da Pátria».

Ou:

> «Mas aquela sentinela, eterna, que me parece sempre a mesma, tem um ar de estabilidade, de perpetuidade, que me parece que me faz o coração negro».

No final do conto:

> «Por mim, todos os dias levo os meus filhos à janela, tomo-os sobre os joelhos e mostro-lhes a *sentinela!* Mostro-lha, passeando devagar, de guarita a guarita, na sombra que faz o edificio ao cálido sol de Julho e embebo-os do horror, do ódio daquele soldado estrangeiro...».

2. Nesses textos estime-se a adjectivação e outros procedimentos qualificadores.

Por ex.: *sentinela* «estrangeira»; «eterna», «sempre a mesma», «ar de estabilidade», *«(ar)* de perpetuidade»; *«(a fazer)* o coração negro», etc.

3. Avalie-se a correlação *'pai sentinela filhos',* em que a segunda personagem (representativa do *presente)* é motivo de o *pai* (representativo do *passado)* impartir aos *filhos* (representativos do *futuro)* a lição patriótica que a geração de aquele fora incapaz de aprender e praticar:

> «Conto-lhes então os detalhes da invasão, as desgraças, os episódios temerosos, os capítulos sanguinolentos da sinistra história... Depois aponto-lhes o futuro e faço-lhes desejar ardentemente o dia em que, desta casa que habitam, desta janela, vejam, sobre a terra de Portugal, passear outra vez uma sentinela portuguesa!» (p. 210).

C. *Textos para serem comentados.*

1. Os textos:

Além dos assinalados acima, considerem-se os seguintes:

a) «Já que não há Pátria, há Família: fecham-se as portas, reunem-se todos na sala, em volta do candeeiro doméstico; conversa-se. A recordação das desgraças oferece como um alívio pungente e a perspectiva da esperança ilude como uma felicidade passageira; lembram-se os amigos, os conhecidos que morreram bravamente na batalha; às vezes a recordação de um feito heróico dá como a sensação da honra conservada; depois, em redor do candeeiro, baixo, numa palpitação de todo o ser, há uma pequena conspiraçãozinha em família!

«E o sonho da desforra faz suportar a realidade da catástrofe...» (p. 195).

b) «Ainda hoje me soam aos ouvidos as acusações tantas vezes repetidas do tempo da luta: não tínhamos exército, nem esquadra, nem artilharia, nem defesas, nem armas!... O que não tínhamos era almas... Era isso que estava morto, apagado, adormecido, desnacionalizado, inerte... E quando num Estado as almas estão envilecidas e gastas —o que resta pouco vale...» (p. 197).

c) «Até aí o Estado dera o pão ao País, e na perda do Estado, via-se o fim do pão de cada dia. Mas esta indignação em frases parecia esgotar toda quantidade de patriotismo que podiam dar aquelas almas: porque em cada proposta que sugeriam as frases aterradas —ceder as colónias em troco de uma aliança inglesa imediata, ou fazer a cessão de duas províncias— havia, no fundo, a ideia imutável da capitulação, o horror da luta, a ansiedade de não perder o emprego, o terror de perder as inscrições! E, de resto, cada um, sentindo a fraqueza egoísta da sua alma, julgava instintivamente o País tomado do mesmo abatimento. A ideia de um levantamento em massa, da criação de uma guarda-móbil, de milícias, era recebida com um enconlher de ombros: para quê? Não se pode fazer nada! Somos esmagados!» (p. 200).

d) «Mas de que vale agora pensar no que se podia ser feito!... O nosso grande mal foi o abatimento, a inércia em que tinham caído as almas! Houve ainda algum tempo em que se atribuiu todo o mal ao Governo! Acusação grotesca que ninguém hoje ousaria repetir.

»Os Governos! Podiam ter criado, é certo, mais artilharia, mais ambulâncias; mas o que eles não podiam criar era uma alma enérgica ao País! Tínhamos caído numa indiferença, num ceptismo imbecil, num desdém de toda a ideia, numa repugnância de todo o esforço, numa anulação de toda a vontade... Estávamos caquécticos! O Governo, a Constituição, a própria Carta tão escarnecida, dera-nos tudo o que nos podia dar: uma liberdade ampla. Era ao abrigo dessa liberdade que a Pátria, a massa dos Portugueses tinha o dever de tornar o seu País próspero, vivo, forte, digno da independência. O Governo! O País esperava dele aquilo que devia tirar de si mesmo, pedindo ao Governo que fizesse tudo o que lhe competia a ele mesmo fazer!... Queria que o Governo lhe arroteasse as terras, que o Governo criasse a sua indústria, que o Governo escrevesse os seus livros, que o Governo alimentasse os seus filhos, que o Governo erguesse os seus edifícios, que o Governo lhe desse a ideia do seu Deus! Sempre o Governo! O Governo devia ser o agricultor, o industrial, o comerciante, o filósofo, o sacerdote, o pintor, o arquitecto —tudo! Quando um País abdica assim nas mãos de um Governo toda a sua iniciativa, e cruza os braços, esperando que a civilização lhe caia feita das secretarias, como a luz lhe vem do Sol, esse País está mal: as almas perdem o vigor, os braços perdem o hábito do trabalho, a consciência perde a regra, o cérebro perde a acção. E como o Governo lá está para fazer tudo —o País estira-se ao sol e acomoda-se para dormir. Mas, quando acorda —como nós acordamos— com uma sentinela estrangeira à porta do Arsenal! Ah! se nós tivéssemos sabido! «mas sabemos agora!» (pp. 208-9).

2. Propostas de comentário:

Ainda que surgidos da situação sócio-política portuguesa e referidos a

Portugal, pode com jeito estabelecer-se que adequadamente cabe aplicá-los à situação da Galiza:

em que sentido?; até que ponto?

Para alcançar melhor este objectivo, pode reler-se cada um dos textos ao tempo que se procura concretizá-los.

A seguir, reescrevam-se, com as mudanças pertinentes, de modo que se entendam como proferidos para as circunstâncias conflituosas em que se acha sumida a Galiza espanhola.

D. *Outras sugestões:*

1. Amplie-se o tratamento do tema da *invasão* aos outros relatos do Eça.

2. Repassem-se, numa visão sinóptica e com particular atenção à Galiza, as diferentes invasões internas que se sucederam na história peninsular.

3. Avalie-se a concepção da Galiza segundo se depreende das obras de Eça de Queiroz e de outros autores da moderna literatura portuguesa.

Compare-se com a correspondente concepção de Portugal, oferecida polos autores galegos coetáneos.

7. CONCLUSÕES

Porque achamos que este texto, lido hoje por um cidadão da Galiza, pode sugerir-lhe paralelismos não menores entre as circunstâncias narradas em *A Catástrofe* e as vividas pelos galegos, é que o propusemos à consideração dos leitores interessados no desenvolvimento e progresso desta parte do território espanhol.

Sabemos que esses paralelismos são apenas paralelismos; é por isto também que não quisemos comentá-los a teor de umas precisas coordenadas nacionais ou políticas. Antes de mais nada, merece-nos todo o respeito a capacidade interpretativa e a concepção ideológica de cada leitor.

É claro que o narrador-protagonista nos refere acontecimentos enquadrados numa «situação normal» asfixiante, identificada na sentinela do exército invasor. É claro que a situação galega, conflituosa, não é justamente essa asfixiante. Mas não é menos certo que na Galiza espanhola se vive em condições de «subnormalidade» manifesta, que caberia comentar quase pelas mesmas observações literais integradas no relato do Eça; acima reproduzimos, a modo de exemplo, algumas delas.

Relativamente às condições sociais, políticas e administrativas em que se desenvolvem os usos linguísticos na Galiza, não se percebem, eco de ocupação, os passos da sentinela estrangeirizante, ainda que aqueles estejam a esfianhar-se dia a dia...

A este respeito e na nossa melhor opinião, é possível, apesar de tudo, sempre tentar percorrer o caminho que os nossos antergos nos abriram de modo que a leitura deste conto do Eça, sob chave galega, contribua a vertebrar e organizar o País. Então, contrariamente ao que na actualidade está a acontecer, as famílias serão patriotas porque haverá Pátria certa.

Galiza, Novembro de 1988

Cultura e resistência
(Obedecer ou dissimular)

Ronaldo LIMA LINS *

A mentira produzia verdade? A mentira produzia fartura? A verdade tornava-se mentira?
Ewelson Soares Pinto, in *Crônica do valente Parintins*

Um dos traços da sociedade em que vivemos foi, talvez, estar, ao longo de séculos, brigando de gato-e-rato consigo mesma. Sua forma de organização parte de tais premisas que onde parece dizer a verdade, descobre-se a mentira, e, em outras circunstâncias, é a mentira que insinua a verdade. Trata-se de uma característica proveniente, sem dúvida, de alicerces que se plantam nas trevas da nossa História. Daí a extensão em que o exercício de esconde-esconde se estabelece em amplitude internacional.

Países como o Brasil ou que vivem problemas análogos possuem a vantagem, para o analista, de trazerem à tona manifestações que lá fora se situam na latência do sistema ou se mostram apenas sob as lentes do microscópio. É o que faz com que o humor numa região se transfigure em deboche em outra; a tristeza, em melodrama; e assim por diante, em processos de revelação que expõem uma face expressiva nas nações periféricas do Terceiro Mundo.

O jogo de gato-e-rato se insere na essência da nossa estrutura de comportamento e se perde em camadas de um psiquismo que o Ocidente desenvolve há longa data. Vem dele a violenta guerra conceitual que se trava, ora sob o predomínio de uma verdade, ora de outra, com a massa humana assistindo e refletindo os combates em sua pele, sem possibilidades de lhes alterar

* Ronaldo Lima Lins é romancista, crítico literário e professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

o rumo. A luta pelo poder que se verifica no quadro das idéias gera uma divisão clara das partes e um dilema: ou mandar ou obedecer.

Mas não se pode mandar fingindo que se obedece e obedecer fingindo que se manda?...

Para examinar de perto o mecanismo desta complexa armadura de ofensiva e defensiva, retomemos, a título de ponto de partida, as palavras de Machiavel, agudo intérprete de uma ciência política que se conserva em dia, pela perspicácia de suas ponderações. Afirma ele, visando o melhor meio de se manter o governo sobre o povo:

> «Como os homens marcham quase sempre sobre caminhos trilhados por outros e procedem em suas ações por *imitação* (grifo nosso), e como não é possível seguir inteiramente os outros ou igualar o gênio de quem imitamos, o individuo sábio deve se engajar no percurso dos grandes homens e imitar os melhores, de maneira que, se seu talento não chega a alcançá-los, guarde com eles, pelo menos, certo parentesco» (1).

A «imitação» aparece como uma forma de se garantir o sucesso de um empreendimento e se justifica pela nobreza da causa defendida. É vista por Machiavel como uma inevitabilidade, fórmula que orienta os mais sábios e os menos sábios e, em consequência, tem de ser levada em linha de conta qualquer que consista a atitude adotada. Garante-se uma vantagem imitando-se os grandes homens porque, não obstante falte talento para ombreá-los, o parentesco com eles ocasiona proveito.

A imitação, com efeito, não constitui uma escolha. A sociedade se estrutura sobre esse princípio supremo e o usa para nortear todas as coisas (2). É, portanto, o instrumento que transporta à liberdade e à opressão, perpetua a mediocridade e promove a criatividade, é a mola propulsora da indústria e da arte. Nenhuma reflexão rigorosa sobre o comportamento humano deixou de avaliar o papel que apresenta na definição dos acontecimentos. Quando os positivistas construiram propostas para o progresso social, ressaltaram a escola (a secundária, sobretudo) porque não ignoravam que o ensino organiza o meio ambiente fortalecendo os alicerces do poder por via da imitação.

Trata-se, como se vê, de um fato não desprezível e de um modo como os homens salientam sua presença na Terra. Imita-se para mandar e se imita para obedecer.

O mesmo Machiavel, entretanto, indica outras regras para a sustentação no poder. Uma delas, afirma, é a dissimulação. Lembra, para tanto, Alexandre VI, pai de Cesar Borgia, papa e arquiteto de um forte estado pontifical. Ele enganava as pessoas com grande habilidade e sempre encontrava um meio de fazer com que lhe acreditassem nas profissões de fé.

---

(1) In *Le Prince,* Machiavel, Flamarion, Paris, 1984. A tradução é nossa.

(2) Cf. «A imitação e o sentido da vida», artigo nosso publicado em *Cadernos da ADUFRJ,* n.° 2, pág. 22, onde se desenvolve o tema.

«Jamais houve homem que empregasse mais energia em afirmar uma coisa e confirmá-la em seus sermões e que a observasse menos» (3).

Mentia, segundo Machiavel, dando a impressão de que empregava sinceridade —e isso porque conhecia as leis do planeta.

Junto com a imitação, a dissimulação ajuda a manter o controle com relação ao poder. É como ela, porém, um veículo ambiguo, capaz de atender aos apelos da direita e da esquerda, do opressor e do oprimido. Merece, por isso, uma atenção especial.

A dissimulação representa, como outras modalidades de expressão humana, um ardil. Sua utilização calcula superar, pela astúcia, uma corrente contrária que se antepõe aos nossos interesses ou nos ameaça. Os gregos a prezavam entre as qualidades individuais. Supunham que os deuses ou a natureza erguem-se diante dos mortais com uma superioridade desproporcional somente neutralizada pela capacidade que aperfeiçoamos de enganá-los. Num confronto direto, seríamos esmagados...

A aventura de Ulisses com os Ciclopes oferece substância à hipótese, com um saboroso colorido. Homero nos informa que o herói grego se metera numa situação sem saída, preso numa caverna, com o seu grupo, e pronto para virar pastagem para o gigante de um olho só. O ardil de Ulisses, como se recorda, constou de embebedar o Ciclope, cegá-lo e, atado em baixo de uma ovelha, escapar ao exame que, pelo tato, poderia perdê-lo. Há um detalhe significativo: ele diz ao gigante chamar-se Ninguém, razão pela qual, quando acorrem e perguntam ao companheiro se alguém o ameaça, o Ciclope responde: Ninguém! E eles se reriram achando que não há problema (4).

O episódio intriga Theodor Adorno em seus estudos sobre a origem da barbárie. Naquele instante, presume, pela trapaça, os homens fundaram a sua posição antagônica frente ao mundo. Contornando os rituais de sacrifício, que os igualavam à natureza, começam o percurso solitário pelo qual chegam à Modernidade. A barbárie se instala quando a vida concentra o alvo da violência.

Cabe afirmar que, no perigo, agimos feito a lagarta que introduz mudanças em seu corpo para dissolver-se no ambiente. A lagarta aplica esta capacidade para proteger-se ou ameaçar. A diferença, observa Roger Caillois (5), localiza-se na estabilidade do organismo humano. Para disfarçar-se, ele se acrescenta de elementos que não lhe pertencem; «inventa» esses elementos. Não desenvolve asas para voar: constrói o avião. Não lhe cobre um couro para proteger-se do frio: fabrica peles e roupas. E assim por diante. A dissimulação implica um uso extenso e intenso da inteligência. Cumpre notar que a lagarta, em sua metamorfose, assimila-se à natureza para destacar-se dela,

---

(3) Novamente nos valemos de uma tradução nossa do texto de Machiavel.

(4) Cf. *Odisséia,* de Homero. Utilizamos o texto traduzido por Antonio Pinto de Carvalho, publicado pela DIFEL, São Paulo, 1960.

(5) Cf. Caillois, R., in *Méduse et Cie.,* Gallimard, Paris, 1960.

garantindo o exercício da vida. As modificações que incorpora denotam um modo de fortalecer o seu próprio eu.

Caillois salienta o respeito demonstrado por várias sociedades ante insetos (cita, em particular, o *louva-deus)* dotados da misteriosa aptidão da metamorfose. Reconhecem, talvez, a riqueza e as finalidades práticas do recurso. Já os caçadores antigos se protegiam sob outra aparência para aumentar o seu poder de combate. Viam no estratagema um requisito de ordem mágica pelo qual, como as lagartas, destacavam-se da natureza dissolvendo-se nela.

É certo que a dissimulação se torna mais eficiente quanto mais cuidadosamente se fizer. Isto indica que, para enganar, é preciso saber enganar. Verifica-se, então, o verdadeiro jogo de gato-e-rato mencionado acima. Todos lhe reconhecem o valor desde que o equívoco se consume do início até o fim. Mentir ostentando que se mente envolve cinismo —algo que a ordem social aceita com muito mais dificuldade. O cinismo pulveriza o manto mágico da sedução. É como se desmontasse a astúcia e desse lugar a um caráter eticamente inaceitavel.

Um espaço que se fecha —eis o território fértil para a dissimulação. Quando a linha do círculo se completa, um ar rarefeito asfixia as pessoas com a sensação de que a morte intervém. A energia acumulada pelo estrangulamento rompe a pressão pelo choque das moléculas e escolhe o primeiro apoio ao alcance da mão para escapar. Se a ambição de poder se conserva por trás de tal impulso, o mesmo se pode aceitar em termos de liberdade e da ânsia de recuperá-la. O espaço se fecha no instante em que, uma por uma, vedam-se as saídas de uma aspiração totalizante. A limitação de uma só das qualidades humanas basta para conferir às condições em volta um sinal insuportável.

A transformação do mundo depende de projetos e propostas sérias que viabilizem o ímpeto revolucionário. No entanto, tão logo tais propostas impõem a seriedade em termos absolutos (lembremos Robespierre), desenha-se o círculo e se instala a asfixia. Rapidamente, sente-se que há um erro incompatível com a existência na fórmula em discussão. A seriedade em termos absolutos coincide com o fascismo. Só se difunde (e por pouco tempo) pelo império da força. Isto aconteceu com os aforismos teológicos e com as correntes sectárias de todas as igrejas. Fracassaram. Por seu turno, as religiões que encobrem a seriedade em termos absolutos numa pregação descontraída e ao gosto da época, ampliam o número de prosélitos e de fiéis. Trocam o sucesso temporário pela solidez das instituições que se estendem pelos tempos. O riso quebra o elo da seriedade com a dimensão correta da realidade. Fanáticos odeiam o riso e o perseguem porque não desconhecem o trabalho de desmitificação que exerce, comprometendo as bases da fraude na qual se amparam para conservar-se e crescer.

Nos conjuntos sociais, o riso preside o termômetro que nos aponta a saúde ou a doença do estado vigente. O senso comum não o ignora. O governo não subestima, também, o grau de riso com que dosa suas medidas mais ou menos sérias, mais ou menos impopulares. Coloca-o, por conseguinte, como prioridade nos seus programas e como arma de conservação do poder. Desapro-

pria do outro essa capacidade, transferindo-a para si. Não lhe assiste passivamente a irrupção. É o seu maestro e o seu condutor. É o Estado quem faz rir. A população explode em gargalhadas através de assaltos hilariantes com os quais festeja, aqui ou ali, eventos que a têm como destinatária. São festas que podem ou não respeitar um calendário preciso. Não importa. Na estratégia da dissimulação ocupam um lugar.

O século XX se caracteriza, entretanto, pelo grande trânsito que demonstra em particularidades que, por isso, não se ancoram num só dono. O perfil de atitudes que consolidam o poder ressurge onde menos se espera, inclusive na vítima do poder. O fato ocorre porque as nossas sociedades aprenderam enormemente sobre a natureza humana e aplicam os conhecimentos obtidos desvinculando-os de suas funções. O ardil não serviu apenas a Ulisses para escapar do Ciclope. Serviu, entre outras coisas, para que Homero nos legasse uma obra de substância ao nível da história cultural da humanidade. Não resta dúvida, por outro lado, que, se atende aos interesses do Estado, a dissimulação presta-se, igualmente, a funções mais dignas.

É possível indicar na Arte um reduto nobre do exercício da dissimulação. Mais de uma vez, um escritor passou às gerações futuras narrativas que ficaram graças a ela. Empregando-a com sutileza, escaparam ao crivo de censores ferozes e da opinião conservadora e retrógrada. O Brasil do século XIX fornece um exemplo brilhante em Machado de Assis. A nação, moldada de acordo com o modelo colonial, com uma população reduzida e amesquinhada pelo analfabetismo, alcançou de repente, pela pena do mestre, patamares de amplitude universal. E note-se que o fenômeno se deu (cito *Dom Casmurro, Quincas Borba* e *Memórias póstumas de Brás Cubas* como as que melhor explicitam o caso) justamente nas obras nas quais o entendimento oscila de um ponto a outro, incerto quanto ao local onde firmar-se. *Memórias póstumas...* nos traça um panorama de reduzidas proporções, quer pelos personagens, quer pelos dramas que vivem. Tudo parece anão, exatamente como se testemunhava na sociedade fluminense acondicionada no beco sem saída da produção cafeeira e da falta de perspectivas. Não havia o que se chama de Comércio ou de Indústria (em maiscúlas, ambos), de setores, enfim, que criassem uma gama aceitável de oportunidades. Quem quer que ali residisse devia aceitar que os sonhos não viajassem e que os desejos se pautassem pela modéstia.

Pois, quando o leitor se inclina a rever o roteiro conhecido, eis que o capítulo das negativas o surpreende, insinuando que algo de grande permanece por trás do pequeno. Os sentidos passeiam por uma região de ambiguidade que nos leva a desconfiar do que lemos antes, quase como se nos houvéssemos enganado. A dissimulação se exerce na sua mais alta perspectiva. Torna o romance exequível, na época, e apanha o cidadão desavisado em categorias que o remetem para longe... Entre ser e não ser, *Dom Casmurro* empreende outra façanha. E assim que o romance machadiano e não é um romance do Brasil do século XIX, o único que pôde romper as cadeias do território cerceador de um período de afirmação infantil. Foi a receita que recol-

heu o escritor dos nossos bairros mais pobres e o transformou numa figura nacional, acima dos preconceitos.

Se a literatura aperfeiçoa os mecanismos da forma, garante o respeito geral, mesmo daqueles dos quais se ri. A ânsia de defender um ponto de vista sério contra a maioria ou contra os limites que nos cercam, falha como o Quixote brandindo armas contra os moinhos de vento. Inúmeros autores nossos caíram em semelhante armadilha, inconformados com o espectáculo que assistiam desenrolar-se diante de seus olhos e impotentes para lhe mudar o ritmo e a velocidade. Alguns, num sucesso parcial, deixaram-nos um documento válido, documentos que, no entanto, fazem mais sociologia, história e economia do que literatura.

Sen lhes diminuir as flagrantes, qualidades entrariam no caso Euclides da Cunha e Lima Barreto, cuja estatura para nós não se sustenta junto a parâmetros universais. A década de 70 produziu lições idênticas. A ditadura não dissimulava ou dissimulava mal e a literatura (com raras exceções) repetiu o erro, tornando-se panfletária ou jornalística. Centrou sua atuação no momento vivido sem se preocupar em transcendê-lo. Hoje relemos com bocejos relatos que na ocasião acompanhávamos assustados e despertos.

É de se imaginar que, na área minada pela dissimulação, o que se lhe meta em campo se dissolva no caldeirão fervente da mentira mais ou menos hábil. Como, porém, se resolve o Saber? A manipulação da verdade se sustenta até o instante em que se volta contra si mesma. Se o conhecimento se engana, não é conhecimento... Sabe-se que o Poder atualmente se ampara no Saber (6). Quanto mais houver Saber, mais haverá Poder. A perseguição ao Saber monopoliza as preocupações nas sofisticadas nações industriais, mais do que o imperialismo territorial, antes praticado, e mais do que o imperialismo financeiro. Impedir que o outro *saiba* significa impedir que o outro tenha acesso, algum dia, ao *poder.*

O bloco do Hemisfério Norte deposita, por causa disso, imensos investimentos em instituições de pesquisa e centros de experiência: para desenvolver o que se denominou *tecnologia de ponta;* Saber e Poder. Apesar da crise de suas universidades, fruto do choque entre uma filosofia emancipatória (pela qual o conhecimento devia democratizar-se) e as tendências cada vez mais hegemônicas de uma elite fria e realista, entrou em prática um processo de reorganização e readaptação às circunstâncias, à revelia das pressões liberalizantes. Onde não se restabeleceu uma produção confiável ou desejada, esfriaram-se as instituições, mortas pela carência de verbas. Em contrapartida, esquentaram-se com dinheiro núcleos e escolas isoladas consagradas a pesquisas bem escolhidas. Quem manda do mundo está conscicnete de que, com o Saber, não convém dissimular. Protegê-lo e ocultá-lo, sim; não dissimular. Os cientistas perdem a paternidade do conhecimento na hora em que este entra nos cálcu-

---

(6) Cf. Lyotard, J. F., in *O pós-modernismo,* José Olympio Editora, Rio, 1986.

los políticos da tecnocracia dirigente. Aí sim, aconselha-se a mentira. Invenções que servem à guerra introduzem-se na propaganda oficial como conquistas úteis para o bem geral, não se excluindo nem aquelas que aspiram ao holocausto.

Não é, entende-se, pelas trilhas do Saber, mas pelos interesses que o rodeiam, como constata Habermas (7), que a manipulação nos atinge.

O Brasil possui, quanto à atividade científica, uma relação de ambiguidade, herança do período colonial e do escravagismo, que a industrialização montada no capital estrangeiro não alterou substancialmente. Entre nós não beira o exagero dizer que o Saber até irrita. A vizinhança de Policarco Quaresma, que não compreendia por que colecionava tantos livros se não era Doutor, continua, em grande medida, sendo a nossa vizinhança. A universidade ocupa, deste modo, constrangida, o espaço que lhe cabe. Luta por um prestígio social que não se materializa, quer entre os funcionários do governo, quer entre a população desinformada e analfabeta, quer entre setores do próprio cenário acadêmico, onde grassou a dissimulação ou o cinismo.

O pesquisador bem intencionado engrossa as fileiras de um partido político minoritário e fraco, vítima da insensibilidade da burocracia em seus burôs de poder. Para proceder à pesquisa, deve, em primeiro lugar, transformar-se num administrador das normas burocráticas e aprender a contorná-las. Isto lhe custa tempo e energia —e não desemboca, é evidente, na almejada produção. A neurose fiscalizatória da conexão da qual depende simula eficiência despejando-lhe critérios e obrigações que, se mostram serviço, em nada contribuem para a agilidade real do conhecimento. Mede-se a inteligência e sua capacidade criativa pela quantidade e não pela qualidade, o que em si desmascararia a falta de inteligência não fosse o propósito por demais transparente de camuflar a paródia. E nem vale a pena mencionar o desamparo em que se debatem as ciências humanas, atacadas pela prevenção autoritária que as vê como um foco de irreverência a evitar. Mediam o Saber, como se constata, instâncias que o protegem e impedem o seu desdobramento. São instâncias que custam o preço dos sonhos de emancipação nacional e muito dinheiro para sustentá-las.

Vemos que o jogo de gato-e-rato penetrou na rede circulatória da existência e bombeia o sangue nela contido na direção desejada. É um circo do qual todos participam. Em alguns momentos, sobressai a farsa; em outros, demora-se a percebê-la. O «jeito», tradicional componente do nosso temperamento, espécie de lado picaresco do brasileiro, estudado por antropólogos e sociólogos, nada mais é do que a dissimulação democraticamente usada pelos vários segmentos da população, porém levada adiante, com criteriosa competência, como um meio de mandar. Configura-se, também, como a única maneira de desobedecer sem incorrer nas iras repressivas do aparato policial ou legal.

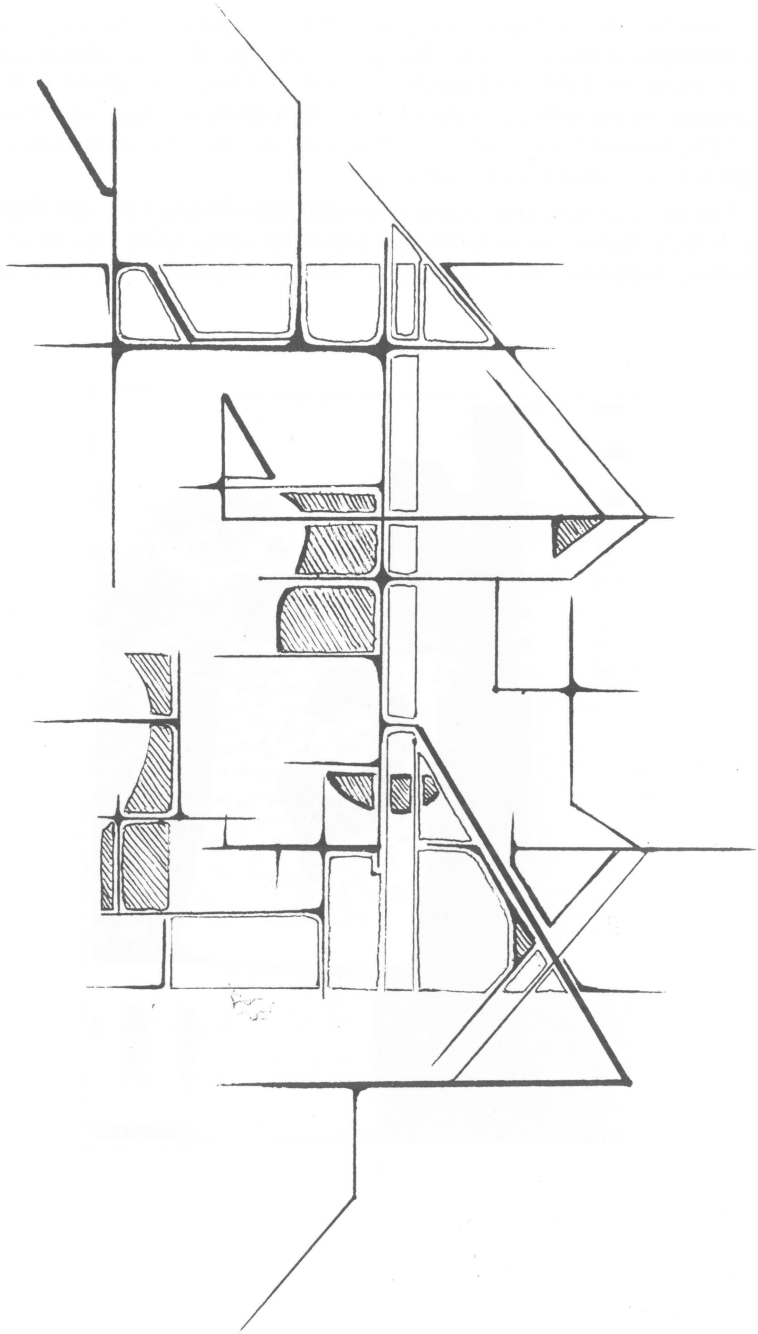
---

(7) Cf. Habermas, J., in *Theory and practice*, Beacon Press, Boston, 1974.

Feito o balanço, para onde se inclina o prato?

Há atos falhos reveladores do dispositivo mental e moral sempre em ação. Salta à memória o mais recente. Havia em foco no Brasil o plano econômico posto em vigor em 1986. O Presidente da República, embalado pela retórica da veemência, ergue o braço e proclama, em tom de ameaça: «O cruzado não morreu! Ele ressuscitará!». Pela primeira vez na história, diante de um público perplexo, um vivo ressuscitaria...

O dilema nacional, que passa pelo conflito *obedecer ou dissimular,* possui seus beneficiários e seus feitos às vezes relevantes. Gira em torno da crise. Pelo menos enquanto não eclodem os nossos impasses mais profundos...



ANTOLOGIA

Dous contos de Henrique Manuel Rabunhal Corgo

80 centímetros cúbicos *

A Chaira é o circuito motociclístico mais importante do país e já na esfera internacional tem ganhado crédito, glória e ainda notoriedade. A Chaira está ubicada nos arrabaldes da cidade, na linha de cruzamento que vai da pompa à miséria, da abundância à pobreza. A rapazada daqueles bairros está verdadeiramente seduzida polo cheiro constante a gasolina, a motores rebentados, a escapes e polo estrondo impetuoso das máquinas.

* * *

Paulo Freire é um desses rapazelhos que deitam os braços na varanda e ponhem o queixo defronte da recta mais longa do circuito para melhor ver os constantes adiantamentos. Paulo Freire, orfo e solitário, gosta tanto das carreiras oficiais, às que nom pode assistir, como dos adestramentos que si som grátis.

Os dezassete anos de Paulo servírom-lhe para construir dous ídolos. Sua mai, a quem tributou sempre grande veneraçom, e um piloto local, Champi Ferreiro, três vezes consecutivas campeom de Europa em 80 centímetros cúbicos.

* * *

Umha sexta-feira pola tarde, o Paulo espiou todos os movimentos de seu ídolo vivo. Champi era um tipo baixo, fraco e tinha um nariz prolongado. Paulo Freire vira rir e chorar ao campeom muitas vezes. Aquela tarde ventosa e grisenta, quando remataram os adestramentos, o campeom fixou a sua olhada no rapaz:

---

* Este relato recebeu o segundo prémio no XXII Concurso Nacional de Contos Infantis organizado pola A.C. O Facho em 1989.

—E ti, nom tes mais que fazer?

—Nom.

—Gostas das motos?

—Gosto.

Aquel diálogo breve foi o início de umha longa amizade. O campeom de Europa pousara as suas maos nos ombros do Paulo e algo viu nel distinto e majestoso. Em poucas semanas a intimidade e a cordialidade medraram de maneira definitiva. O Fraco recolheu na sua casa ao orfo. A casa do campeom era realmente umha casa encantada. Luxosa e ao tempo cómoda, tinha as paredes cheias de cartazes. Os armários envidraçados guardavam inúmeros troféus, símbolos da glória e da vitória.

Assi fôrom passando os dias, e as semanas e também os anos. Cinco anos felizes em que o Paulo aprendeu de todo: limpava a casa, cozinhava e sabia cambiar qualquier peça da moto do campeom como o melhor mecânico do continente. Nesse lustro, o Paulo convertera-se numha ferramenta imprescindível nas vitórias do campeom. O Paulo conhecia Europa e às gentes mais importantes do mundo das duas rodas. E todo isso, o pam de cada dia também, devia-lho ao Fraco.

Animado polo campeom, o Paulo começou a competir em 80 centímetros cúbicos. Ao princípio as cousas foram-lhe mal. Estivo para deixá-lo em duas ocasions e dedicar-se unicamente à mecânica. Mas o Fraco animava-o:

—Venha, rapaz, venha. Tes toda a vida por diante!

E o Paulo continuou. E cada vez ia a mais. E cada vez pilotava melhores motos. E cada vez era mais requerido polos jornalistas. A televisom dedicara-lhe um programa de umha hora.

Umha tarde, o Fraco entrou na casa. Paulo tinha a ceia preparando-se ao lume. Comêrom à tripa-forra. Paulo recolheu a mesa e serviu café. O Fraco começou a falar:

—O dia 8 de janeiro tes a tua oportunidade. Vam-che permitir correres os 80 em Düsseldorf, para o Campeonato de Europa. Souto está enfermo. Falei-lhes de ti.

Paulo fitou a vista no Fraco. Passaram os anos e nom de balde. Aquel tipo baixo, fraco e de nariz prolongado estava no fim da sua carreira.

—O dia 8 avizinha-te do primeiro e segue-o até a última volta. Nom desmaies. Acelera o que puderes e quando puderes. E arrisca, pola direita ou pola esquerda. Procura ganhar, com crueldade, se for preciso. Nom vas ter outra oportunidade em muito tempo. Se calhar nunca mais. Entendes, Paulo?

Paulo entendia-o, entendia-o perfeitamente. Deitárom os pratos no seu sítio e fôrom para a cama. Porta com porta como desde havia cinco anos. O Paulo apagou as luzes e já no leito chorou sem imutar-se com a olhada fixa num cartaz cujos contornos adivinhava. A chuva esboroava lenta polos vidros da janela. Aquela noite o Paulo sonhara estar correndo os 80 centímetros cúbicos em Düsseldorf. Sempre avizinhado do Fraco e verdadeiramente

sem poder ultrapassá-lo. Sempre arriscando para nom perder de vista ao seu ídolo, ao seu amigo. Procurando ganhar com crueldade, com a crueldade que era precisa. Na última volta, apurou o freio jogando-se o tipo na intentona. Deixou atrás ao Fraco e entrou em solitário na linha de meta.

Pola manhá, no espelho do seu quarto, o Paulo apalpava a anasarca de seus olhos. No ângulo superior direito da lâmina de cristal pudo ver o rosto do Fraco. Nom sabia que fazer e que dizer-lhe. Ainda bem nom podia desenredar o devaneio da certeza. Nem falta que lhe fijo. A voz do Fraco retumbou no seu coraçom com estas palavras:

—Acabam de chamar-me. Souto poderá correr o dia 8 em Düsseldorf!

Quatro pais, um pato e um cam

Paulo, desde os seus sete anos, molhados em perguntas, e desde umha tristeza deitada na sombra dos objectos, contempla os movimentos de seus pais.

A mai, com a cabeça mordendo o ombro, toca as quatro cordas de tripa do seu violino, sumergida num mundo antigo e impossível que remata onde os últimos compassos.

O pai, aderido à mulher, fere com os dedos e com as unhas na sua viola que a Paulo lhe parece um edifício infranqueável.

O mundo do Paulo é um mundo de baixura, de éxodo, de apocalipse, de incertezas. Desde o chao, debuxa: umha casa humilde ao pé dos caminhos-de-ferro. Seu pai, ferroviário, com a mirada atenta aos comboios. Sua mai, felizarda e ditosa, cose na roupa da casa. Também o cativo aparece no debuxo, a jogar por entre a liberdade das árvores, das chairas que abraçam a casa, a despedir o último comboio da tarde, cada vez mais minúsculo lá no horizonte orvalhado de lume.

Os pais de Paulo, de tempos a tempos, abandonam a rotina musical e detectam no chao umha criança aderida a um debuxo. Um debuxo em que se explica aquela cousa miúda e mol que é o Paulo. Um debuxo em que o neno molha num leite fresco pam e biscoitos. Paulo tem consigo um pato amarelo, de joguete. O pato é a única pessoa que entende e acompanha o mundo problematizado do garoto.

Um médico velho, de barba loira e traje elegante, pretende descifrar o enigma que o debuxo de Paulo encerra. O pato cala a boca por nom querer interferir nesse mundo dos humanos. Paulo, descorado, fala com o pato da sua desgraça. Entrementres edifica umha nova vissom do comboio esvarando polas últimas raiolas da tarde. E da tona do leite, amarela e grisalha.

Na casa de Paulo, as paredes parecem dizer derrota, silêncio, parecem falar de um crime. Paulo é o réu. O médico, o juiz. Os pais os advogados

nom se sabe bem de quem, se do seu filho ou dos mesmos instrumentos que já soam no coraçom da noite, pentagrama insólito e insensível.

No leito, os olhos de Paulo fôrom cravados à janela onde o luar mima as perguntas que a noite exagera. Aos poucos, Paulo sente as maos da mai sobre o seu rosto, como querendo fazer desaparecer o rasto dessa saudade que empapa o quarto, o andar, a cidade, os músculos todos da existência.

O pato mudou de cor. Está avelhentado por ter praticado essa solidariedade sem condiçons, inumana, contundente, fraterna. El comprende as saudades do seu amo, el tem descifrado há tempo o enigma da plástica de seu senhor. Agora dorme à sua beira, encharcado el próprio de poesia e de lágrimas, aportando desde o seu ser privilegiado um bocado de amor a esse océano nocturno em que desaguam os sonhos quentes de Paulo.

* * *

Paulo, desde os seus sete anos, molhados em erguntas, e desde umha tristeza deitada na sombra dos objectos, contempla os movimentos de seus pais.

A mai remegendo num pote velho em que arde o jantar com os olhos postos na comida, imersa em labores pequenos e consecutivos que nunca batem com a figura do meninho.

O pai, lá fóra, cumha bandeira vermelha dirige o tráfico ferroviário com um aquel de omnipotência.

A cena transcorre num povo perdido nas altas terras de Europa, onde Hamlet descubrira que era filho de Halmar e nom de Olaf. A tarde, adovada de magnólias e borboletas, incendia-se de luz para aos poucos luzir o luto frágil da noite.

O mundo do cativo é um mundo de ervas miúdas, de soledade, de gralhas. Desde um souto, debuxa: um andar urbano, um músico brilhante, seu pai, e umha mulher ferindo um violino, sua mai. Paulo contempla, no debuxo, a actuaçom doméstica de seus progenitores encharcado de electricidade e de conforto. Também el aparece no debuxo, a jogar polos quartos, assobiando ao ritmo da música.

Os pais de Paulo viram o debuxo, o enigma que serve para explicar a dificuldade e a profundidade de um mundo. Um debuxo em que o neno abre frigoríficos, acciona botons. Paulo tem ao seu pé um cam. Este é quem comprende a pintura de seu amo.

Um familiar, meigo e algo bruxo, foi contratado para sandar as doenças do cativo, redigidas e exprimidas em forma de cores e linhas. O cam intenta nom falar, nom descifrar nada, nom ferir a autonomia vital de seu senhor. Entrementres Paulo oferece-se a si próprio outra perspectiva da sua vida urbana. E do ruído dos autos, e do barulho da cidade toda.

Na casa de Paulo, os leitos e as candeias parecem proclamar umha lenda horrível em que há um só perdedor: O Paulo. E outras figuras diluídas na memória dos que fazemos este conto. O amor e as perguntas dim-lhes adeus

ao último comboio do dia que sulca uns caminhos-de-ferro em que Paulo deita a orelha para conservar no seu coraçom a harmonia e a saudade.

No leito, os olhos de Paulo fôrom cravados ao seu próprio enigma que escorrega polo quarto e que nem a sua própria mai pode fazer desaparecer.

O cam parece enfermo. Apenas el comprende de forma definitiva a vida íntima do meninho. Agora, o cam espia escrupulosamente o sonho de seu amo e de tempos a tempos permite-se a licença de ter umha conversa com um pato amarelo e sensível que pertence a um outro mundo, quer dizer, ao seu próprio mundo.

Poemas

Manuel Afonso COSTA
Portugal

O sol entra no quarto
canta como um pássaro
é sempre noutra casa que
me encontra
mudar de livro de camisa
deixar o poema noutra alma

à noite conduzem teus passos
não tens contigo o mapa do tesouro
a chave do correio uma estrela
Emigraste por detrás das
pálpebras
talvez te acreditem e te ouçam
ou até te perguntem
quantos dias quantas noites.

•

Finalmente a questão do estilo
entre nós dois
Surgiu como às vezes
é urgente uma janela
Lembro-me que insistias no sul
a magreza do solo as alfaias
a muita promiscuidade nas
paisagens

o clássico «não te vás embora»
Procurei-te pelos subúrbios
como um rafeiro procura restos
de comida

•

Hoje por exemplo dobrou-se
à procura de algo à sua volta
sobre a terra
Qualquer coisa onde sentir
o sopro da luz
deslocou-se para a sombra
tocou o corpo devagar em vão
Um súbito esvoaçar de cotovias
sobre o restolho imenso
trouxe-o à vida
tinha o rosto encostado
à parede de xisto. A tarde
vinha na sua direcção
ficou à espera.

•

Rumor do rosto
o herói à beira da revelação
segredos que adiam a morte
Na frieza de pedra da tua hora
tu estás só
rodeado pela noite
...E houve um tempo fértil
no teu peito e fez-se tarde
Depois de muito olhar mãos
dizes finalmente: cinzas.

Dois poemas inéditos do livro *CARTAS DE AMOR*

J. A. S. LOPITO FEIJOÓ K.
(Angola)

Auto grafia

No rosto
a capa de Ser maldito
assobiando

e combinações harmónicas
enfeitando
a peste,

autografando o pêlo da
celha
com roupa molhada
esvoaça
saltando do colo
da colina acesa e já quase incolor!

Carta d'amor a um(a) jovem (Burkinabe)

Quatro quadras quadradas
são para quem(?)
escreve/o desencanto da alma acutilante

simulação ébria convém
nos
que não sejam
forçadas. Que não sejam rimadas.

Quatro quadras quadradas,
relvadas. De palavras ousadas
enquadradas uma a uma
à ritmia $\frac{o}{a}$cidental

são para quem foste o embalo
do povo inteiro, que pouco vê,
e está com o poder, aos nossos olhos
quadrado, qual quadra angular geometricamente
inexistente!

Poemas

José Alberto OLIVEIRA
Portugal

A morte dos rebanhos

Suspeitou da madrugada pelo cheiro
das maçãs. Levantou-se.
Essa imprudência. O caminho
para o banho inundado de angústia
e a perversão do sono.

Relincham os cavalos sacudindo
o pescoço e bebem água. Que música
os inquieta? Os peixes
vermelhos do sangue. Sobrou
o queijo o pão o vinho:
esses são os utensíilios
da loucura.

De quê recordar-se?
Um tempo houve em que tudo
era alimento. As aves
comiam o grão. A injustiça
é a morte dos rebanhos.

O cheiro das raposas

O chão era de cimento. Semeado de latas
de cerveja e embalagens perdidas, pacotes
de açúcar. Entraram os dois, a cara rapada,
o cabelo curto, sobretudos negros. Dias depois
o da frente suicidar-se-ia.
O dia cheio de
folhas e nuvens. Voando andorinhas baixo.
O mercador chegou com o carro repleto de
frascos coloridos e livros sobre os metais e a virtude
das terras. Acendo o cigarro breve do entardecer.
Levantou-se um súbito vento. Bóreas.
Transportando o cheiro a mato das raposas.

•

Onze

Regressam os rebanhos saciados de erva e sol.
Entrada a última cabra fecha-se a porta.
Sobre a torre, morada dos corvos, o milhafre
de olho cintilante rodou, espiando a azáfama
das galinhas. Agora uma lua vermelha cresce
já sobre as altas muralhas. Olhando a planície
o vigia escuta o rumor dos grilos tentando
decifrar nessa música os resultados das colheitas
e a sua sorte no próximo combate. O guardião
das onze portas encostando a lança, atenta
na deambulação nocturna da caça. À rua
sai um homem ébrio. Sentando-se na laje
de uma porta tenta recordar a infância e o
oráculo cujo significado também ignora.

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

REELEGIDO O ACTUAL CONSELHO DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

Na Assembleia Geral Ordinaria, celebrada o passado dia 17 de Fevereiro em Compostela segundo se estabelece nos Estatutos da Associaçom Galega da Língua, saiu reelegido o actual Conselho, por um periodo mais. O Conselho da AGAL continua constituido por:

Presidenta:

Profa. Dra. Maria do Carmo Henríquez, Catedratica de Escolas Universitarias, adscrita a nova Universidade de Vigo.

Vice-Presidente:

Prof. D. Luis Gonçalez-Blasco, Professor Agregado de Galego no Instituto de Bacharelato «Gelmírez, I» de Compostela.

Secretario:

Prof. D. José Antonio Souto Cabo, Professor Agregado de Galego, no Instituto de Bacharelato «Gelmírez, I» de Compostela.

Tesoureiro:

D. Nemesio Barxa Alvarez, advogado.

Contador:

Prof. D. Pedro Fernández-Velho, Professor Agregado no Instituto de Bacharelato de Cela-Nova (Ourense).

Vogais:

D. José Maria Monterroso-Devesa, Escritor e Funcionario da Fazenda, em A Corunha.

D. Henrique Rabunhal Corgo, Escritor e Professor Agregado de Galego, no Instituto de Bacharelato de «Arteijo» (A Corunha).

D. Carlos Campoi Vázquez, Professor de Física no Colegio Universitario de A Corunha.

D. Bernardo Penabade Rei, Licenciado em Galego-Português e Professor Interino de Galego no Instituto de Bacharelato de Viveiro (Lugo).

Entre os pontos mais importantes do seu programa cumpre salientar:

a) A realizaçom do *III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa* para o próximo mes de setembro, nas cidades de Vigo e Ourense.

b) Intensificar os seus trabalhos de difusom e formaçom em todos os ámbitos e sectores da sociedade galega, para consciencializar sobre a normalizaçom cultural e lingüística deste segmento da comunidade lingüística galego-portuguesa, conhecido com o nome de *Galiza.*

c) Continuar com a ediçom e publicaçom da revista *Agália,* que neste ano de 1990 chega aos seis anos de vida e que alcançou já o seu número 20.

d) Realizar simposios dedicados o escritor Alvaro Cunqueiro e a Lugris Freire.

□ □ □

APRESENTAÇOM DA REVISTA *AGÁLIA*

Na sala da Galería Sargadelos, sita na Avenida da Havana, o dia 21 de Novembro, às oito da tarde, tivo lugar o acto de apresentaçom do número 18 da Revista *Agália,* correspondente a «Verao, 1989». No acto participaron a professora doctora dona María Vitória Carvalho-Calero, do Colégio Universitário de Ourense, quem falou do seu trabalho *Sobre a Revista Nós e a arte da vanguarda,* no qual estuda a grandes traços a presença da vanguarda nas três etapas da Revista, começando pola etapa ourensana, que em opiniom da autora é a mais cuidada. A autora comenta e estuda as portadas desenhadas por Castelao, as capas, os desenhos e mesmo a publicidade inserida.

- O advogado, e membro do Conselho da AGAL, dom Nemésio Barxa, falou sobre o idioma galego e a sua presença, funçom e significado no mundo da justiça, partindo das reflexons que oferece a publicaçom de varias sentenças, utilizando a normativa ortográfica e morfológica, proposta pola Associaçom Galega da Língua, emitidas pola Sala do Contencioso-Administrativo de A Corunha. O uso desta normativa supom, com evidência, a nom existência de umha normativa «oficial» e demonstra que as normas elaboradas polo «ILG» nom obrigam a ninguém.
- Dom Francisco Xavier Paz Garza, membro da AGAL e do Colectivo Cultural «Meendinho» falou do trabalho dos reintegracionistas na rua e na difusom a língua, história e cultura da Galiza, explicitando, além disto, outra documentaçom e informaçom aparecida neste número.
- A presidenta da AGAL, professora doctora dona María do Carmo Henríquez, comentou a entrevista em extensom que se lhe fai ao membro de honra dom Jenaro Marinhas, os estudos sobre Carvalho Calero dos professores Sílvio Elia, Presidente do Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro e da professora doutora Elvira Souto, da Universidade de Santiago.

□ □ □

SEMINARIO DE GALEGO

Organizado pola «Associaçom Galega da Língua» e o Grupo Autónomo Reintegracionista «Meendinho» de Ourense, durante todo o mes de março, nos locais da «Casa da Juventude» da cidade de Ourense, celebrou-se um Seminário de *Iniciaçom ao Galego-Português,* em que participárom vinte pessoas, na sua maior parte estudantes e também trabalhadores.

O Seminário foi impartido polos professores José Manuel Barbosa Alvarez, Pedro Fernández-Velho, Maria do Carmo Henríquez e Francisco Xavier Paz Garza. As sessons, eminentemente de carácter prático, versarom sobre Ortografia, Morfologia e Léxico, assi como de comentários de textos lingüísticos actuais ou da Idade Média. Nas sextas-feiras projectárom-se diversos vídeos sobre *II Congresso.*

NOVA APRESENTAÇOM DE *FOGO CRUZADO*
Palavras de Uxio Novoneyra

Tivo lugar em Compostela na Sala Sargadelos, o dia 13 de Dezembro de 1989. Reproduzimos apenas a intervençom de *Uxio Novoneyra (*):*

«Depois de ler de primeira «passada» estes relatos, estes relatos curtos de tam diversa feitura e temas e sistema narrativo, ainda que unidos —a excepçom de um— polo mesmo marco geracional e cenário vital dos autores, todos na mesma cidade e na mesma década da primeira mocidade, e por umha constante responsabilidade social e política geral e concreta da pátria, e umha abrumada certeza das dificuldades e um clima de «trilhada» xorda angúria sem saída vista nem entrevista, sem que o divino tesouro da mocidade tenha brilho tal que engade ou engane, esse clímax de consciência desperta e desencanto, de problematicidade total que trasunta destes relatos, desvencelhados a maioria da tradiçom oral galega do contar, e com muitas leituras noutras línguas mais ou menos próximas da nossa, o que também lhes dá um ar de insegurança e menesterosidade de todo tipo que «magulha» —nom «magoa»— e «rebre» o temple e brio da mocidade que nom se sente como «dom». Agora é só um nó mental, ánimo turvado e confuso, por mais clara que se tenha a opçom ideológica.

Esta foi a primeira impressom que sem ser, ou sendo, recorda o clima do dia mau de Henri Michaux. (Recomendo-vos ler a obra poética de Henri Michaux).

Viver em qualquer tempo, em todo tempo, sempre foi assunto difícil, ainda para os que cremos ter umha vida doada só porque pensamos que toda vida pudo ser pior. O certo é que, demasiadas vezes, estamos como metidos num mau assunto, o qual deve ser certo pois todos sentimos e pensamos assim. E ainda inclusive vós, que estades no que antes se chamava «flor da mocidade», da que um poeta nosso dixera, transladando-lhe a palavra à dona amiga: «As frores do meu amigo / briosas vam no navio». Mas vós já nom sodes só moços do sangue. Vós, longe já do aturujo, da força em ponta xorda da gleba anónima, sodes filhos da cidade amastragada pola cidade e tendes demasiado sentido individual por mais análise marxista ou militáncia intelectual e mesmo activa que tenhades. O certo é que, polo que seja, por ultraconscientes ou por acurralados, sodes valentes —semelhades-me ser valentes— por jurar bandeira de umha ideologia difícil, como é difícil quanto é ou pretende ser puro e manter-se em rigor. E nom somente jurades bandeira de umha ideologia que exige rigor, senom que adoptades a «ensenha» maldita de umha escrita convencional frente a outra escrita convencional aceitada e imposta como oficial, só polo qual já seríades arredados. E nom só isto, senom que proclamades a vossa pureza e fazedes manifesto expresso encabeçando o livro da vossa verdade e decisom, e ainda para mais defrontades contra o governo da vossa cidade alheada, «chuleada» por umha tirania popular de doado afalago e um desenrolo aparente e bem seguro destrutor do espaço cidadao por décadas. Sodes malditos «apor de» ser puros. Sodes perfeitamente o escritor «à contra», o escritor resistente, e nom só contra o discurso mais ou menos «instaurado», senom contra o discurso das mocidades do vosso tempo. Realmente, o vosso é para palpar-se as forças. E ainda para as mais, escolhedes-me a mim por valedor, a mim que só sou um firme lúcido enquanto me deixo em liberdade, enquanto livre, mas sem bando nem disciplina, sem poder real nem dialéctico, e que só sou certo desse «comum» que me liga igualmente a vós com os vossos inimigos. Se me escolhestes a mim para valedor por um dia —ainda que só seja por um dia— é que as vossas forças som grandes, verdadeiramente moças, e a vossa rebeldia tem todos os *erres,* os de longo *arr*astre e que vos farám *r*esistir a história, o duro

---

(*) NOTA DA REDACÇOM: O texto, recolhido em fita magnetofónica, respeita-se integramente, realizando em poucos casos algumha leve correcçom lingüística. As palavras ou grafias sublinhadas indicam que fôrom recalcadas fonicamente, enquanto as colocadas entre aspas som citaçons literárias (como a de P. Gomes Charinho) ou bem pareceu oportuno transcrevê-las desse modo por outros motivos, às vezes precisamente por nom alterar o texto com possíveis modificaçons deformadoras do seu carácter poético.

presente, frente aos que se rendérom para afrontar-vos. Ainda que eu nom seja dos vossos anos nem da vossa «ensenha» convencional, saúdo a vossa valentia, sem a qual nengum escritor novo que se preze pode começar a sua andadura. El há de ir «a por» cambiar o mundo, ainda que isto semelhe impossível. O que é realmente impossível é aceitar esta realidade, tosquedade dominante. Frente ao abandono, a «frouxeira» da última geraçom e da claudicaçom da anterior e da derrota das outras passadas, a literatura de criaçom, a literatura é umha missom. A nova palavra, a nova forma para o homem novo que tampouco há de esquecer nada de quanto foi verdadeiro e assumido. Mas algo sabemos, algo somos já que ainda nom foi realizado, que deve ser formulado com o mesmo jeito em que vem. A vossa força é a palavra, a língua sem maos, a palavra sem poder, sem mais poder que o poder da palavra. A palavra só tem força se está carregada de consciência aguda e de realidade e de visom. Nom vos dedes à palavra doada, sem risco, vós que sabedes o que é o risco ao serdes duramente impugnados, e nom caiades na doada desesperança, que isso nom é de criadores, que podem cair também mas que de novo se erguem. E se ao longo tiverdes que calar, que seja quando já o tenhades dito todo. Nom sejades ilusos, mas tampouco vos desdeixedes de atender aos sonhos repetidos e verdadeiros. Castigado, desenganado pola História, o Home quase que somente sonha sonhos verdadeiros, sonhos possíveis. A formulaçom desses sonhos é um dos mais altos cometidos de um escritos de criaçom (já digo «criaçom» como vós, contagiado de ler-vos), pois os sonhos sim som criaçom e precisam de peitos novos e coraçons nom desenganados e ánimos nom vencidos. Sem essa missom salvadora do criador, a literatura nom é grande cousa, nom merece que um lhe dé a vida como há que dar-lha. A vida só pode dar-se ou empenhar-se por algo decisivo para o comum, como é crer e fazer crer novamente na língua.

Para isso apresento-vos, e deixo-os convosco, seguro como eles e «tremando»... da sua palavra».

□ □ □

APRESENTAÇOM DO N.º 18 DE AGÁLIA

O 23 de janeiro às oito da tarde e na livraria Couceiro da Corunha apresentou-se o n.º 18 da nossa revista e em especial a entrevista com Marinhas del Valle incluída nesse número. No acto participárom o próprio Marinhas, Monterroso Devesa e Rabunhal Corgo. José M.ª Monterroso deu notícia da história da revista Agália fazendo referência aos 18 volumes editados e aos dous monográficos sublinhando a colaboraçom de autores tam relevantes como Carvalho Calero, Azurmendi, Azevedo Filho, F. Leiceaga, De Gabriel, Gil Hernández, Lôpez Garrido, Lôpez-Suevos, D. Prieto, Rábade Castinheiras, Rodrigues Lapa, Souro Presedo, J. Torres, Varela Punhal, Rabunhal Corgo ou Carlos Vales, entre outros, no apartado de ensaio; J. M.ª Álvarez Cáccamo, Fernám-Velho, J. Pisom, M. Lourenço, Carvalho Calero, Guerra da Cal, Avilés de Taramancos, Marinhas del Valle, X. Seoane, entre outros, no de criaçom; Filipe Seném, X. Marim, Virgílio e A. Corral entre os ilustradores.

Noutro momento Monterroso e Rabunhal justificárom a entrevista a Marinhas qualificado de virtual patriarca corunhês na tradiçom dos Murguia, Lugris Freire ou Leandro Carré. Afirmárom que a entrevista pretendia a abordagem do aspecto literário-teatral e do histórico-político. Fijo-se fincapé nalguns dos aspectos biográficos e textuais do labor de Marinhas quem fechou o acto opondo à respeitável figura de Luís Pimentel a de Lugris Freire home fundamental da nossa cultura e de quem se cumpre em 1990 o cinquentenário da sua morte.

Aproveitou-se o acto para subsanar um erro aparecido na entrevista com Marinhas. Desde a linha 12 (palavra «Revelariam») até a 21 da pág. 236 deve ir na página 237 entre os fragmentos que acabam com «aparecêrom» e que começa com «Nunca».

O Academico Sr. Marinhas del Valhe (centro) e os escritores Rabunhal Corgo (esquerda) e Monterroso Devesa (direita)

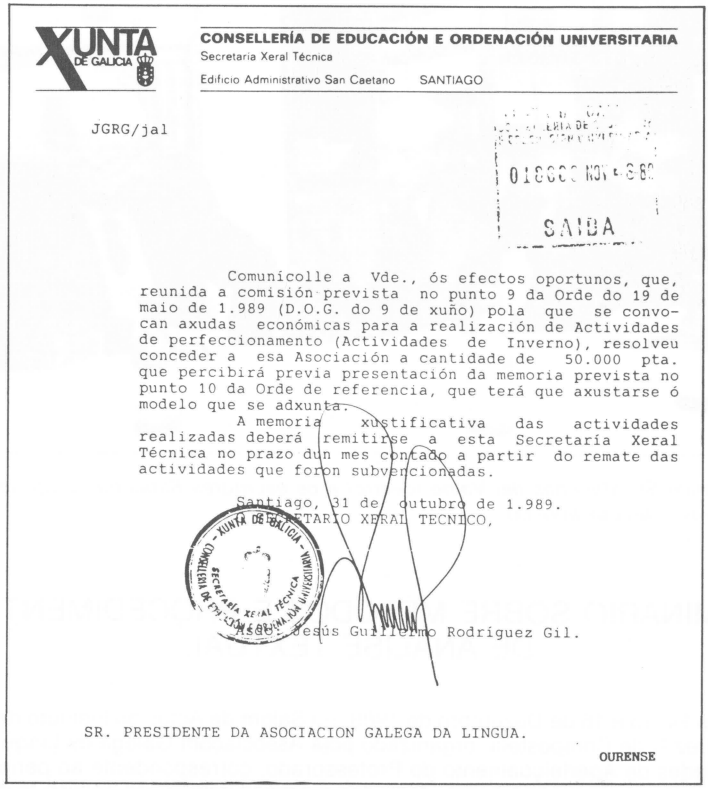
SEMINÁRIO SOBRE MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE TEXTUAL

Os dias 14, 15 e 16 de Dezembro de 1989, no Salom de Actos do Instituto de Bacharelato «Gelmírez I» de Compostela, organizado pola Associaçom Galega da Língua e dentro das Actividades de Aperfeiçoamento do Professorado, correspondente ao período de «Inverno», tivo lugar o Seminário sobre «Métodos e procedimentos de análise textual», para o qual a Conselharia de Educaçom e Ordenaçom Universitária da Junta de Galiza, concedeu um subsídio de 50.000 pesetas.

O Seminário contou com umha participaçom algo superior às cem pessoas na sua maioria estudantes da Faculdade de Filologia e professores de E.G.B., B.U.P. e F.P. de centros da Galiza, na sua maioria de localidades próximas a Compostela. O forte temporal nom conseguiu restar assistentes, quer por parte dos inscritos quer por parte dos professores-ponentes.

O objectivo específico concretizava-se em realizar actividades teóricas sobre um conjunto de textos correspondentes a determinados momentos da história da literatura galega e prática de análise de textos, nomeadamente literários, mas nom exclusivamente, de um «corpus» compreendido desde a lírica galaico-portuguesa medieval até escritores do século XX. As sessons constárom de umha exposiçom teórica para emarcar o texto e de um trabalho prático sobre os textos.

A primeira sessom iniciou-se às 16,30 da tarde do dia 14 com a participaçom do Prof. Dr. José Luís Rodríguez, Catedrático de Português e professor na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago e do Prof. José A. Souto Cabo, professor Agregado de Galego no Instituto de Bacharelato «Gerlmírez II» de Compostela. Os textos objecto de estudo e análise forom diversas cantigas de Dom Dinis, Joam Airas, Pero d'Armez e Estevam Fernández d'Elvas. Os professores figérom umha apresentaçom crítica introdutória à lírica galego-portuguesa (géneros, cronologia, tradiçom manuscrita) assi como outras questons referentes a textos e autores (nomeadamente a problemática lingüística inerente a essa língua de *trobar,* conhecida com a denominaçom de galego-português) e o Prof. Souto detivo-se na temática dos *olhos.*



XUNTA DE GALICIA

CONSELLERÍA DE EDUCACIÓN E ORDENACIÓN UNIVERSITARIA
Secretaría Xeral Técnica
Edificio Administrativo San Caetano SANTIAGO

JGRG/jal

SAIDA

Comunícolle a Vde., ós efectos oportunos, que, reunida a comisión prevista no punto 9 da Orde do 19 de maio de 1.989 (D.O.G. do 9 de xuño) pola que se convocan axudas económicas para a realización de Actividades de perfeccionamento (Actividades de Inverno), resolveu conceder a esa Asociación a cantidade de 50.000 pta. que percibirá previa presentación da memoria prevista no punto 10 da Orde de referencia, que terá que axustarse ó modelo que se adxunta.

A memoria xustificativa das actividades realizadas deberá remitirse a esta Secretaría Xeral Técnica no prazo dun mes contado a partir do remate das actividades que foron subvencionadas.

Santiago, 31 de outubro de 1.989.
O SECRETARIO XERAL TECNICO,

CONSELLERÍA DE EDUCACIÓN E ORDENACIÓN UNIVERSITARIA - XUNTA DE GALICIA - SECRETARÍA XERAL TÉCNICA

Asdo.: Jesús Guillermo Rodríguez Gil.

SR. PRESIDENTE DA ASOCIACION GALEGA DA LINGUA.

OURENSE

A segunda sessom começou às 10,00 horas do dia 15 com a participaçom do Prof. Isaac Alonso Estravis, professor de Galego no Instituto de Bacharelato «Otero Pedraio» de Ourense, quem analisou temas atinentes ao léxico medieval com especial atençom ao que é de origem latina, as importaçons do galo-románico e também a presença de termos castelhanos utilizados polos trovadores, para salientar a unidade da língua a umha e outra beira do rio Minho.

Às 11,30 a Profa. Dra. Henríquez Salido, Catedrática Numerária de Escolas Universitarias na Universidade de Compostela, comentou diversos textos pertencentes a gramáticos do século XIX por motivo de explicitar a investigaçom da Historiografia da Lingüística Galega e proporcionar informaçom sobre a tradiçom filológica e historiar a nossa Filologia e Lingüística dentro do contexto universal.

Às 13,00 o Prof. Fernández-Velho, Professor Agregado de Bacharelato no Instituto de Cela-Nova, comentou vários fragmentos de Manuel Murguia e Castelao na busca de umha interpretaçom, através do texto, dos conceitos de língua e naçom.

A sessom da tarde iniciou-se com a intervençom do filólogo José Martinho Montero Santalha, quem comentou diversos vilancicos da catedral de Mondonhedo desde umha perspectiva da métrica, da fixaçom do texto, dos recursos e da sua versom ao galego-português, com a análise com maior detalhe de vários vilancicos. Às 17,30 três especialistas em literatura do século XX os professores de Institutos de Bacharelato César Morám Fraga, António Gil Hernández e Henrique Rabunhal, abordavam, respectivamente, textos enquadrados dentro do género «narrativa» (A. Cunqueiro), a «lírica nacional na Galiza» e «o teatro».

O dia 16, às 10,00 horas, a Profa. Dra. Henríquez Salido comentava textos inseridos na revista «Nós», correspondentes a períodos diferentes, para analisar o Grupo «Nós» e a lingüística e filologia no seu tempo com especial atençom ao estudo da concepçom da língua, o uso da língua, as definiçons de língua e a política lingüística.

Às 11,30 horas, a Profa. Dra. Aracéli Herrero analisava o livro «Origem certa do farol de Alexandria» de Joám Guisám e a Profa. Dra. Aurora Marco, também da Universidae de Compostela analisava a problemática do *Conto* (fórmulas iniciais e de conclusom, crença, tempo, lugar, acçom, personagem principal, forma da narrativa, recursos, etc.) em textos de Marcial Valladares.

O Seminário encerrou-se com a entrega de diplomas acreditativos de assistência e participaçom.

□ □ □

CLUBE REINTEGRACIONISTA DO SALNÊS

Continua celebrando-se o Seminário de Galego-Portugués, organizado polo Clube Reintegracionista do Salnês e dirigido e coordenado polo professor Mário Alonso Nozeda. As sessons som seguidas por um total de vinte e cinco participantes, de diferentes localidades do Salnês. Além das actividades de carácter gramatical e prática da língua oral e escrita, comenta-se e analisa-se do ponto de vista socio-lingüístico o texto *Sempre en Galiza,* de Castelao.

□ □ □

UM CONTENCIOSO SURPRESIVO... (e 2 ?) JÁ HÁ SENTENÇA (NOM FIRME)

Continuamos a reproduzir as alegaçons dos demandantes contra a Universidade a respeito do «informe» do Dr. García-Sabell, Delegado do Governo espanhol na Galiza e mais Presidente da R.A.G.:

VIII.—

Teriamos de entrar já em questões estritamente filologicas sobre a normação grafica ajeitada ao Idioma Galego. Pediria o dizente paciencia e compreensão à Sala para a exposição que segue e que será intencionalmente breve:

VIII.A.—

A Real Academia Galega era, inicial ainda que timidamente, «reintegracionista» na sua concepção do Idioma Galego, segundo evidencia o seu primeiro Presidente, D. Manuel Murguia, neste paragrafo do discurso inaugural (em castelhano):

> «Lo primero NUESTRA LENGUA.
>
> »[...] No se borra tan fácilmente en los labios que la mamaron, la lengua que habló este pueblo durante más de diez siglos, QUE ES LA QUE HABLAN Y ENTIENDEN CERCA DE TRES MILLONES DE GALLEGOS, DIECIOCHO MILLONES DE HABITANTES EN PORTUGAL Y SUS DOMINIOS, DOCE EN EL BRASIL».
>
> *(Boletín de la Real Academia Gallega,* núms. 6-7 (año I, Coruña, 20 de Noviembre de 1906), p. 128).

VIII.B.—

Esta concepção efectivou-se na primeira decisão sobre norma grafica, expressa no «Dictamen» da *Comisión Ortográfica,* aprovado na Junta celebrada o 26 de Abril de 1909:

> *A ortografia* «que deberá emplear en todos los escritos en gallego esta Real Academia, habrá de ser LA ETIMOLÓGICA, no sólo por ser la aceptada por las Academias de las lenguas cultas, sino por su conveniencia para los estudios filológicos.
>
> »Esta Corporación estará en el deber de aconsejar á sus escritores regionales que se dignen emplear en sus trabajos dicha ortografía».
>
> *(Boletín de la Real Academia Gallega,* núm. 26 (año IV, Coruña, 20 de Maio de 1909), pp. 45.46-47).

VIII.C.—

A Academia, assim fazendo, era fiel à teorização sobre o galego, tradicional na Romanistica de todos os tempos, desde os Humanistas e Ilustrados até os filologos do seculo XIX e linguistas do seculo XX.

Reproduzo alguns textos, entre os muitos possiveis, para informação da Sala:

a) PADRE FEIJOO, in «Paralelo de las lenguas castellana y francesa», na parte final do ensaio e no corolario, especifica sobre o galego:

> «Que la lengua lusitana o gallega se debe considerar dialecto separado de la latina, y no subdialecto o corrupción de la castellana...»
>
> (edição Clásico Castellanos, Ed. Espasa-Calpe, Madrid, vol. 1, p. 336).
>
> «Habiendo dicho arriba por incidencia que el idioma lusitano y gallego son uno mismo, para confirmación de nuestra proposición y para satisfacer la curiosidad...» (ibidem, p. 229).

b) D. JUAN VALERA, escritor e diplomata espanhol notavel, na sua resenha, de 1896, ao volume III, *Las literaturas regionales y la hispanoamericana,* de *La literatura española en el siglo XIX,* do Padre Francisco Blanco García, afirma:

> «Lo mismo *[que o catalão e o castelhano com os seus dialectos],* aunque los gallegos se enojen, se puede decir del dialecto gallego con relación a LA LENGUA PORTUGUESA, que en mi sentir y tal vez en el sentir de los que no están muy obcecados, ES EL GALLEGO LITERARIO, atinada y ricamente cultivado durante cuatro siglos» (in *Obras Completas,* vol. II, Aguilar, Madrid, p. 895).
>
> «¿Por qué, pues, ha de querer convertirse ahora, este dialecto en una nueva lengua literaria? ¿No sería mejor que LOS ESCRITORES GALLEGOS de elevada importancia [...] ASIMILASEM AL PORTUGUÉS SU LENGUA ESCRITA, con lo cual ganaría la lengua en elegancia y riqueza, y tendrían los autores un público menos reducido?» (ibidem, p. 896).

c) D. EVARISTO CORREA-CALDERÓN, linguista bem conhecido, escrevia em 1929, recolhendo a dupla tradição romanistica e galeguista democratica, já suficientemente perfilada:

> «Ocho siglos de aislamiento oficial no han sido suficientes a separar esa patria espiritual formada por Portugal y Galicia, EN LA QUE SE HABLA UNA MISMA LENGUA.
>
> »No sólo son idénticas en su esencia las lenguas gallega y portuguesa — dejemos que hable don MARCELINO MENÉNDEZ Y PELAYO—, sino que las formas arcaicas y populares que en los escritores de las mismas épocas clásicas se encuentran han de calificarse de verdaderos *galleguismos,* que resistieron el

influjo de la cultura erudita, y que todavía viven en labios del pueblo de las provincias del Miño de la Beira»

. . . . . .

«El gallego, en su país de origen, queda reducido a un medio de expresión montaraz y campesino, mientras que en Portugal, realizada su independencia, pasa a ser lengua oficial y cortesana.

»Esto justifica que Oliveira Martins diga que *'talvez sejamos tambem nós os portugueses nascidos de um retalho da Galiza, fallando, um gallego culto'*

. . . . . .

«EL GALLEGO DE HOY ES LA MISMA LENGUA DE LOS CLÁSICOS PORTUGUESES. Murguía, autor de la más comentada *Historia de Galicia,* anota la experiencia hecha con un campesino gallego, al que se le leyó un canto de *Os Lusiadas,* que comprendió íntegramente»

(in *Indice de utopías gallegas,* Cª. Ibero-Americana de Publicaciones, Madrid, pp. 234-235.235-236.236).

d) D. MANUEL ALVAR, actual Director da Real Academia Española, escrevia em 1975, num artigo intitulado «Galicia en la Geografía Lingüística Peninsular»:

«Gallego y português, *dialectos internos,* son fenómenos de lingüística homogénea. Pero la historia peninsular de Galicia fuerza otra serie de consideraciones de *adstrato,* lenguas en contacto, sociología lingüística, etc. Es decir, a problemas de lingüística institucional *[que hoje já tem o nome de Glotopolitica]»*

(in *Teoría lingüística de las regiones,* Ed. Planeta/ Universidad, Madrid, pp. 36-37).

e) Concepção que explicava ultimamente o tambem academico da Espanhola e conhecido linguista, D. GREGORIO SALVADOR. Diz em diferentes apartados do seu *Lengua española y lenguas de España* (Ariel Lingüística, Barcelona, 1987):

«El esperanto se basa en la generosa idea de debelar fronteras lingüísticas, de abrir el ancho mundo a la libertad de la plena comunicación: una hermoso utopía [...]. Estos otros engendros por el contrario, lo que pretenden es, mezquinamente encerrar a los posibles hablantes en unas menguadas fronteras lingüísticas, cuanto más cerradas mejor.

»Me refiero, por supuesto, al batua o al ARTIFICIOSO GALLEGO QUE ESTÁN INVENTANDO EN LA UNIVERSIDAD DE SANTIAGO» (p. 20).

«En cuanto al artificioso gallego de laboratorio que están fabricando los jóvenes galleguistas compostelanos, castellano-hablantes generalmente por tradición familiar [...] ese esperanto gallego, como digo, me encocora todavía más. Porque el gallego no es una lengua que yo mire simplemente desde fuera; cuatro años de mi niñez transcurrieron en Galicia y durante tres de ellos, los tres de la guerra civil, de los nueve a los doce de mi edad, yo hablé exclusivamente gallego, en el corazón de Galicia, en una aldea del municipio de Lalín» (pp. 21-22).

Já atinente à questão posta na providencia, sobre que o dizente tenta fornecer informação à Sala, observa o Professor:

«Y EL GALLEGO, PARA UN FILÓLOGO ROMÁNICO, NO ES OTRA COSA QUE UN DIALECTO ARCAICO DEL PORTUGUÉS (o galaico-portugués) FUERTEMENTE CASTELLANIZADO. Como ustedes saben, los galleguistas ahora se separan lingüísticamente en tres tendencias: los que quieren normalizar el gallego tal como es, con su asimilada castellanización de siglos, los que quieren galleguizarlo artificialmente, supliendo todo lo que es castellanismo o simple coincidencia histórica con el castellano, y LOS QUE RECONOCEN SU VINCULACIÓN

PORTUGUESA Y CONSIDERAN QUE LA NORMALIZACIÓN YA EXISTE, PUESTO QUE EL PORTUGUÉS ESTÁ AHÍ COMO MODELO. Estos últimos piensan que los gallegos, bilingües de español y portugués, se pueden convertir en fáciles usuarios de dos de las más grandes lenguas del mundo y estar así en condiciones de entenderse, en el futuro, con una de las porciones más considerables de la humanidad» (p. 57).

E insiste, precisando mais:

«Por lo que respecta al gallego hay que recordar que no es otra cosa que un dialecto arcaico y más o menos castellanizado del portugués y que precisamente SU NORMALIZACIÓN ACTUAL, COMO LENGUA OFICIAL DECRETADA POR EL ESTATUTO, ENFRENTA A LOS LLAMADOS AISLACIONISTAS, partidarios de respetar en ella su estado actual, de basarla en sus actuales variedades dialectales, de regalleguizar, a lo sumo, desde ellas la castellenización generalizada, CON LOS LLAMADOS REINTEGRACIONISTAS, que reivindican la vinculación portuguesa y que piensan que el gallego normalizado no puede ser otra cosa que el portugués escrito y que, además, identificarse con tal lengua, de la que el gallego es simple variedad, equivale a convertirse en usuarios de la séptima lengua del mundo por número de hablantes, lo que en su natural situación de bilingüismo con el español les otorga a los gallegos el privilegio de un universalismo lingüístico difícilmente comparable» (pp. 98-99).

Nesta altura, o Professor cita, para fazer estas afirmações, o artigo do Prof. Rojo, da Universidade de Santiago de Compostela, «La situación linguïstica gallega», *Revista de Occidente,* Extraordinario II, febrero 1982, núms. 10-11, «especialmente desde la p. 103».

VIII.D.—

Alem destas provas documentais, em apendice, incluem-se textos dos Professores Dres. CARVALHO CALERO (de «Sobre a nossa língua» e «Nom estamos sós») e RODRIGUES LAPA (de «A recuperação literária do galego»), LINDLEY CINTRA ('mapas dos dialectos galego-portugueses') e SÍLVIO ELIA (de *Sociolingüística) [que aqui nom reproduzimos por serem textos conhecidos dos leitores].*

IX.—

Mesmo os vultos que hoje se apresentam como paladins do «isolacionismo», não há muito tempo sustentavam as teses tradicionais na Romanistica, acima exemplificadas. Assim:

a) em 1960, D. Ramón Lorenzo dizia que «sería fundamental que nos acercásemos al mundo luso-brasileño siempre que no perdiésemos nuestros derechos y nuestro patrimonio».

b) em 1974, D. Ramón Piñeiro, actual Presidente do Conselho da Cultura Galega, defendia em resposta ao artigo do Prof. Rodrigues Lapa, acima citado:

«Estamos totalmente de acordo en que o galego e o portugués son radicalmente a mesma lingua» (p. 278).

«...a política a seguir na fixación do galego culto debe orientarse decididamente á consolidación de todo o que hai de común no galego e no portugués» (p. 279).

X.—

Por último, aduz-se outro texto do Patriarca das Letras Galegas, D. MANUEL MURGUIA, primeiro presidente da Real Academia Galega, cujo teor foi reiterado por todo o galeguismo democratico, desde Viqueira até Castelao:

«... nunca, nunca, nunca pagaremos aos nosos hirmáns de Portugal [...] que haxan feito do noso gallego, un idioma nacional» (in *Grial,* núm. 43 (1974), p. 86).

XI.—

Considera esta parte, com os devidos respeitos, que a Sala há-de ditar equitativamente outra ou outras providencias em que se interessassem Instituições que, sendo não governamentais, têm como objectivos especificos os supostos na providencia ditada.

Tais objectivos constam explicitamente nos seus Estatutos, aprovados no seu dia, e a sua actividade é reconhecida nos ambitos das Ciencias da Linguagem e mesmo nos interessados na practica formalizadora do (galego-)português. *[São estas a Associaçom Galega da Língua, Irmandades da Fala e a Fundación Europeia «Viqueira». Instituto Internacional da Lusofonia. Escusamos reproduzir o texto dos* Estatutos *por ser facilmente exequível].*

XI.B.—

As publicações patrocinadas por estas Instituições são estimadas não apenas cientificas, mas relativas ao galego-português tanto por autores administrativamente espanhois, como por autores portugueses ou de outra nacionalidade. São, entre outras, as revistas Agália, O Ensino, Nós e *Cadernos do Povo,* assim como as *Actas do Primeiro Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* [e agora as *Actas* do *II Congresso].*

Estas e outras publicações são citadas nos ambitos das Ciencias da Linguagem como atinentes a «galego», dentro do amplo mundo lusofono; por exemplo:

> «Bibliografía lingüística española 1986, 1987 y complemento para 1984 y 1985», elaborada por Guillermo Rojo, Milagros Fernández Pérez, Carlos Folgar, María Jesús Miramontes Otero, Ana Veleiro Pérez (todos eles pertencentes à Universidade de Santiago de Compostela)
>
> in *Revista de la Sociedad Española de Lingüística,* año 18, fasc. 2 (Julio-Diciembre 1988), pp. 543-551.
>
> *Bibliografia selectiva da Língua Portuguesa,* do Prof. J. Azevedo Ferreira, publicado polo Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação, Lisboa, 1989, pp. 121-124 e *passim.*

XI.C.—

A interrelação destas Entidades com outras equivalentes administrativamente galegas ou de outra nacionalidade é já habitual. Só na Galiza se tenta isolá-las, mesmo constrangendo os direitos fundamentais dos indivíduos. Mas este é outro tema.

Nestes últimos meses, durante os quais no mundo lusofono se está a rever o Acordo do Rio de Janeiro (1986), receberam-se da parte da PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. COMISSÃO NACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA solicitudes para tanto a FUNDAÇÃO EUROPEIA «Viqueira» quanto a ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA emitirem o seu parecer cientifico sobre o *Anteprojecto de Acordo Ortográfico.* O Coordenador da CNALP, Prof. Dr. Aguiar e Silva, assina os convites, como consta pola prova documental que se junta.

Junta-se igualmente o parecer emitido por ambas as Entidades. *[Vejam-se* Agália, *núm. 18, pp. 260-261;* Temas do Ensino, *núms. 14-20, pp. 75-79].*

XII.—

Item mais, esse mesmo Excm.º Tribunal Superior de Justiça tem ditado Sentenças firmes e não recorriveis numa das variedades de galego-português, substancialmente identica à empregada polo recorrente. *[Vejam-se* Agália *núm. 7, pp. 351-354, núm. 18, pp. 263-267; neste número pp. ????].*

XIII.—

Assim mesmo, a Sala há-de ter noticia da sentença ditada polo Julgado de Instrução num. 3 de Santiago de Compostela, de que deu conta a imprensa diaria o 4 de Junho de 1989:

«La titular del juzgado de Instrucción número tres de Santiago ha dado la razón al profesor Ramón López Suevos en al demanda que interpuso contra la profesora Ana María Yabar Sterling, que emitió un informe discriminatorio por razón de la lengua, al no analizar determinadas obras presentadas por López Suevos en gallego durante las pruebas para cátedra, posteriormente anuladas. La juez entiende que el criterio de la profesora Yabar rompe el principio de igualdad contemplado en el artículo catorce de la Constitución Española.

»El fallo señala que 'la demandada, Ana María Yabar, ha vulnerado lo preceptuado en el artículo 14 de la Constitución Española, ocasionando perjuicios al actor, López Suevos, *etc.*». *[Veja-se* Agália *núm. 18, pp. 256-258].*

Convem assinalar que o referido Prof. López Suevos é um dos numerosos professores da Universidade de Santiago de Compostela a empregarem uma ortografia, substancialmente a mesma que está a empregar o dizente, sem que, em todo o longo e acidentado Concurso-Oposição a uma Cadeira da Universidade de Santiago, a parte contraria, tambem a propria Universidade, levantase questão de estrangeirice, portanto de não oficialidade, linguistica.

XV.—

Esta parte já de tempo atrás vem insistindo sobre o tema levantado polo representante da Universidade perante diferentes instituições publicas e sempre achou quer o silencio, quer a resposta evasiva.

É por isso que agradece ao referido Procurador a sua decisão de suscitar um assunto, que, apesar de ultrapasar os ambitos jurisdicionais e mesmo os institucionais, tem, contudo, «consequencias» no exercicio dos direitos cidadãos que os poderes publicos hão-de delimitar sempre com o intuito da ordem social e do desenvolvimento harmonico e igualitario dos individuos e dos grupos.

Esta parte, porem, MUITO MAIS AGRADECE À SALA QUE RECONHEÇA, CONFORME COM O DIREITO, A LEGITIMIDADE DE O DIZENTE ESCREVER A LINGUA PROPRIA DA COMUNIDADE AUTONOMA GALEGA COMO O ESTÁ A FAZER NAS PRESENTES ALEGAÇOES, SEM POR ESTE MOTIVO SER DESCRIMINADO nem neste procedimento, nem noutra qualquer ocasião em que intervenha a Administração espanhola, e contra o comportamento, que essa mesma Administração está a levar habitualmente até ao momento, descriminatorio dos cidadãos que procuramos utilizar o idioma galego correctamente por escrito.

etc. etc.

* * *

Nom reproduzimos as alegaçons da Universidade por ser desnecessário; só salientamos que nelas nom sustenta já a existencia de normativa grafica oficial para o galego.

A Sentença refugou entrar no fundo da questom e, contra o estabelecido no art. 24.º.1. da Constituiçom espanhola deixou indefensa à parte demandante por nom «causar indefensom» à parte demandada:

ADMINISTRACION DE JUSTICIA

R. 1.433/87

0X5482635

EN NOMBRE DEL REY

La Sala de lo Contencioso-Administrativo del Tribunal Superior de - Justicia de Galicia, ha pronunciado la:

S E N T E N C I A Nº. 825 1.989

ILMOS. SRES.:
DON RAMON SANTIAGO VALENCIA, Prte.
DON RICARDO LEIROS FREIRE
DON GONZALO DE LA HUERGA FIDALGO
DON JUAN-CARLOS TRILLO ALONSO
DON JOSE-Mª. GOMEZ Y DIAZ-CASTROVERDE
DON JOSE-Mª. ARROJO MARTINEZ

EN LA CIUDAD DE LA CORUÑA, a catorce - de diciembre de mil novecientos ochenta y nueve.

En el proceso - contencioso-administrativo que con el número 1.433 de 1.987 pende de resolución interpuesto -

FUNDAMENTOS JURIDICOS

PRIMERO: Apreciando que los escritos de interposición del recurso y demanda ni ortográfica ni morfológicamente adoptan alguna de las modalidades en uso de la lengua gallega, en aplicación de lo dispuesto en el artículo 3 de la Constitución, en el artículo 5 del Estatuto de Galicia y en - el artículo 231 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, la causa alegada -- de inadmisibilidad resulta necesaria.

SEGUNDO: No existiendo motivos para una especial condena en costas.

VISTOS: Los artículos citados y demás disposiciones de general y pertinente aplicación.

F A L L A M O S: Que debemos declarar y declaramos inadmisible el recurso contencioso-administrativo interpuesto por DON ANTONIO PEDRO GIL - HERNANDEZ contra silencio administrativo por parte de la Universidad de - Santiago de Compostela a escritos del recurrente de 24 y 25 de octubre de 1986, de 9 de diciembre del mismo año y de 6 de enero, 22 de marzo y 20 - de mayo de 1987; sin hacer especial condena en costas.

Notifíquese a las partes esta resolución, advirtiéndoles que la - misma no es firme y contra ella cabe recurso de apelación ante el Tribunal Supremo que se interpondrá ante esta Sala dentro de los cinco días siguientes a la notifi-

Advertimos o seguinte:

1.º No «fundamento jurídico primero» a Sala nom remete nem à Lei 3/1983, de 15 de Junho, nem ao Decreto 173/1982, de 17 de Novembro, que se venhem aduzindo como os textos legais *oficializadores* das Normas ILG-RAG (1982).

2.º Justamente por a Sala, apesar da falta de base juridica, deixar indefensos aos demandantes, estes já recorrêrom perante o Tribunal Supremo a sentença acima reproduzida.

OUTRA SENTENÇA JUDICIAL EM (GALEGO-)PORTUGUÊS

Nesse mesmo tempo em que a Sala do Contencioso-Administrativo se debatia na dúvida sobre o galego, se é galego-castelhano ou galego-português, nesse mesmo tempo a propria Sala seguia a emitir sentenças em galego-português. Entende-se a «cousa»?

ADMINISTRACION DE JUSTICIA

R. 661/86

OR4740115

SENTENÇA Nº 1989

SALA DO CONTENCIOSO-ADMINISTRATIVO.
Ilmos. Sres.
Presidente:
DON GONZALO DE LA HUERGA FIDALGO
Magistrados:
DON JUAN CARLOS TRILLO ALONSO
DON JOSE Mª GOMEZ Y DIAZ-CASTROVERDE

NA CIDADE DE A CORUNHA, a catorce de junho de mil novecentos oitenta e nove.

No processo contencioso-administrativo que co número 661 de 1986, pende perante esta Sala, interposto por D. CLIVAR GOMEZ GARCIA, maior de idade, casado, músico, vicinho do municipio de A Baña (Negreira), titular do D.N.I. nº 33.171.972, representado polo Procurador D. Antonio Pardo Fabeiro e dirigido polo Advogado D. Baltasar García Amigo contra Acordo do Tribunal económico-administrativo em A Corunha de 30 de Janeiro de 1986 resolvendo reclamaçom autonomica de Fazenda sobre Imposto de Luxo na adquisiçom de veículo de motor; e no que som parte como demandados o Estado e a Xunta de Galicia representados e dirigidos polos seus Serviços jurídicos pertinentes; sendo a quantía do recurso indeterminada na tramitaçom do processo e para fixar na parte dispositiva da presente sentença; e

RESULTANDO: Que interposto e admitido a trámite o recurso, mandou-se formular a demanda, o que aconteceu em 29 de Outubro de 1987 expondo o recorrente nela em síntese os feitos seguintes: 1º a adquisiçom em 21 de Março de 1981 do veículo magrícula C-1476-N usado, nom satisfazendo o Imposto de Luxo por considera-lo isento ao ser destinado a desboco da Orquestra "Xuntanza"; e 2º, na acta da Inspeçcom argumentaria-se equivocadamente que o sujeito pasivo era um artista e nom dedicaria o veículo a transporte de mercancias, cando o certo era que os membros da Orquestra nom seriam artistas, senom labregos com esporadicas actuaçons em festivais para o que precisam um meio de transporte de pessoas e instrumental; e acabou suplicando em base a isençom tributaria a declaraçom de nulidade dos actos administrativos recorridos.

RESULTANDO: Que conferido traslado como demandado ao Advogado do Estado este evacou-no em escrito apresentado em 2 de Março de 1988 negando a aplicaçom da isençom tributaria no caso, por nom dedicar-se a actividade industrial o veículo de litis, e nom por faze-lo com carácter exclusivo; suplicando rejeitamento da demanda.

RESULTANDO: Que assimesmo cumplido o traslado para o Advogado da Xunta de Galicia, éste apresentou o seu escrito de oposiçom em 3 de Outubro de 1988 negando tamen a aplicaciom da isençom por nom dedicar-se o veículo de referência a actividade comercial e industrial, senom esporadicamente cando lhe surgiam contratos aos componhentes da Orquestra de mençom; suplicando o rejeitamento da demanda.

RESULTANDO: Que nom foi pedido polas partes o recebimento do processo a prova, nem o Tribunal estimou procedente abril tal pe-

OR4740121

ADMINISTRACIÓN DE JUSTICIA

riodo.

RESULTANDO: Que as partes evacuarom as suas conclusons nos respectivos escritos, mantendo as suas posiçons processuais.

RESULTANDO: Que na substanciaçom do processo tenhem sido observadas as prescriçons legais.

VISTO: Sendo Ponente o Ilmo.Sr. Magistrado Don Gonzalo de la Huerga Fidalgo.

1º CONSIDERANDO: Que o ámbito do recurso presente espalha-se em volta do antedito Acordo do Tribunal económico-administrativo que rejeitou reclamaçom do agora recorrente contra Resoluçom emitida pola Administraçom autonómica relativamente a Imposto de Luxo correspondendo a adquisiçom de um veículo de motor que dedica para transporte das pessoas e dos instrumentos que componhem um grupo musical; e basa o recorrente a sua pretensom de anulaçom de estes actos em que corresponderia aplicar no caso a isençom referida no artigo 16 do Texto refundido do devandito Imposto, aprovado polo Real Decreto de 27 de Março do 1981, para os veículos de exclusiva aplicaçom industrial, comercial ou agrícola.

2º CONSIDERANDO: Que se o grupo musical de referência atende continuadamente actividades propias da sua finalidade e para isso utiliza o veículo de autos, bem podría dizer-se com acerto que o uso do mesmo tinha unha aplicaçom industrial, pois que debe entender-se por tal aquela actividade permanente encarreirada para fins lucrativos; de feito que ainda se fosse realizada por um profissional ou um artista, nom deixaria de ser industrial, por poder coincidir ambaladuas cousas na mesma pessoa, se ésta organiza um conjunto de individuos e de cousas para tal finalidade; pois assi o impom a mentalidade do home moderno, e por nom resultar incompativeis na normativa do Imposto de autos os calificativos "profissional" e "industrial" contrariamente ao que ocorre nas actividades predicadas polos mesmos dos efectos do Imposto sobre a Renda, por exemplo; mas, para unha tal consequência havería de se ter provado essa organizaçom e dedicaçom permanente a fins industriais dirigida polo neste processo recorrente, pois nom abonda co indicio que supom o conceito de "cuadros vivos en ambulancia" polo que se fai pagamento no gravamen de Licencia fiscal; e, aliás de isso, exige a norma outorgativa da isençom que tal dedicaçom ou aplicaçom do veículo a essa actividade seja exclusiva; e tamem nom foi demostrado; polo que, semtudo isso, nom é possivel entender produzida a isençom reclamada; o que concorda com outras decisons de esta Sala a respeito de casos de grande semelhança co submetido a julgamento nesta altura.

3º CONSIDERANDO: Que nom é preciso pronunciamento sobre das custas do procedimento, nom observada temeridade ou ma fe na conducta processual das partes.

VISTOS: Os preceitos legais citados e os demais relacionados com eles de aplicaçom geral.

J U L G A M O S: Que devemos rejeitar e rejeitamos o recurso contencioso-administrativo deduzido por Don Olivar Gómez García contra Acordo do Tribunal económico-administrativo em A Corunha de data 30 de Janeiro do 1986 que, polo seu turno rejeitou reclamaçom formulada contra Resoluçom da Administraçom autonómica de Fazenda (Delegaçom em A Corunha) que confirmou acta da Inspecçom fixando a divida tributaria do agora recorrente polo Imposto de Luxo; sem pronunciamento sobre as custas do procedimento; e fixa-se a quantía de este asunto em duascentas cinquenta e quatro mil seiscentas trinta e seis pesetas.

Firme que fosse a presente, devolva-se o espediente administrativo ao Centro de procedência com certificaçom e comunicaçom.

OR4740125

ADMINISTRACIÓN DE JUSTICIA

Así, por esta nossa sentença, o acordamos, mandamos e asinamos.

LA VOZ DE GALICIA, quarta, 3/Janeiro 1990. p. 21

El Tribunal Superior emite una sentencia en gallego lusista

Vigo (Redacción). El Tribunal Superior de Justicia de Galicia ha emitido una sentencia en la que declara montes vecinales en mano común varias tierras reclamadas por el Ayuntamiento de Vigo en propiedad. Lo que destaca de la sentencia es el hecho de que está íntegramente redactada en gallego lusista y emitida en la ciudad de La Coruña.

El Tribunal Superior indica en el texto que el Catastro de Ensenada daba como de propiedad comunal los montes de la villa de Valladares llamados Fuentefría y otros y que el marqués de Valladares los reclamó como suyos en 1861 al coincidir, según él, con el coto histórico de este nombre.

Una vez que el «concello» de Vigo absorvió al de Lavadores, donde estaban estas tierras, en 1941, estos pasaron a manos del municipio vigués.

Pero la sentencia afirma que la inclusión en el municipio de los montes «constitui un síntoma de que eses actos tinhan máis que ver coa forza da autoridade e a falta de defesas da comunidade vizinhal o feito reclamante de que no ano 1946 houverom-se practicar 421 denuncias em guardaria rural».

Finalmente, el tribunal indica que no se atiendan los registros oficiales de los montes que pudieran haberse hecho «sobre unha base moi diferente a verdadeira situaçom sociológica do caso».

La sentencia lleva el número 781 del año 1989, ya que fue dictada el 29 de noviembre pero hecha pública en el día de ayer.

LA VOZ DE GALICIA, sexta, 5/Janeiro 1990. p. 20

El Tribunal Superior rechaza un recurso porque no se ajusta a las normas sobre el idioma gallego

La Coruña (Redacción). El Tribunal Superior de Justicia de Galicia ha rechazado el recurso de dos profesores de lengua y literatura gallegas en institutos de BUP porque el escrito de interposición de la demanda no adopta alguna de las modalidades en uso de la lengua gallega, en aplicación de lo dispuesto en el artículo 3 de la Constitución, en el 5 del Estatuto Gallego y en el 231 de la Ley Orgánica del Poder Judicial.

El tribunal no entró en el fondo del asunto reclamado por los dos profesores al declarar inadmisible por defecto en el modo de proponer la demanda. Para llegar a esta resolución, la sala de lo contencioso administrativo recabó el informe de la Real Academia Gallega sobre si los escritos formulados por los dos profesores estaban redactados en gallego o portugués. La Real Academia informó que los escritos no se ajustaban ni ortográfica ni morfológicamente a los modos y usos habituales de la lengua gallega.

Los dos profesores, Isaac Alonso Estravís y Antonio Pedro Gil Hernández, se habían presentado al concurso de méritos convocado por la Universidad de Santiago el 22 de septiembre de 1986 para cubrir plazas de profesores interinos o contratados para Lengua Gallega en las escuelas universitarias de formación del profesorado de La Coruña, Lugo y Orense y para una en el Colegio Universitario de La Coruña. Según los profesores, la Universidad incumplió la normativa vigente que regulaba la actuación de las comisiones de selección de profesorado contratado, interino y ayudantes, aprobada por la junta de gobierno de la Universidad.

INFORMAR DESINFORMANDO

É realmente espectacular —também lamentável— a evoluçom que podemos verificar no semanário *A Nosa Terra* para posiçons cada vez mais possibilistas. Constatamos a falta de informaçom que o semanário «dedica» às actividades da nossa Associaçom, embora tenhamos no nosso seio alguns dos seus mais destacados colaboradores e accionistas. O desprezo, que parece ser o prémio de ANT à nossa prática cívica e ao nosso labor teórico e editorial, emparenta-se com a manifesta parcialidade que para a movimentaçom reintegracionista amostra «generosamente».

Ponhamos um exemplo (entre bastantes):

No número 420 (15-2-1990) apareceu, mesmo na primeira página, umha difamante e caluniosa notícia sobre um suposto plágio. O conto *A morte de Frank Hengist,* de Henrique Rabunhal Corgo, fora ganhador do I Certame de Relato Curto da Asociación Cultural Cidade Vella. Mas o jornalista ou colaborador X.C. (só «ousou» assinar com as iniciais) sentençou que podia ser considerado um plágio. Pretendeu desenvolver a «notícia» em página interior mas só demonstrou nem ter lido o conto, do Henrique Rabunhal, nem menos ainda o do suposto plagiado, Jorge Luis Borges.

O autor contestou sem demora mas o seu esclarecimento foi publicado com omissom de título, *Umha portada envenenada ou a «má hóstia» do projecto comum,* e na secçom de «Cartas». Pórem, nom houvo, da parte de *ANT,* rectificaçom pública da falsidade púbica apesar de alguns dos responsáveis do semanário oferecerem privadametne desculpas ao autor. Também nom foi a carta de 26 de Fevereiro que o professor e crítico literário César-Carlos Morám Fraga enviou à direcçom de *ANT* sob o título *Com extrema urgência.* Dada a validez e seriedade deste texto (nom publicado polos responsáveis do semanário) reproduzimo-lo íntegro a seguir:

COM EXTREMA URGÊNCIA

(Carta aberta à Direcçom de A NOSA TERRA)

Por César-Carlos MORÁM FRAGA

Se a direcçom de A NOSA TERRA é tam gentil, tam transparente, honesta e responsável como deve, nom tenho motivo nengum para duvidar que me permita dizer o que a seguir intento a respeito de graves e lamentáveis acontecimentos havidos nas páginas de um «Periódico Galego Semanal» cujo serviço à tarefa construtora da naçom galega nom quigem até agora publicamente questionar.

Sempre há algum facto especialmente paradigmático ou nomeadamente espectacular na trajectória de qualquer projecto, de qualquer empresa, de qualquer discurso, que possivelmente tenda a definir, por excesso ou por defeito, os últimos passos dados no decurso ideológico dos mesmos. No referente a A NOSA TERRA —e deixando de parte o digno precedente histórico em que procurou o seu nome—, nom devo dissimular a crispaçom sentida nos últimos meses e ainda anos, a perplexidade evidente experimentada em boa lógica por todo cidadao consciente ao ver substituída de novo a fouce pola cruz. Mas nesta ocasiom o detonante, o facto espectacular, foi o tratamento dado por esse semanário ao relato *A morte de Frank Hengist* de Henrique M. Rabunhal Corgo.

As circunstáncias que envolvem a calúnia, desde as suas origens que prefiro desconhecer até a colocaçom da «notícia» em portada, passando pola nom identificaçom de quem ultraja e vilmente difama (X.C.), intensificam a gravidade da desonra. Porém, nom reveste menor interesse suspeitar que nom é a pessoa de Henrique M. Rabunhal o exclusivo alvo da ofensa e do desprestígio, senom também e sobretodo quantos praticam ou praticamos certas pautas mais ou menos dirvergentes da «doutrina oficial» que monopoliza A NOSA TERRA, pautas ideológicas e de comportamento consideradas por alguns irmás, ou primas irmás ou simplesmente parentes achegadas, mas que polos vistos nom som o mesmo.

Assim as cousas, um nom sabe já se olhar reflectida nas águas do presente a imagem mítica de Laoconte engolindo os seus próprios filhos, ou polo contrário assistir incrédulo ao reconhecimento de que se confundírom os meios com os fins (cousa grave!), o qual significa perder o norte do navio e entregar-lhe o timom ao contrário, e em tal desorientaçom nom pode já estranhar que se confunda «plágio» com «intertextualidade». Mas isto leva-nos ao terreno da ignorância.

Se os acontecimentos nom tivessem sido como fôrom, estas linhas seriam talvez literárias. Poderia eu fazer —e poderiam outros— a análise demorada e lúdica do texto de H. Rabunhal: um jogo deliberado e sem dúvida ousado sobre o relato *Emma Zunz* de J. L. Borges, quem por sua vez jogara no seu dia com umha matéria narrativa preexistente

> «cuyo argumento espléndido, tan superior a su ejecución temerosa, me fue dado por Cecilia Ingenieros» (BORGES, *El Aleph).*

Diria também que a presença do apelido «Zunz» em *A morte de Frank Hengist,* embora esteja despraçado a outra personagem, cumpre a funçom de revelar-lhe ao leitor que o ponto de partida é o relato de Borges.

Possivelmente dixesse que o texto de H. Rabunhal é mais ambíguo porque, p.e., nom justifica a prostituiçom de Sara Steel. Nem é preciso: o leitor já conhece a história pola leitura do texto de Borges, quem noutro lugar dixera: «pero la ambigüedad es una riqueza» *(Pierre Menard, autor del Quijote).*

Se as águas nom corressem turvas diria que H. Rabunhal nom joga apenas com o conto *Emma Zunz.* Joga com o conjunto da obra de Borges. E porém nom se trata de um texto

---

NOTA: Transmitimos o agradecimento do escritor Henrique Manuel Rabunhal Corgo aos significados escritores galegos que se solidarizaram com ele, Miguel Anjo Fernám-Velho, Francisco Pilhado Mayor, Cesáreo Sánchez Iglésias, José Mato Fondo, José M.ª Monterroso Devesa, António Gil, entre outros, ao tempo que aproveitamos para manifestar-lhe a nossa própria solidariedade.

«borgiano» nem pretende sê-lo ao que parece, pois está na linha de outros textos do própio autor com os quais dialoga, quer na sua dimensom semántica, quer no fluir léxico e a disposiçom sintáctica.

Estas e outras cousas diria se os acontecimentos nom tivessem sido como fôrom, mas citando um conhecido ourensano, «o Barbanha fede». Nom é tempo de análises académicas ou lúdicas subtilezas quando se esqueceu o conceito de originalidade. Esquecêrom-se as variaçons de Dom Dinis sobre Pero Meogo; esqueceu-se a a «bailada» de Airas Nunes; esqueceu-se o conceito do «seguir» ou «filhar». Desconhecem-se as ironias de Sábato; desconhe-se de Bach a Chick Corea. Ignoram-se as *Mitologias* de Barthes, ignoram-se as *Meninas* de Picasso, e o que é mais grave: desconhece-se o próprio Borges. A enumeraçom seria obviamente longa, e evito falar de Cunqueiro, Shakespeare e Saxo Grammaticus, aos quais já me tenho referido noutra ocasiom nas ediçons monográficas de A NOSA TERRA.

A ignorância nom exime de responsabilidade. Ainda assim, a cousa nom é tam simples, porque nem somos já tam ingénuos para pensar que toda a força do mal ia dirigida ao desprestígio de um indivíduo, nem se pode acreditar a esta altura em puras ignorâncias. A coluna interior «assinada» por X.C., insólita e nom isenta de inteçom, poderia ser olhada talvez com umha certa dose de indulgência e comiseraçom. Mas o facto de situar a «notícia» em portada, com o conseguinte deterioramento de imagem, nom pode contemplar-se desde outra óptica diferente à da intencionalidade desqualificadora de um discurso molesto, incómodo ou impertinente para a direcçom de A NOSA TERRA.

Por todo quanto se leva exposto, e exercendo os meus direitos como cidadao, exijo a imediata rectificaçom pública de tam grave difamaçom, ainda sabendo que nunca será suficiente para reparar os danos causados.

A Corunha, 26 de Fevereiro de 1990

□ □ □

AS «CUESTIÚNCULAS» DO ESCRITOR FERRÍN

Desde há uns anos o Sr. Ferrín reincide, obsessivo, numha teima curiosa e apenas ortográfica; repete pertinaz: 'ó único ponto de vista patriótico é acatar a normativa imposta ao galego polas instituiçons espanholas'. Numha entrevista publicada por *El Correo Gallego* o 8 de Outubro de 1989 «teimava» sobre essa «cuestiúncula» menor (permita-se-nos normativizar «patrioticamente» para galego-português o galego-castelhano):

«A gente normal está toda concorde em que há de seguir as normas vigentes, as oficiais, e ponto. Isso é o senso comum. Se há gente que nom tem senso comum já tem de ir ao Conxo ou...».

Fácil é insultar, mesmo atribuindo aos outros, esquecendo as próprias taras dignas de tratamento psiquiátrico. Difícil é justificar o injustificável. É mentira que haja umha normas oficiais. E apelando ao «senso comum» da gente estará-se pedindo que desertemos do galego? As normas ILG-RAG «estám bem feitas» para o galego acabar assimilado polo espanhol e «som razoáveis» segundo a razom de Estado da «España una, grande y libre». Decerto se precisa um «consenso público» entre aqueles que estiman o idioma galego como língua nacional, extensa e útil e nom só como língua regional espanhola.

O SEÑOR FERRÍN CALÚNIA INTERESSADAMENTE A ASSOCIAÇOM GALEGA DA LINGUA

Perante as declaraçons realizadas o passado domingo, dia 8 no dominical polo Sr. Ferrín, e por conter *calúnias interessadas* para como todo um colectivo cultural, mentiras e

propósito de intoxicar a opiniom pública galega, a Associaçom Galega da Língua ve-se na obriga de esclarecer:

1. Só umha pessoa malintecionada que quer intoxicar à opiniom pública galega, pode afirmar alevosamente que a AGAL e a AGLI assinarom um manifesto conjunto, pois a simples relaçom já foi desmentida por esta Associaçom num comunicado publicado nos meios de comunicaçom. Como é público en notório os objectivos da AGAL estám no extremo oposto. A asseveraçom do catedrático de Literatura é umha prova clara de que perdeu o norte do ponto de vista cultural e mesmo político.

2. Resulta muito suspeitoso que este funcionário assuma o discurso assuma o discurso tabernário e narcisista próprio e característico do poder institucional, por isto reitera e trivializa os tópicos (esquizofrenia, loucura, patologia, sentido comum e patriotismo... rebeldia mas nom nas qüestons da normativa...). Resulta por todo isto grave que legitime o poder, legitime o caciquismo e a máfia do poder oficialista, que até agora só estám apoiando o processo de substituiçom do galego-português por um vulgar dialecto do espanhol. Quando se legitima ao poder resulta bem evidente que se aproveita, directa ou indirectamente, das prebendas do poder (veja-se o seu duplo trabalho no Instituto e numha editora beligerante em qüestons de normativa). Esta dupla actividade fai que o Sr. Ferrín seja a pessoa menos indicada para valorizar ou valorar a actividade da Associaçom Galega da Língua.

3. As suas palavras som de umha total incoerência: nom se pode entender que umha pessoa se autoqualifique de radical no plano político, supomos, e conformista no plano lingüístico, quando a língua e um elemento fundamental e factor distintivo de umha naçom. Por outra parte, como pode defender umha normativa umha pessoa que emprega mais de cem modelos durante um ano? como se pode defender um decreto que é nulo juridicamente e quando há recomendaçons do Parlamento para que se potencie o diálogo entre todos os sectores implicados?

4. A língua e cultura de umha naçom som património de todo um povo, e nom desse funcionário. A Associaçom Galega da Língua está legimitada polo seu trabalho diário pola normalizaçom dos usos do idioma, todo isto sem ajudas do poder oficial, por isso nom necessita que ninguém a legitime e menos umha pessoa que nom possui *autoritas*. Pola contra, si necessitam que os legitimen aqueles sectores instalados no poder oficial, para quem el dirige o seu discurso.

5. Por último, e bem manifesto que há umha correlaçom entre poder político e modelo normalizador (mal se pode normalizar o galego-português com o actual sistema de poder). Negar esta evidência implica nom saber a onde se vai, *Quo Vadis?*

Compostela, 10 Outubro 1989

O CONSELHO DA AGAL

EL CORREO GALLEGO, jueves, 12-10-89. p. 27. Santiago

A Associaçom Galega da Lingua califica a Méndez Ferrín de incoherente

SANTIAGO. Redacción A Associaçom Galega da Lingua fixo onte público un comunicado no que contesta ás declaracións formuladas o pasado día oito no suplemento dominical de EL CORREO GALLEGO coas que, segundo a asociación, se incurría en "calunias interesadas para com todo um colectivo cultural, mentiras e propósito de intoxicar a opinión pública galega".

Para a AGAL, "só umha pessoa malintencionada que quer intoxicae á opinión pública galega pode afirmar alevosamente que a AGAL e a AGLI asinaron un manifesto conjunto, pois a simples relacon ja foi desmentida por esta associaçom nun comunicado publicado nos meios de comunicacom. Como é público e notorio, os objectivos da AGAL estam no extremo oposto. A asseveracom do catedrático de Literatura é umha prova clara de quen perdeu o norte do ponto de vista cultural e mesmo político".

"Resulta muito suspeitoso", engade o comunicado, "que este funcionario assuma o discurso tabernário e narcisista proprio e característico do poder institucional por isto reitera e trivializa os tópicos (esquizofrenia, loucura, palogia, sentido común e patriotismo... Rebeldía mas nom nas questons da normativa...). Resulta por todo isto grave que legitime o poder, legitime o caciquismo e a mafia do poder oficialista, que até agora só estam apoiando o processo de substitucom do galego-portugués por un vulgar dialecto do espanhol. Quando se legitima ao poder resulta bem evidente que se aproveita, directa ou indirectamente, das prebendas do poder (veja-se o seu duplo trabalho no Instituto e nunha editorial beligerante en questóns de normativa). Esta dupla actividade fai que o senhor Ferrín seja a pessoa menos indicada para valorizar ou valorar a actividade da Associaçom Galega da Lingua".

Tras sinalar que as palabras do autor de "Con pólvora e magnolias" son "de umha total incoerencia", amais de "conformista no plano lingüístico, quando a língua é um elemento fundamental e factor distintivo de umha nacom", o comunicado engade que existe unha correlación entre o poder político e o modelo normalizador. "Negar esta evidencia", conclúe, "implica non saber aonde se vai".

O REINTEGRACIONISMO, MAIS UMHA VEZ AFASTADO DOS FOROS

O Grupo Reintegracionista Meendinho já tem denunciado em repetidas ocasions o circuito retro-alimentado da concessom de subsídios e prémios, segundo as conveniências do momento, às instituiçons e pessoas encarregadas de transmitir a ideologia partidarista do poder.

A estrategia muda no Congresso sobre o Galego Exteriore, para acalar a voz discrepante do Sr. Ferrim, avanguarda no político e sindical, mas retaguarda na língua, concedem-se-lhe ajudas das que tirará o proveito de alimentar a sua egolatria.

Aos senhores Santamarina, Lorenzo e Fernandez Rei, haveria que somar os dos ubíquos Montero e Casares para completar a relaçom oficial de peons do autobombo.

É por isso, que queremos fazer as consideraçons a seguir:

1. Congressos como o presente, so fam desviar a atençom dos problemas reais da língua e justificar umha política lingüística inexistente, assim como retro-alimentar —com as repetidas comparecências de determinados congressitas em quase todos os foros do país, que nom nos internacionais onde a sua presença nom é estimada— umha situaçom de precariedade intelectual e inexistência de cientificidade, para poder seguir mantendo o status actual.

2. Sem negar a importância da problemática a tratar e sendo de justiça quaisquer reivindicaçons lingüísticas além das nossas fronteiras administrativas actuais que devolvam ao seu ámbito natural falante comunidades definidas, além disso, prescindir do reintegracionismo nos foros de debate é pre-democrático mas claramente anticientífico.

3. Negar a superposiçom e coincidência de fronteiras administrativas com as lingüísticas polo leste e nom faze-lo polo sul, demonstra o actual estado da ciência, ao serviço do poder, e nom da verdade, e a probreza humana de «imbéceis e escuros», tam abundantes na Galiza.

4. Como conclussom final, reafirmar que se certamente o galego nom morre no Eu tampoco morre no Minho.

Ourense, Dezembro de 1989

LA VOZ DE GALICIA, 22-12-89

Mayoría de participantes asturianos en el congreso sobre la lengua gallega en el exterior

Celanova (Corresponsal). Cuarenta participantes asisten al «Congreso da lingua galega no exterior», procedentes en su mayoría de Asturias y la comarca del Bierzo, contándose además con un grupo más reducido de Zamora. El congreso, cuya celebración ha sido objeto de crítica por parte del grupo reintegracionista autónomo «Mendinho», se inició con la bienvenida y presentación a cargo del coordinador del mismo, el escritor y profesor Xosé Luis Méndez Ferrín, tras de lo cual Francisco Fernández Rey, profesor de la facultad de Filología de Santiago, presentó la primera de las ponencias del mismo, seguida de debate, sobre la cuestión «Delimitación geográfica e características lingüísticas do galego de Asturias, León e Zamora».

En su ponencia, el profesor Fernández Rey distribuyó a los asistentes unos gráficos con las delimitaciones geográficas de Asturias, León y Zamora sobre las modalidades del gallego hablado en esas zonas y dio una interpretación de los fenómenos lingüísticos que se producían. Hizo también un análisis político de la proyección del gallego en el exterior de la comunidad autónoma, destacando que en la legislatura anterior el político que más se había destacado en la promoción y proyección de ese gallego había sido Camilo Nogueira.

Destacó la contradicción de que en el programa electoral para las autonómicas recientes, ni el PSG-EG, ni el BNG llevaban en su programa este punto, dándose la paradoja de que figuraba en el programa del PP figuraba, para el desarrollo de la Ley de Normalización Lingüística.

Por su parte, el profesor Antón Santamarina, también de la facultad de Filología de Santiago, en su ponencia sobre «Galego Común e variedades do galego, con especial atención ó de

Asturias», incardinó en el bloque oriental del habla gallega las modalidades que ocupan este congreso. Tras hacer una exposición histórica del desarrollo del gallego, habló sobre la normativización de esta lengua, destacando la necesidad de dicha norma para que existiese un gallego único que sirviese como pauta.

A las 2 de la tarde, la corporación municipal dió una recepción a los asistentes al congreso Por la tarde se presentó la ponencia sobre la problemática cultural de expresión gallega en territorios administrativos, de Asturias, León y Zamora, y más específicamente, de la comarca leonesa del Bierzo. Tras la ofrenda floral ante los monumentos de los poetas celanovenses Curros Enríquez y Celso Emilio Ferreiro, el catedrático de la facultad de Filología de Santiago, Ramón Lorenzo habló sobre la constitución histórica del gallego como lengua románica y de Galicia como entidad nacional.

Para la mañana de hoy está prevista una gira cultural a las excavaciones de Castromao y el conjunto de Santa Comba de Bande, si el tiempo lo permite. Por la tarde, el profesor de la facultad de Filología de la Universidad de Santiago, Manuel González, presentará una ponencia sobre la problemática legal del gallego en su ámbito territorial. Después se elaborará un manifiesto de las comunidades de lengua gallega en el exterior al que se dará lectura a partir de las 8 de la tarde, en la sesión de clausura, durante la cual se procederá a la entrega de diplomas de asistencia al congreso.

Crítica al congreso

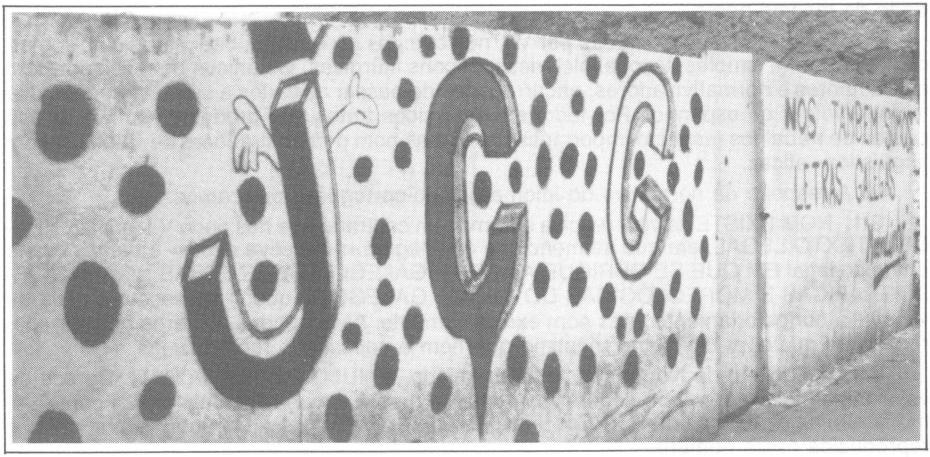
El grupo reintegracionista autónomo «Mendinho» remite un comunicado de crítica al congreso, recordando que ya denunció en repetidas ocasiones el circuíto retro-alimentado de la concesión de ayudas y premios, según las conveniencias del momento, a las instituciones y personas encargadas de transmitir la ideología partidista del poder y que el reintegracionismo, una vez más, es apartado de los foros donde se habla sobre el gallego.

Afirma que la estrategia cambia en este congreso sobre el gallego en el exterior «para acalar a voz discrepante do señor Ferrim, avanguarda nó político e sindical, mas retagurada na língua», concediéndosele ayudas «das que tirará o proveito de alimentar a sua egolatría», en claro ataque crítco al coordinador de este curso organizado por el club cultural «Adiante» y la central nacionalista CXTG. Señala el colectivo que a los señores Antón Santamarina, Ramón Lorenzo y Fernández Rey habría que sumar a los ubícuos Jesús Alonso Montero y Carlos Casares para completar la relación oficial de peones del autobombo.

El colectivo «Mendinho» considera que congresos como el presente sólo sirven para desviar la atención de los problemas reales de la lengua y justificar una política lingüística inexistente, así como «retro-alimentar» —con las repetidas comparecencias de determinados congresistas en casi todos los foros del país, pero no en los internacionales donde su presencia no es estimada— una situación de precariedad intelectual e inexistencia de cientificidad, para poder seguir manteniendo el status actual.

Sin negar la importancia de la problemática a tratar y siendo de justicia cualquier reinvindicación lingüística de más allá de las fronteras administrativas actuales de Galicia que devuelva a su ámbito natural hablante a comunidades definidas, afirma que prescindir del reintegracionismo en los foros de debate es predemocrático y claramente anticientífico.

Asegura el colectivo que negar la superposición y coincidencia de fronteras administrativas y lingüísticas por el Este de Galicia y no hacerlo por el Sur, demuestra el actual estado de la ciencia «ao serviço do poder» y no de la verdad, pero sí de la pobreza humana de «imbéceis e escuros», que asegura son abundantes en Galicia, asegurando el colectivo «Mendinho» que se reafirma en la certeza de que el gallego no muere en el Eo, tampoco muere en el MIño.



RESPOSTA DA PRESIDÊNCIA DA A.GA.L. AO ILMO. SR. DIRECTOR GERAL DE P. LINGÜÍSTICA

Ilmo. Sr.:

Tendo recebido o seu escrito de 27 de Outubro de 1989, com número de saída 17807, em que se me comunicam várias questons sobre «Política lingüística», en nome da Associaçom que tenho a mais grande honra em representar, RESPONDO:

1. A «Associaçom Galega da Língua» dirigiu escritos sobre a correcçom e qualificaçom das provas de Língua galega quer à Reitoria quer ao Director do Departamento de Galego-Português da Universidade de Santiago. Nom era necessária, pois, que essa Direcçom Geral perdesse o tempo nessa gestom. A AGAL sabe a quem deve dirigir-se com independência das actuaçons que podam desenvolver os organismos afectados.

2. Quanto à ausência de umha «Política lingüística» na Galiza esta Associaçom REAFIRMA-SE E RATIFICA-SE no dito, como se demonstra nos factos a seguir:

2.1. NOM EXISTE POLÍTICA LINGÜÍSTICA encaminhada a normalizar os usos do idioma nacional da Galiza; o único que se verificam som declaraçons de «BOA VONTADE», isto é o que em termos de sociolingüística se denomina o «Discurso de Boa Vontade» face ao idioma galego-português; a este Discurso seguirá ou segue já o «Discurso da Impotência» por mudar as regras de jogo, quer dizer, para justificar a necessidade do idioma imposto.

2.3. Esta Associaçom nom tem notícia de estudos publicados por essa Direcçom Geral sobre «Planificaçom lingüística», o único que se vem som «cursos de galego» e algumhas que outras «jornadas» ou «declaraçons de intençons». E isto evidentemente NOM DEVE DENOMINAR-SE POLÍTICA LINGÜÍSTICA. Tal atitude dessa Direcçom incide nos defeitos tradicionais da «Política lingüística» (?) realizada pola Conselharia de Educaçom, caracterizada, além dos fenómenos antes expostos, polo seu sectarismo, clientelismo retro-alimentario, ausência de debate, ausência de UM MODELO, revisom desse MODELO, etc., etc.

2.4. Todas as actuaçons dessa Direcçom Geral carecem de transparência e de diálogo com as associaçons culturais e entidades que trabalham pola normalizaçom lingüística deste País, como é a Associaçom Galega da Língua.

2.5. Todas estas carências já tenhem sido denunciadas desde há tempo por esta Associaçom, desde o primeiro número, na revista *Agália,* nascida em 1985, e nos comunicados dirigidos à imprensa diária, nem sempre publicados. Das graves arbitrariedades estám informados o Parlamento galego (mesa de petiçons), Conselharias de Educaçom e Cultura, Defensor do Povo (Madrid), Parlamento Europeu... e o Tribunal do Contencioso-Administrativo a respeito do conflito surgido no Colégio Público de E.G.B. «Torre Ilha de Arousa», da localidade do mesmo nome.

2.6. Todas as acçons citadas por V.I. nos campos do «ensino, banca, judicial, comercial, etc...» som simples acçons folclóricas, acçons litúrgicas. Os únicos beneficiados som os tradutores e normativizadores, encarregados de passar os textos a umha variedade dialectal e vulgar do espanhol. Por todo isto, os únicos frutos que produzem som criar uns postos de trabalhos (aspecto importantíssimo), mas nom demonstradores de «planificaçom lingüística» eficaz.

3. A respeito da normativa do idioma galego-português, lembramos:

3.1. NOM EXISTE salvo a precisa informaçom contraria que nos poda V.I. enviar, NENGUM TEXTO LEGAL, em que se mencione o sintagma «normativa oficial» e menos existe um texto legal EM QUE SE OBRIGUE A ALGUM GALEGO A *USAR* ESSAS NORMAS ORTOGRÁFICAS E MORFOLÓGICAS DO IDIOMA GALEGO. O que si aparece é a ideia de *«ensinar»* obrigatoriamente, mas nom exclusivamente. As acepçons do verbo ensinar aparecem em qualquer dicionário e estimo que nom é necessário reproduzi-las.

3.2. O Decreto de Normativa, tam cararejado, é NULO DE PLENA RAIZ. Carece de valor imperativo e nem tam sequer é vinculante para a própria Administraçom como demonstram as sentenças da Sala Contencioso-Administrativo de A Corunha. Umha delas é reproduzida neste número.

3.3. Supom EXTRA-LIMITAR-SE na interpretaçom da LEI afirmar que é obrigatória para a Admnistraçom e para *todos* os trabalhadores do ensino, sejam ou nom funcionários. Lembramos-lhe a legislaçom sobre o direito à liberdade de Cátedra (máxime no ensino médio e universitário), o direito dos estudantes a receberem informaçom veraz e o que se contém no art. 2 da «Declaraçom Universal dos Direitos do Homem».

3.4. A consideraçom que nos merecem ditas «Normas» elaboradas polo «ILG»-«RAG» forom recolhidas no *Estudo crítico,* livro de mais de 300 páginas, re-editado há uns meses por esta Associaçom, que consideramos deve conhecer e ler com atençom. Numha breve síntese essas «Normas» som: a-científicas, vam contra a história, estám ao serviço de interesses anti-galegos, nom-normalizam os usos do nosso idioma, som incoerentes e deficientes nos seus postulados teóricos e princípios, insolidários com as demais línguas de cultura do Sul de Europa e com as outras variantes do nosso diassistema lingüístico, etc.

3.5. E para esclarecer o verbo «OBRIGAR» lembramos que, por desgraça para o idioma nacional da Galiza, o único DEVER que temos por Lei os galegos é o DEVER para com «o outro idioma».

POR TODO O EXPOSTO, RATIFICAMO-NOS nas nossas consideraçons, o que comunicamos a essa Direcçom Geral, para o seu conhecimento e efeitos oportunos.

É de justiça,

Em Ourense a dez de Novembro de 1989.

A PRESIDENTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

ILMO. SR. D. MANUEL REGUEIRO TENREIRO
DIRECTOR GERAL DE POLÍTICA LINGÜÍSTICA
CONSELHARIA DE EDUCAÇOM
SANTIAGO DE COMPOSTELA (GALIZA)

□ □ □

UMHA ORGANIZAÇOM POLÍTICA CULTURALMENTE REINTEGRACIONISTA

Os dias 28 e 29 de Outubro celebrou-se em Compostela a convençom constituinte da *A.P.U. [Assembleia do Povo Unido].* Enquanto associaçom cultural nom partidarista, importa-nos sobretudo salientar que a A.P.U. é a primeira organizaçom partidista que no regime democrático espanhol após-franquista se reconhece *reintegracionista* e que utiliza conseqüentemente o galego-português nos seus documentos e escritos.

Assim consta num artigo de apresentaçom que, da autoria do Secretariado político, publicou o semanário *A Nosa Terra* [núm. 407 (9 de Novembro de 1989), p. 8]:

> «A defesa intransigente da normalizaçom do nosso idioma em todos os níveis da actividade social, acompanhado isto da coerente defesa da descolonizaçom a nível normativo, mediante a reintegraçom no sistema lingüístico que lhe é próprio, o galego-português, conhecido internacionalmente só como português».

□ □ □

DOS «OBSEXOS» ORTOGRAFISTAS

Aqueles que escrevem correctamente o castelhano e aqueloutros (amiúde som os mesmos) promotores do «galego normativo«, na Galiza, alcunham-nos aos «lusistas» de obsessos pola ortografia. Talvez estejam no certo, mas, sem dissimularem a sua particular teima ortografista (que decerto padecem), nom nos permitem explicar as razons por que a orto-

grafia importa bem ao idioma galego; sem dúvida imaginam assim evitar que outros as entendam e as compartilhem.

Porém, publicam-se na imprensa opinions «normativistas» aparentemente emitidas desde a sinceridade, quase inocentemente, como as de D. Cándido Casal. Num artigo, intitulado «Labazadas lingüísticas» *(El Correo Gallego,* 25 Julho 1989) conta diferentes labaçadas, mesmo físicas, que recebeu durante a sua vida de galegofalante e, entre elas, inclui, decerto sem malícia, a seguinte:

> *«E tamén me doeu o outro día a última 'labazada lingüística' que levei. E esta foi na Consellería de Educación, en San Caetano. Tiven que ir alí a solucionar un asuntiño e quedei abraiado cando, ó querer traspasar unha porta dun corredor, un cartel de considerable tamaño espertou o suficiente a miña curiosidade para que intentase saber que puña. Era un comunicado referente a problemas que teñen os funcionarios [...].*
>
> *»O cartel estaba (estará aínda) escrito en galego como corresponde a tan ilustre emprazamento. O caso é que no citado cartel aparecían unha serie de expresións que chamaron poderosamente a miña atención. Expresións como... 'Eximos', '...ten que levar o seu proxecto...', '...publicar o Decreto...', '...petición do correspondiente...', '...vacacións de tódolo persoal...', '...vacación de vrao...', etc.*
>
> *»Estas expresións non son normativas. E eu non lle quero bota-la culpa desde aquí á persoa encargada de redactalo cartel en cuestión. 'O melhor para ser funcionario en San Caetano, non é necesario saber galego normativo [...]. Se aí no se vixía a normativa, ¿onde se vai vixiar? ¿Como lles insisto eu ós rapaces na 2.ª forma do artigo determinado* [come-*lo* caldo] *se logo na Consellería de Educación non a poñen en práctica? ¿Non haberá ninguén da Consellería que lea ese cartel, que sinta esa 'labazada lingüística' e trate de lle poñer remedio?*
>
> *»O mellor, un dos moitos departamentos que hai nesa casa deberíase dedicar a corrixir, a 'normativizar' todo aquilo que se faga, ou cando menos, todo aquilo que se expoña en San Caetano e outros edificios oficiais* etc.».

Poderá comparar-se essa labaçada lingüística com as referidas antes no artigo?: aquela da escola em que *«o mestre falaba castelán, os libros estaban en castelán* [quase como agora] *e alí non se podía falar en galego»?;* ou, na sapataria, *«aquel sorrisiño de desprezo»* por dizer em galego o número do calçado?; ou no Seminário Menor *«as risas dos 'cultos', dos catro parvos que se crían os amos e que nos vían ós demais como paletos porque víñamos do pobo»?*

Nom se poderá dizer que a causa daquelas labaçadas é a mesma que está hoje a inocular entre os falantes conscientes a teima polo «galego normativo»?; ainda que a Lei e os governantes e mesmo os funcionários pareçam diferentes...

De outra ordem son artigos como o do sociólogo José A. Durán, «Cultura ortográfica y guerrilla toponímica» *(La Voz de Galicia,* 17 Setembro 1989); nele fica establecido:

> *«Suso de Toro [«Toja», 4-VIII] ha escrito en estas mismas páginas —breve, pero contundente—, acerca de otro asunto sintomático: la guerrilla toponímica. Su* [da guerrilla toponímica, evidentemente] *agresividad es cualitativamente distinta de la otra* [...], *pero acaso pertenezca a la misma raigambre simbólica. En Galicia se ha convertido en nuevo elemento a añadir a las viejas confusiones.*
>
> »[...] *Ahora estamos asistiendo a la regalleguización de todo lo que se entiende como no gallego, aunque galaico sea. A la nueva guerrilla, para más ha venido a añadirse la AUTORIDAD ORTOGRÁFICA LUSOFÍLICA, muy activa en gajes de embadurnar señalizaciones de ruta».*

E prosseguia:

> *«Antes, la guerrilla toponímica —a la par que peligrosa— se ajustaba a unos criterios sociológicos que parecían claros y distintos: buscaba restituir la denominación popular mayoritaria, reinante en los ambientes respectivos. El nombre de un pueblo se tenía por tan entrañable como el de una persona. Se pensaba, además, que la única suerte de un idioma en trance de normalización —caso del*

gallego— consistía en la posibilidad de aproximar la ortografía a la fonética. Era una ilusión digna del ilusismo antifranquista. Desnortados por completo, aquellos guerrilleros de antaño han de sufrir ahora la penitencia de los de hogaño: gramáticos ilustrados, que lo mismo se entregan a la genealogía que a la evolución filológica y, sobre todo, a la ORTOGRAFÍA LUSA».

Para acabar propondo, democrata:

«Vascos y navarros, por ejemplo, han optado —con la mayor normalidad— por una señalización civilizada, donde convive la toponimia ¡castellana! y euskalduna. ¿Por qué no hacerlo aquí, cuando menos en las denominaciones en litigio? Ni siquiera la ORTOGRAFÍA LUSISTA, establecida para guía de caminantes (en gajes de ortografía, descarriados) tendría por qué quedar fuera de las nuevas escrituras. La triple, cuádruple o quíntuple denominación acaso sea cursi, motivo de risa para el visitante, pero daría prueba explícita del nivel de nuestra cultura lingüística y ortográfica. De nuestra ya casi ancestral sensibilidad... toponímica».

Aguda liçom de sociologia! Perspicaz análise da situaçom sociolingüística! Inteligente discernimiento do que é política de dominaçom, de esquecimento induzido, e o que é procura de liberdade, de memória da história usurpada. Se o sócio-filó-logo, como parece indubitável, quando se exprime em castelhano e diz «nuestra» (nessa língua), está a referir-se à cultura e sensibilidade espanholas, explicamo-nos que se pronuncie tam rotunda e alegremente sobre os actuais agentes da cultura galega e sobre as suas dúvidas e ambigüidades; mas nom é de sociólogo honrado conduzir-se assim.

Antes (e polo menos), em vez de dar por sabidas e transparentes expressons como «raigambre simbólica» ou «viejas confusiones» ou «ilusismo antifranquista» ou, mesmo, «genealogía» e «evolución filológica» ou «ancestral sensibilidad... toponímica», podia (polo menos, polo menos) indicar-nos que significado tenhem para ele...

Por certo, alguma vez pensou o sociólogo que também pode ser objecto de análise sociológica a lusofobia, mais ou menos manifesta, que hoje reina na Galiza (mesmo entre os galeguistas) e, em geral, entre as personalidades da Espanha?

□ □ □

SOBRE O MOLDÁVIO, A SUA OFICIALIDADE E A SUA ESCRITA

No núm. 3 (Outono de 1985) de *AGÁLIA* (pp. 302-305) o nosso colaborador Carlos Durão explicava-nos o «fraude lingüístico» que é «o moldávio», variedade romena falada na Moldávia soviética, mas pretensamente língua diferente do romeno por este ser escrito com caracteres latinos e aquela como os cirílicos do russo.

O dia 1 de Setembro do presente ano os jornais noticiavam:

«O Soviet Supremo de Moldávia declarou onte o moldávio idioma estadual [= oficial] *no seu território apesar da greve de protestos dos habitantes russofalantes, seguida por 205 empresas em diferentes cidades deste república soviética. O Parlamento moldávio aprovou com 298 votos afirmativos, 11 negativos e 20 em branco, umha emenda da Constituiçom da República que declara estadual o moldávio, ao tempo que reserva ao russo o papel de idioma de comunicaçom interétnica* [...].

E continuavam:

»Com só 2 votos negativos e 6 em branco, o Parlamento devolveu o alfabeto latino à escrita do moldávio, idioma romance muito parecido ao romeno, em vez do cirílico que utiliza o russo e que fora imposto em Moldávia para diferenciá-la do país vizinho [Roménia]».

E nestas partes de Europa, que dizemos a Galiza, nom houvo nem colaboradores políticos nem políticos colaboradores que advertissem da necessidade e conveniência de proceder de igual modo no Estado que dizem Espanha; por exemplo, que o Parlamento declarasse o idioma galego língua nacional e oficial da Galiza e ordenasse escrevê-lo como do outro lado da fronteira se vem escrevendo sem soluçom de continuidade «desde sempre».

Mas este tema nom merece o comentário daqueles colaboradores que si comentam politicamente a «ortografia lusófila» (por exemplo).

□ □ □

CANAIS DE TV E DIREITO A RECEBER INFORMAÇOM

Por essas mesmas datas surgiu umha *guerra de canais,* de modo que

> *«colectivos cidadaos e profissionais, sindicatos, partidos políticos e concelhos mobilizaram-se contra decisom da Administraçom central* [espanhola] *de outorgar à 'Televisió Valenciana' (TVV), que começará a emitir em breve, as freqüências que permitem a recepçom da 'Televisió de Catalunya' (TV3) na Comunidade Valenciana* [País Valenciano]. *A medida impedirá os valencianos desfrutarem de um canal que alcançou umha audiência diária de uns 400.000 espectadores, justificada por razons técnicas. Mas tem motivos políticos».*

Assim iniciava a notícia o jornal *El País,* de Madrid.

A notícia si mereceu algum comentário e mesmo algum editorial, como o publicado no jornal *ABC,* também de Madrid:

> *«[...] Em princípio nos encontramos perante umha limitaçom gratuita e autoritária do direito dos cidadaos à informaçom, que sugere a lembrança daquelas horríveis interferências que, nos mais duros tempos do passado, tentavam, a golpe de ensurdecedoras perturbaços, celar os ouvidos dos espanhois às emissons em castelhano de Rádio Paris ou da BBC. Ao sentar este critério nom pretendemos desconhecer o agressivo pancatalanismo cultural de que por vezes TV3 tem feito alarde, ferindo a sensibilidade de muitos valencianos zelosos da sua inequívoca identidade. Mas nos conflitos desta natureza, como sempre, tem de se optar pola liberdade. E que seja o cidadao desde o seu assento, no exercício do seu soberano albedrio, o que poda optar polo canal da sua predilecçom».*

Valeria este razoamento também para a Galiza, se os cidadaos galegos optassem por ver as TVs. portuguesas? Ou também «por motivos políticos» se lhes impediria desfrutar dos partidos de futebol do «País irmao» ou das telenovelas brasileiras percebidas no seu castiço original?

IN MEMORIAM

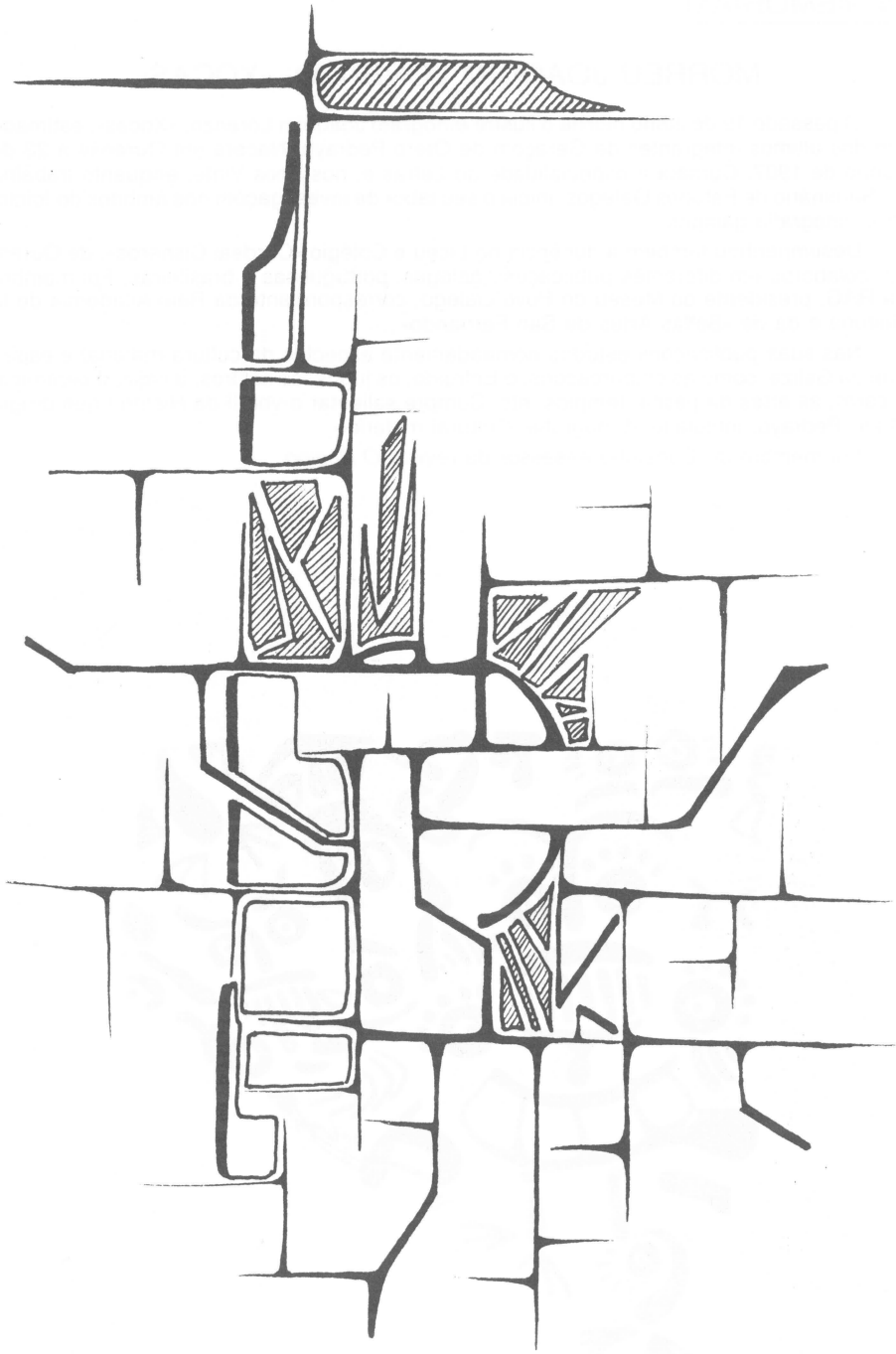
MORREU JOAQUIM LORENZO, «XOCAS»

O passado 19 de Julho morria o ilustre etnógrafo Joaquim Lorenzo, «Xocas», estimado um dos últimos integrantes da Geraçom de Otero Pedrayo. Nacera em Ourense a 23 de Junho de 1907. Cursara a especialidade de Letras e, nos anos Vinte, enquanto trabalha no Seminário de Estudos Galegos, inicia o seu labor de investigaçom nos ámbitos do folclore e etnografia galegos.

Desempenhou também a docência no Liceu e Colégio «Cardeal Cisneros», de Ourense, colaborou em diferentes publicaçons galegas, portuguesas e brasileiras. Foi membro da RAG, presidente do Museu do Povo Galego, correspondente da Real Academia de la Historia e da de «Bellas Artes de San Fernando».

Nas suas publicaçons estudou nomeadamente aspectos da cultura material e espiritual da Galiza, como as embarcaçons, o Entroido, os jugos, os castros, a casa, a cerámica, o carro, as artes da pesca, templos, etc. Cumpre salientar o vol. II da *História* que dirigiu Otero Pedrayo, intitulado «Etnografia. Cultural material».

Foi membro do Conselho Assessor da revista *O Ensino.*



RECENSONS

A ORIGEM CERTA DO FAROL DE ALEXANDRIA de João Guisan Seixas

Lídia GUTIÉRREZ MARIN
M.ª Manuela RIVERA CASCUDO

I. *Introduçom.*

A obra apresenta umha dedicatória que enumera umha lista de rapazes, umha nota à 3.ª ediçom, a «Notinha para uso exclusivo de meninos e meninhos, rapazes, miúdos, nenos, crianças, rilhotes, garotos, pícaros, cachopos e picarinhos», um «Prólogo» constituido por umha carta de João Guisan enviada a Nacho Taibo e a sua contestaçom correspondente, e finalmente o «Logo». Quatro contos formam o córpus narrativo desta criaçom literária. Num dos relatos, o próprio autor, a modo de preámbulo, define-nos o conto, da forma seguinte:

> «Historieta económico-lírica, com grande e truculenta descriçom do circo dos remendos, um estudo jurídico dos trâmites para solicitar o subsídio de desemprego» (1).

A citaçom é significativa no que à obra se refere. Nela descobrimos o núcleo significativo e os recursos formais que percorrem os relatos. Com efeito, o autor define-nos cada umha das narrações como umha «historieta», que equivale ao acontecer vital de cada um dos protagonistas do relato. Por outra parte, na expressom «económico-lírica» subjaz a tragicomédia como factor determinante de algumhas personagens. Este vocábulo composto, nada frequente em literatura, dá-nos a entender que o autor está a jogar com as palavras «economia» e «comédia». Desta maneira, percebe-se um contexto social, o da marginaçom, expressado de umha forma trágico-cómico-lírica. As personagens que componhem os relatos desta obra, puderam pertencer todas elas ao «circo dos remendos». Amostra-nos o autor seres incompletos, feitos a médias com retalhos.

Vemos aparecer em cena Al-Farruk-O, fazendo prodígios exuberantes com a parte esquerda do corpo, mentres obra malefícios a sua parte direita:

> «Desesperado, na noite anterior, colhera umha garrafa de vinho branco que de imediato se transformara em tinto, bebera-a de um golo e ficara dormido no banco. Mal abriu os olhos quando sentiu na grande avenida os passos de alguém que coxeava. Era Alburnil que vinha calçado com umha bota luminosa num pé e umha chinela escura e suja, que lha emprestara o deus dos objectos perdidos,

(1) João Guisan Seixas: *Origem certa do farol de Alexandria,* «O palhasso Pomarasso», p. 41, 3.ª ediçom, AGAL, A Corunha, 1990.

no outro. Deste jeito, ao Al-Farruk-O esfregar a bota com a mão direita daria-lhe o brilho que lhe faltava, e ao esfregar a chinela com a esquerda tiraria-lhe o que lhe sobrava para ser, no que diz respeito a brilhos e sombras, um home absolutamente normal» (2).

O palhasso, protótipo do circo, apresenta-se no relato com «meio sorriso» que transluz a tragicomédia. O autor utiliza o recurso do humor, da paródia, para ridicularizar os valores sociais:

> «O único que alegrava um pouco aquele panorama era o palhasso Pomarasso, que levava posta umha maçã vermelha no lugar onde todos os palhassos levam o seu nariz de plástico. Além deste detalhe, distinguia-se do resto dos colegas por ter apenas meio sorriso. O outro meio caira-lhe numha funçom em que o forçara demais e tivera de tapar a metade vazia da boca com um gesto sério que tomara de um retrato do seu tataravô» (3).

A «Carta a Ermelinda» está focada de tal maneira que a sua leitura nos reflecte um mundo humano animalizado. A própria redacçom da carta é significativa a este respeito. O zunido da mosca e o croar do sapo coincidem com as pausas do relato e imitam as pulsações mecanográficas:

> «Zum zum zum Cara Ermelinda zum.
>
> «Quando escrevo esta carta zum encontro-me bem zum zum Hoje comim um grão de açúcar zum umha migalha de pam zum e bebim umha pinga de água zum polo que estou um pouco farto zum zum zum» (4).
>
> «Cro cro cro Ermelinda cro cro O globo branco é um ovo e a luz um pito amarelo cro cro A madeira das mãos nas estilhas do dedos cro cro (5).

«O home que nom tinha nome», perde o nome e com ele a sua própria identidade. Para recuperá-la, vese obrigado a entrar no mundo dos vagabundos. Prova disto é o seu abrigo, compêndio de cerziduras e farrapos.

A desocupaçom e a frustraçom profissional é um dos temas da obra. Di-nos o autor: «estudo jurídico dos trâmites para solicitar o desemprego«. Umhas personagens aparecem sujeitas à inestabilidade do próprio destino. Al-Farruk-O passa da pobreza à riqueza determinadas polo capricho de um Deus. Ao final do relato, Al-Farruk-O chora sobre a sua fortuna, debido ao seu malefício, anulado pola impotência de nom poder exercer o seu ofício. O palhasso Pomarasso, com uns traços muito mais acentuados que o resto das personagens, acaba esquizofrénico a causa do desemprego.

Outros protagonistas como «Ermelinda» e «O home que nom tinha nome» nom se vem tam afectados pola inactidade como pola sua condiçom existencial: Ermelinda, já é cigana de nacimento e a sua sobrevivência centra-se nas carteiras que poda atopar ou roubar no peirao.

«O home que nom tinha nome» integra-se no mundo dos vagabundos, rejeitado pola sociedade devido à sua anonimidade que nom lhe proporciona umha identidade.

II. *Filosofia.*

Através de todos os relatos, vemos dous mundos contrapostos e interdependentes: a existência espiritual e a existência material. Com efeito, o autor apresenta-nos no início do conto «O farol de Alexandria» umha parelha de deuses antropomórficos: Alburnil, Deus da Luz, e Mireba, Deusa da riqueza, encerram nos seus nomes as palabras «Alba» e «mirar». No sufixo «eba» intuimos um cruce com as fontes bíblicas: Eva, símbolo do pecado e da

---

(2) Id. pág. 38.
(3) Id. pág. 43.
(4) Id. pág. 56.
(5) Id. pág. 60.

luxúria. Estas duas personagens som os protótipos de duas perspectivas filosóficas que regem o mundo.

O mundo das «luzes» representaria a espiritualidade ou a intelectualidade: Alburnil procedente de «alba» = brancura.

A visom material está protagonizada por Mireba, deusa da riqueza e da luxúria.

Este contraste confirma-se na disputa entre os deuses que trascende sobre Al-Farruk-O, comum mortal da cidade O-Lhame-Ketewe-Jo, condenado a transmitir a sua situaçom, dirigida polos deuses, à sociedade na que vive.

A desmitificaçom dos deuses observa-se no final do relato. Al-Farruk-O convertido numha personagem, metade maléfica, metade benéfica, estabelece a confusom em toda a cidade. A sua riqueza ve-se transformada em vil pobreza e a decadência social perturba a ordem dos próprios deuses e transcende a ordem cósmica, desmitificando os valores religiosos.

No segundo relato, «O palhasso Pomarasso», o protagonista ve-se materialmente despojado, devido à sua situaçom de desemprego. Espiritualmente, também se ve anulado dado que já nom pode realizar a sua actividade favorita: «fazer rir». Refugia-se no «Livro dos dias» onde umhas vezes acha a alegria necessária para o seu consolo, outras páginas acentuam a frustraçom de nom poder exercer a sua profissom. A sociedade refuga-o, impondo-lhe o parasitismo. O palhasso vê-se obrigado a interiorizar as suas faculdades até morrer do próprio riso.

«O home que nom tinha nome», apresenta umha personagem, acima dos seus dias. Umha vez jubilado evade-se no mundo do surrealismo dos contos e na cultura. «Apesar dos seus anos», o protagonista, ser inactivo, busca realizar-se intelectualmente, instruindo-se.

A problemática surge quando Domingos Freire Freixeiro tem de deixar o seu nome na biblioteca. Os livros fazem-lhe perder a sua própria identidade. O autor está a jogar com a sua personagem, com a sua alienaçom ao dedicar o seu tempo livre a umha actividade tam rejeitada pola sociedade capitalista, materialista, a fim de contas superficial. Nesta «historieta» a cousificaçom das personagens chega a desacreditar os valores humanos. No café-bar do Suso, os que jogam ao dominó convertem-se em fichas de dominó

> «...o Indalécio, o Albino e mais o Eusébio, todos três baixo as suas boinas, debruçados sobre a mesa de mármore, que vista desde o alto, toda branca com aqueles três circulinhos pretos num extremo, pareceria umha outra ficha de dominó maior» (6).

«O home que nom tinha nome» compara-se a umha casa, a um çapato e toda a sua lógica já nom gira mais que arredor dos objectos, protagonistas do mundo material. De aí que chegue a adquirir um nome graças à adiçom dos objectos: um funil, um gato, umha roda, umha peúga e umha joelheira:

> «Enquanto baixava aqueles trastos ia explicando-lhe que colhera um funil tam grande para que pudesse fazer o «A» maiúsculo, a antena para que a colocasse de «t», as duas rodas para funcionarem de «o», e os dous gatos de «n», e que a peúga deveria pô-la numha perna, com a joelheira no joelho para conseguir um «i» com o seu correspondente ponto. E deste jeito teria formado o nome enteiro» (7).

O autor vale-se deste recurso de ficçom para conduzir-nos à degradaçom humana. A perda de identidade obriga-o a mesturar-se e a depender das classes marginadas: «mais ensina a necessidade que a universidade». António, o cigano, fai-lhe recuperar o seu nome utilizando o seu engenho: ele mesmo tem vários nomes e um para o domingo em especial.

III. *Recursos literários e técnica narrativa.*

O autor utiliza umha série de símbolos, metáforas, prosopopeias, calembures, relacionando desta maneira o factor humorístico com o trágico, o real com o imaginário.

---

(6) Id. pág. 66.
(7) Id. pág. 77.

No primeiro conto, o topónimo O-Lhame-Ketewe-Jo, mediante umha tipografia exótica, imitadora da língua árabe, transmite-lhe fonicamente ao leitor galego, a relaçom entre o verbo «olhar» e «ver» no uso efectivo da língua.

Nas descrições, verificam-se as relações do mundo maravilhoso e mágico próprio dos contos de fadas contrastando com a realidade trágica do limpa-botas

> «Já o temos sentado no seu banco. Nom passa ninguém pola grande avenida da deusa Mireba e Al-Farruk-O dorme a sesta ainda que nom tem comido nada. Talvez sonhava com um gigantesco prato de verças cozidas quando sentiu uns passos fortíssimos no chão lajeado. Mal acertou a alçar a cabeça já tinha diante dele umha estranha bota, branca, ou ainda mais que branca, transparente. Do mais limpo cristal que nunca vira» (8).

Um dos elementos que contribui a criar este mundo mágico e fantástico é a presença da luz em cada um dos relatos. No «Farol de Alexandria» o próprio farol que dá o título ao relato e ao livro irradia a luminosidade sobre Alexandria. Os nomes dos deuses som significativos a ese respeito. Alburnil encerra a palavra «Alva» equivalente a «brancura«, «dia»; Mireba deixa transluzir o verbo «mirar», luz da visom.

No relato «Carta zoológica a Ermelinda», a lámpada de aranha pode chegar a obnubilar o realismo cru do narrador ante a visom estética da lámpada de Ermelinda, e a sua situaçom económica precária:

> «Eu acheguei-me e perguntei-lhe por que gostava tanto de aquela cousa tam grande e desajeitada, com tantos braços e enfeites estranhos, para mim monstruosa que descia agora sobre as nossas cabeças como umha aranha de verdade, dependurada da cadeia da grua.
>
> Ela, que nunca faltava às direitas, replicou que queria ter umha dessas na casa, mas que a sua casa era tam pequena que teriam de sair o papá e mais a avó para poderem metê-la» (9).

No «Home que nom tinha nome», a repetiçom da palavra «dia», umha vez recuperado o nome, também sugere a busca da própria identidade e da luz eterna: ao final recupera o nome no ceu:

> «Andou todo o dia, apurando o passo por se o dia o seguia como um cam fiel e apurava também o seu final.
>
> Apurou crendo que o dia acabaria antes. Andou todo o dia naquel último dia, igual que tinha andado todo o dia no dia primeiro em que perdera o seu nome. Para começar e acabar as cousas é preciso andá-las muito» (10).

Através de todos os contos vemos como o autor tinge a sua prosa com pinceladas humorísticas para decreber-nos o caminho traçado pola sociedade e imposto aos nossos protagonistas.

No «Palhasso Pomarasso», a personagem chega a situações absurdas tais como a invençom da «Gramática do riso»: conta-se chistes a si próprio. A tragédia reside tanto no plano económico como na marginaçom do palhasso. Ambos os factores levam-no à esquizofrenia.

A reiteraçom onomatopeica de palavras também contribui à comicidade dos relatos, Na «Carta zoológica a Ermelinda», o zunido da mosca e o croar do sapo produz umha passagem irrisória, com um significado superficial e absurdo que desmitifica a relaçom amorosa e o estilo epistolar tradicional. Chama a atençom no «Home que nom tinha nome», o anonimato do protagonista, a entrevista com o crego e o juiz, onde se apreciam esses procedimentos:

---

(8) Id. pág. 31.
(9) Id. pág. 53.
(10) Id. pág. 80.

«Fora ao páraco e negara. Foi entom ao registo civil. No registo civil nom haveria, de certo, as mesmas normas inquebrantáveis da igreja.

Ao contar o seu problema o funcionário do registo civil contestou-lhe que nada mais fácil de arranjar, que ele tirava umha certificaçom de nascimento imediatamente e nela teria de constar o seu nome. Perguntou entom .....

—E como tirar umha certificaçom de nascimento?

Respondeu o funcionário mui amável:

—Encha este impresso com o seu nome e dados pessoais.

Voltour a falar .....:

—O que eu quero é precisamente recuperar o meu nome.

Voltou a responder o funcionário:

—O ficheiro é alfabético. Se nom tenho o seu nome e apelidos nom o poderei encontrar .....:

—E nom me poderia dar outro nome?

O funcionário:

—O seu pai é a única pessoa com potestade legal para o fazer» (11).

A disposiçom tipográfica reforça mediante reticéncias o anonimato.

Além disto, nas narrações, observamos pontos em comum. O último funciona como um epílogo, como «o conto dos contos» e apresenta umha estrutura cíclica: o protagonista começa o relato com um nome e acaba-o ao recuperá-lo. Relaciona-se com os outros três pola repetiçom de algumhas frases que recordam o mundo, o ambiente, as personagens das outras «historietas».

O espaço é urbano, mas, afora primeiro que se situa em Alexandria, nos outros nom há localizaçom precisa como tampouco concretam a temporalidade. Esta imprecisom nestas coordenadas é própria da técnica narrativa do conto.

Apreciamos um grande domínio da linguagem em toda a obra. Exemplo disso som as múltiples locuções e giros que emprega na dedicatória para exprimir umha mesma ideia

«A Paquito, Rosita, Verónica e Cristina.
E mais a Maria Dolores e Juanín.
E também a Sara e a Maria.
E mais também a Elsinha. Etc. (12).

Nota-se também que o autor conhece e respeita o domínio lingüístico galaico-luso-brasileiro ao utilizar os distintos modismos de um conceito. Assim, numha das notas que introduz o autor na obra, dirigese aos «meninos» e «meninhos» vocábulos utililizados no território galego-portugues, aos «miúdos» e «rapazes», «pícaros» e «picarinhos» válidos para todos os domínios, aos «nenos» galegos, aos «rilhotes» de Santigo de Compostela, e finalmente também aos «garotos» e «cachopos» portugueses.

Os conhecimentos lingüísticos e literários do autor verificam-se nos calembures conseguidos com brilhantez, nas metáforas com significado duplo, na elecçom de palavras expressivas e insinuantes. Por exemplo a «aranha» representa no texto umha lámpada pero o próprio narrador está pensando no animal repugnante.

Finalmente, ao longo dos relatos, o leitor intui umha sociedade em decadência como também pode descobrir o seu florecimento. Em «Origem certa do farol de Alenxandria», «historieta» que abre a obra, Al-Farruk-O passa da miséria à riqueza para acabar no crepúsculo da época. Nas outras narraçons, a característica predominante som as condições precárias e alienantes do desemprego no «Palhasso Pomarasso», a degradaçom humana animalizada na «Carta a Ermelinda» e cousificada em «O home que nom tinha nome».

---

(11) Id. pág. 70.
(12) Id. pág. 7.

Apesar de todas estas qualidades literárias, advertimos alguns defeitos de impressom.

O autor introduz nos contos, ilustrações mui aclarativas e significativas com respeito ao seu conteúdo. Os adiantos da técnica da imprensa permitem reproduzir desenhos muito mais aperfeiçoados do que aparecem nesta 3.ª ediçom. Comparando-a com as duas anteriores, som estes debuxos demasiado carregados de tinta: os gravados figuram ser fotocópias mal tiradas.

Por outra parte, também nom destaca o título na capa polo pouco contraste das cores, pola sua disposiçom e pola eleiçom das letras o conjunto externo nom reflecte a genialidade da obra.

Observa-se na ortografia, umha alternância nas terminações derivadas do sufixo -anum, -onem latino: assim, o autor utiliza *alcatrão* (13), *mão, chão, tão* em todos os relatos, frente a *situaçom, anfitriom* (13), que também apareceriam com til de nasalidade nas grafias portuguesas.

IV. *Valoraçom pedagógica.*

Nom todas as obras que se estám a produzir em literatura galega contemporánea tenhem as qualidades pedagógicas necessárias para poder recomendá-las ao nível de ensino médio. Polo contrário, nesta achamos a riqueza de conteúdo, tanto social como cultural, a amplitude de léxico tam necessário para melhorar o dos discípulos. A fantasia, o mundo mágico e também os traços humorísticos e trágicos imbuem o seu espírito e fornecem-lhes ideias novas, originais.

A obra é útil a todos os níveis. Nos cursos inferiores, o elemento mais atraente é o humor que impregna todos os relatos e como nom, algumhas cenas sentimentais. Por exemplo, no primeiro relato, a discussom entre os deuses resulta picaresca pola malícia que acarreta o movimento do balanceio e a resposta da deusa Mireba a Alburnil.

O suspense mantido até o final da discussom entre eles é um dos elementos que desperta o interesse dos nosos leitores.

A esta idade, ficam encantados polo recurso à fantasia, interpretada por eles como umha espécie da magia própria dos contos de fadas. A ternura e o lirismo com que trata o autor as personagens de classe social baixa ou alienada é comovedora e suscita sentimentos de compaixom, ódio, rebeldia, etc...

Um dos maiores atractivos da obra som os debuxos, que suponhem umha distensom para qualquer leitor, mas sobretudo, para os nosos rapazes, a identificaçom com o mundo surrealista e onírico.

Para esta etapa, resulta exagerada a situaçom do palhasso quando perde o trabalho e lhe censuram na oficina de emprego o fazer rir à gente. Passa desapercibida a sua esquizofrenia ao inventar a gramática do riso. Apreciam, porém, o aspecto lúdico.

Mas o que nom se valora nos cursos inferiores, é objecto de atençom para os alunos mais maduros do ciclo superior. Eles, ademais de reconhecer as suas qualidades literárias e humorísticas, centrariam o seu interesse no aspecto humano: a filosofia da «Origem certa do farol de Alexandria»; o sarcasmo e cinismo da sociedade com o «Palhasso Pomarasso»; a originalidade da «Carta zoológica a Ermelinda»; a tragédia da perda de indentidade do «Home que nom tinha nome», situaçom trágica tingida de sátira e humor.

Livro de contos infantis?

Na apresentaçom da 3.ª ediçom, dizia o autor: «toda a literátura é infantil».

Igual que o Palhasso Pomarasso se refugia no «Livro dos días» e comparte com ele alegrias e tristezas, nós, adultos e rapazes, procuramos a evasom no mundo mágico, surrealista e misterioso da obra literária.

---

(13) Id. pág. 68.

Deuses antropomorfos nas nuvens, meio home divinizado irradiando a luz do florecimento sobre terra, um palhasso no desemprego chega à esquizofrenia contando-se chistes a si próprio, um jubilado inactivo perde o seu nome na biblioteca e recupera-o no ceu, umha carta zoológica a Ermelinda pondo por pautas o zunido das moscas e o croar dos sapos, e nós, rapazes e adultos, caminhando com eles polo crepúsculo das suas vidas.

□ □ □

NA BUSCA DA CONTEXTUALIZAÇOM ESCLARECEDORA DO UNIVERSO ROSALIANO

Maria do Carmo HENRÍQUEZ SALIDO

Francisco Rodríguez (1), catedrático de Instituto, é o autor deste texto, que reproduz a tese de doutoramento do mesmo título, defendida na Universidade de Santiago de Compostela em Janeiro de 1988. A obra é o resultado das leituras, estudos e trabalhos desenvolvidos desde 1970 até 1987, dedicados a lograr a contextualizaçom que esclarecesse o sentido do universo rosaliano. O autor toma como ponto de partida o exercício da análise e crítica intrínseca de toda a obra de Rosalia, tanto em galego como em espanhol, com a aspiraçom de constituir umha interpretaçom, em nengum caso fora da literalidade do texto, mas sempre à luz do contexto em que se tem produzido.

O autor, depois de ter consultado e manejado quase exaustivamente a bibliografia e material de hemerotecas, salienta:

> «... o sentido histórico da escrita rosaliana está falsificado. Non existe un caso tan evidente de distorsión entre o mito e a realidade, e non por idealización engrandecedora, senón por adaptación á subordinación da realidade social e política galega. Ignorância, descoñecimento, censura e manipulación sobre unha prática social e unha obra privaron de leitura(s) mais acaída(s) a escrita rosaliana...» (pág. 17).

Esta hipótese, reiterada nas páginas do livro, base do rigoroso trabalho, vai presidir a sua ingente tarefa, entre outras razons, também, para formular duras críticas contra certos críticos e até instituiçons, que desde a irresponsabilidade, caciquismo, estudos superficiais e despistes críticos, motivárom o autor ao seu empenho de «higiene pública».

1. O livro aparece organizado numha «Introduçom«, nove capítulos, um Colofom, Apêndices e Bibliografia. Na «Introduçom» (págs. 7-12) explicita a génese, etapas, investigaçons em hemerotecas, estudo da bibliografia e fontes, mas deixa bem claro que o centro da análise é a obra, nom a procura da dados para a explicar; assinala o método, as ediçons manuseadas e critérios para a reproduçom dos textos. No capítulo 1 (págs. 13-30) desenvolve a metodologia e objectivos, para qualificar o seu trabalho como umha tarefa de «higiene pública» e manifestar que o seu é um exercício de crítica literária na acepçom barthesiana. O axioma sobre o qual se assenta é a génese da literatura a partir das relaçons sociais, em toda a sua complexidade, o seu diálogo com a evoluçom da história.

---

(1) FRANCISCO RODRÍGUEZ (1988), *Análise sociolóxica da obra de Rosalia de Castro,* Ed. AS-PG, Vigo, 488 páginas.

1.1. No capítulo 2 (págs. 31-88) aprofunda na vida de Rosalia, inserida nas datas do início e consumaçom do processo de integraçom da Galiza como colónia no sistema capitalista internacional, em correlaçom com o ascenso e expansom do imperialismo no mundo. Serám variáveis explicativas da obra de Rosalia os problemas da propriedade da terra, a fame e miséria da populaçom galega —que busca umha saída na emigraçom—, os movimentos de protesto e de afirmaçom da Galiza perante a sua marginalizaçom, a eclosom intelectual e galeguista da mocidade galega e a funçom reivindicadora do idioma galego.

1.2. O capítulo 3 (págs. 89-118) constitui umha síntese panorámica em que aborda a atmosfera, vivida por Rosalia, a sua consciência sobre a passagem da sociedade 'patriarcal' à sociedade burguesa, a sua sensibilidade e compreensom perante a marginalidade, a injustiça e a opressom, nomeadamente da mulher. Pom em destaque a assunçom da luita contra os estereótipos da ideologia dominante (burguesa, eurocêntrica e espanholista), reflectida em *Cantares* e *Follas,* o qual suporá para a poeta um silenciamento, um desprezo e o castigo também post-mortem (pág. 110).

1.3. Os capítulos 4, 5, 6 e 7 (págs. 119-336), praticamente a metade do livro, estám dedicados ao estudo e análise das obras no seu sentido, na sua estrutura de sentimento, na sua tendência em relaçom com a história. As novelas rosalianas (págs. 119-212), que o autor nom considera como umha espécie de subproduto, som estudadas desde a sua génese, estrutura e funçom. Divide-as em dous grupos: as que tenhem umha experiência mais claramente biográfica e as que partem de umha intencionalidade mais ideológica e social. Enfatiza a importáncia dos textos destinados a denunciar a funçom da mulher escritora e o esforço da mulher por ser livre.

Cantares gallegos, «A criaçom de umha literatura nacional» (págs. 213-252) supom a concepçom da literatura como arma de dignificaçom nacional, de defesa da Pátria. Além de comentar e analisar os contributos da crítica, estuda a estrutura e comenta cada poema, reproduzindo a estrofe ou estrofes mais esclarecedoras em opiniom do autor; a funçom das vozes, as personagens monologantes ou dialogantes também som tratadas com rigor, pois «a mulher é sujeito e objecto da arte de *Cantares».* O vocabulário provincialista, mas com um forte anti-castelanismo, que logra posicionamentos anti-espanhois, supom um salto qualitativo a respeito de toda a ideologia galeguista anterior.

Follas novas (págs. 253-298), «A experiência histórica», é o texto que, em opiniom do autor, mais precisa de contextualizaçom histórica, física, prática e verbal. Recolhe opinions da crítica e declara-se seguidor da concepçom de Francisco Salinas (2) quem entende que Rosalia quer abranger um universo totalizante e globalizador. Além da estrutura do texto completo, detém-se mais polo miúdo em cada um dos cinco livros. As sucessivas vozes, a afirmaçom da consciência nacional galega no século XIX, o prezo da liberdade de pensar e o seu posicionamento para com a igreja ou a problemática feminina som abordados no livro mais dialéctico, crítico e convulsivo da poeta.

En las orillas del Sar (págs. 299-336) é analisado do ponto de vista da estrutura (divide-o em sete partes) e considerado como a sua «biografia profunda», pois o livro «nom é mais que praticamente cem folhas do coraçom e do pensamento rosaliano, deixados como testamento« (pág. 318).

1.4. O papel da obra na trajectória de normalizaçom lingüística e cultural do País aborda-se no capítulo 8 (págs. 337-372). Aprofunda nas questons do bilingüismo (se pode ser caracterizador da obra de Rosalia), do «status» do idioma, do abandono do galego como língua oral por parte das classes camponesas, da sua atitude a respeito do galego, do seu propósito de promover a consciência nacional com o uso do galego e mesmo do seu compromisso, nom isento de contradiçons e de renúncias explícitas. O autor tenta explicar a ideologia lingüística dominante e rebater opinions de críticos como Alonso Montero, Henri Poullain ou Pedro Fernández-Velho.

---

(2) ROSALIA DE CASTRO (1880), *Folhas novas* (Ed. crítica de E. Souto e Prólogo de F. Salinas), Ed. AGAL, A Corunha, 1985.

1.5. O capítulo 9 (págs. 373-420) está dedicado à dialéctica sócio-literária e política que levou à integraçom falsificada de Rosalia. Rosalia só é responsável da criaçom da sua obra, nom o é da lenda que a recobre, quer dizer, do «processo de beatificaçom» e de glorificaçom estupefaciente com cheiro de naftalina, manifesta na «Casa-Museu».

1.6. No «Colofom» (págs. 421-426) expom a sua síntese e conclusons: nos «Apêndices» (págs. 427-460) reproduz umha mínima parte do material documental e na «Bibliografia» (págs. 461-482) recolhe alfabeticamente as obras citadas.

2. No seu conjunto o livro constitui umha eloqüente prova de um titánico trabalho, fundamentado na bibliografia, em jornais e revistas da época e diverso material de hemerotecas. Nom provoca surpresa a sua pública denúncia contra a «Real Academia Gallega»:

> «... modelo de institución rexida caciquilmente e tan irresponsabelmente que se pode escoitar, de boca do seu bibliotecário, sen apenas inmutar-se, ante a nosa petición para ler umha carta manuscrita de Fernán Caballero sobre *El caballero de las botas azules* que consta foi lida, hai anos, polo profesor Carballo Calero, esta frase arrepiante: 'Extraviei-na'» (pág. 10).

Este ingente trabalho reivindica de modo singular toda a obra de Rosalia e supom um fito importante nos estudos rosalianos, na linha do Mestre Carvalho Calero. O leitor achará um texto bem redigido, com explicaçons, análises, interpretaçons e comentários bem formulados e quase exaustivos, conduzentes, entre outros factos, a desautorizar a críticos —movidos por ignorância, desconhecimento, censura e manipulaçom sobre umha prática social e umha obra— quem provocárom a falsificaçom da escrita rosaliana.

2.1. Entre os estudiosos desqualificado com rigor em várias páginas do livro cumpre salientar a Alonso Montero, objecto mesmo de duras e acertadas críticas nas numerosas notas inseridas a final de cada capítulo. Sirvam como amostra, entre outras, as referidas às insinuaçons de que por aquelas datas a língua oficial dos paços era o castelhano (pág. 249), à afirmaçom de que Rosalia fosse na Galiza «generalmente, comprendida y aplaudida» (pág. 250), à análise dos códigos ideológicos de Rosalia em que coincide com F. Salinas, defrontadas a opinions como as deste professor da Universidade de Santiago (pág. 298), ou, já para finalizar, à afirmaçom sobre a crença de Rosalia de que se tinha chegado ao limite das possibilidades culturais do galego (pág. 339).

O autor corrige, assim mesmo, a opiniom de Marina Mayoral, quando afirma: «Hay que decir que Rosalía es comprensiva con el pecador arrepentido, pero durísima con los pecadores felices, o, más exactamente, con los que ella considera así» (pág. 247).

Explicaçons mais extensas dedica a Claude Henri Poullain, para nom concordar com a sua tese de que o «bilingüismo», formulado de maneira tam simples e singela, caracteriza a obra de Rosalia, assim como o facto de que poda explicar em parte a sua evoluçom poética (pág. 339 e nota), como passamos a ver.

2.2. Especial interesse para nós oferece o capítulo 8, pois a língua, antes de mais nada, é um fenómeno social. Temos que concordar no fundamental com o autor a respeito da normalizaçom do «status»; porém, acha-se muito em falta o facto de o autor nom ter dedicado nem umha linha só a abordar o problema da normalizaçom do «corpus».

A sociolingüística de hoje é quase unánime ao afirmar que as tarefas planificadoras do «status» devem ser simultáneas com as tarefas planificadoras do «corpus». Resulta fácil deduzir da focagem que elabora o autor a utilizaçom do sintagma «normalizaçom lingüística» num nível de extrema ambigüidade. A consideraçom do «status» e do «corpus» é condiçom indispensável para dar explicaçom cabal dos conflitos sociolingüísticos.

O autor deveu (?) valorizar o papel da obra rosaliana no processo de normalizaçom lingüística e ter muito presente que Rosalia estava imersa num ambiente dominado por um discurso, freqüente nos procesos de construçom de umha língua padrom, que sobrevive e está, inclusive, fortemente presente na Galiza de hoje. No século XIX, como na actualidade, o espanhol funciona como umha língua «que se estuda e deve ser estudada nos livros» por oposiçom ao galego umha língua «que chega com mamar dos peitos das mais». Rosalia tomou consciência lucidamente desta marcada oposiçom e por isso declara escrever «sem regras», com faltas de ortografia. Esta limitaçom da poeta conectava com a sua experiência

directa, com a ideologia dominante em virtude da qual as línguas som objecto de estudo, mas os dialectos nom o som.

Rosalia vai para além do discurso dominante no século XIX, bem patente na Galiza de hoje, caracterizado por defender, simplesmente, a normalizaçom dos usos —planificar o «status»— sem ter em conta a planificaçom do «corpus». Esta «carência» de estudo da língua galega (quer dizer, da oposiçom «língua estudada / língua mamada»), é a que poderia contribuir a explicar que Rosalia nom escreva com o mesmo rigor nas duas línguas. As condiçons do mercado editorial (sempre presente!) e a nom aceitaçom por parte dos editores das condiçons que a poeta lhes impunha, assim como o deterioro do seu estado físico, evidentemente, dariam resposta ao nom emprego do idioma galego a partir de 1880.

2.3. Que Rosalia, como outros escritores ou gramáticos do século XIX, quer contribuir a dignificar a língua e cultura do seu País, a universalizar a sua cultura, é umha asseveraçom que nom deveria merecer discusom. Noutro lugar (3) temos demonstrado que segundo as opinions dominantes na época, para dignificar um idioma, deveria contar com umha gramática e, evidentemente, com umha literatura. Rosalia declara-se consciente desta necessidade (por ex. no Prólogo de *Cantares).*

Nessa altura, além disto, já na Galiza se podiam escuitar vozes ou ler textos (lembremos a escrita utilizada por Pintos) com referências à importância de Portugal para a cultura galega. O autor, por exemplo, recolhe opinións como as de Balbín de Unquera quem assegurava que os galegos contavam com o apoio da literatura portuguesa: «Tomar lo que se necesita de allende el Miño para escribir en gallego, es como tomarlo del propio peculio» (pág. 368). Rosalia, felizmente, tivo que conhecer estas proclamas.

2.4. Para concluirmos, os estudos do professor Francisco Rodríguez atingírom amplamente os objectivos propostos, as conclusons rigorosamente elaboradas conseguírom desautorizar opinións como as de Alonso Montero.

Nas próximas ediçons recomendaríamos cuidar a língua nalgumhas páginas (por ex. na pág. 243 «seguer», «convertir», «xeralizada», etc.), fruto, sem dúvida da situaçom de anormalidade vivida nas imprensas da Galiza e de que todos somos vítimas.

(3) MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO (1986), «As gramáticas do galego do século XIX», im Actas do *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (1984). Ed. AGAL, A Corunha, págs. 442-468.

PUBLICAÇONS RECEBIDAS E DE INTERESSE

Angelo Brea, *Livro do caminho,* Fundação Europeia «Viqueira», Cadernos do Ponvo, Ponte-Vedra. Braga, 1989.

Primeiro poemário do autor, em que, segundo M.ª Rosa da Rocha, «apresenta a idiosincrasia galega sobre o fundo Galecia de todos os tempos: Lingua, Paisagem, Vocação lirica».

X. Torres, *Adiós, Maria,* Vigo, 1989, 2.ª ed.

Reediçom do romance que publicaram pola primeira vez no ano 1971 as Ediciones Galicia, do Centro Gallego de Buenos Aires. Narra a história de Maria, rapaza viguesa que sofre as conseqüências derivadas da dupla condiçom de seu pai ser desempregado e emigrante.

A. Avilês de Taramancos, *Nova crónica das Indias,* Vigo, 1989.

Primeiro livro de relatos que publica o conhecido poeta; tem como referência reiterada o périplo colombiano do autor durante os anos sessenta e setenta.

Vários Autores, *Muralha de Crescórnio,* A. C. Cidade Velha, Santiago de Compostela, 1989.

O volume recolhe as narraçons premiadas no «I Certame de Relato Curto» organizado pola Associaçom Cultural Cidade Velha, que também edita o livro. Os autores son H. M. Rabunhal Corgo, que tivo o primeiro prémio com «A morte de Frank Hengist», H. da Costa, J. C. Quiroga Díaz, M. Suárez Abel, D. Asorey e R. N. Rodríguez.

Ramom Otero Pedrayo, *Teatro de máscaras,* Vigo, 1989.

Trata-se da reediçom das dezasseis peças breves escritas por Otero antes da Guerra Civil espanhola (1936-39); constituem umha manifestaçom mais da modernidade e do talento que singularizam o labor literário oteriano. Lamentavelmente o texto está deturpado pola teima «normativista» das «autoridades galeguizadoras» reconhecidas pola Espanha oficial.

Imma A. António, *As águas mudas,* Cadernos da Escola Dramática Galega, núm. 79, Corunha, 1989.

É a obra ganhadora do «X Concurso de Teatro Breve», organizado pola entidade editora e em que, mais umha vez, fica salientada a força dramática e a beleza literária.

João Padrão, *Itaca, Pessoa[s]... e o «hic et nunc» de Mr. Pickwick o Tempo de Pedra,* Fundação Europeia «Viqueira», Cadernos do Povo, Ponte-Vedra. Braga, 1989.

Inclui três peças teatrais, independentes, mas que aparecem como partes de um conjunto bem tramado: «constituem, cada um de per si, a estalagem onde o mesmo Viajanta pára para reflectir».

Alfred Jarry, *Ubu, Rei,* Cadernos da Escola Dramática Galega, núm. 80, Corunha, 1989.

Peça bem conhecida do teatro universal, traduzida agora para galego por H. Harguindey Banet.

Ricardo Carvalho Calero, *Estudos e ensaios sobre Literatura Galega,* Eds. do Castro, Col. Ensaio, Sada-Corunha, 1989.

O Professor recopila neste volume um conjunto de conferências, discursos, comunicaçons, estudos críticos, alguns já editados com anterioridad e outros inéditos, sobre questons genéricas de Literatura Galega; entre os autores estudados cabe salientar Rosalia Castro, Pondal, Castelao, Otero Pedrayo, Luís Seoane, Cunqueiro e Díaz Castro. Inclui também umha resenha de *Origem certa do Farol de Alexandria»,* de João Guisan Seixas, ultimamente reeditado pola Associaçom Galega da Língua.

Ricardo Carvalho Calero, *Escritos sobre Castelao,* Barcelona, 1989.

No volume a obra narrativa, a teatral e certos aspectos da concepçom sociolingüística de Castelao sobre a Galiza son analisados magistralmente polo Professor, porque, para além de amigo do Castelao, se tem revelado como um dos mais lúcidos estudiosos.

M. A. Fernám-Velho e F. Pilhado, *A nación incesante. Conversas con X. M. Beiras,* 1989.

Nesta longa entrevista o Prof. Beiras censura a 'repressom inquisitorial' que o ILG exerce sobre o uso livre de galego, sobretudo, contra o reintegracionismo, cuja ligitimidade nacional galega reconhece o autor de modo explícito.

X. M. Salgado e X. M. Casado, *X. L. Méndez Ferrín,* Barcelona, 1989.

O protagonista do livro tenta explicar e justificar nele a sua trajectória política e literária. Numha certa altura indica, por exemplo, que galego e português som a mesma língua, mas justifica as divergentes ortografias polo facto de os sistemas fónicos (ele diz «fonolóxicos») galego e português serem diferentes.

C. Blanco, *Conversas com Carvalho Calero* [permitimo-nos escrever como escreveria o saudoso professor], Vigo, 1989.

Este livro de entrevistas, concedidas havia já tempo polo Prof. Carvalho Calero, perdeu decerto interesse por ser publicado bastante depois do magistral *Conversas em Compostela com Carvalho Calero* (Barcelona, 1986), sustentadas por F. Pilhado e M. A. Fernám-Velho.

M.ª X. Queizán, *Evidencias,* Vigo, 1989.

A autora reune no livro alguns dos seus trabalhos conhecidos e outros inéditos, que abordam globalmente o mundo da mulher, da língua e da literatura.

AA. VV., *Actas do Congresso Castelao* (J. G. Beramendi e R. Villares editores), Universidade de Compostela, 1989, I e II Volumes.

Merece a pena destacar que o Congresso, celebrado em 1986, nom foi mediatizado ideologicamente (como si aconteceu, e denunciamos, no *Congresso de Romanística,* 1989). Destarte podem-se ler nestas *Actas* valiosos trabalhos dos Profs. Abraira, Carvalho Calero, Costa Casas, Fernández Velho, Fontenla Rodríguez, Gil Hernández, Henríquez Salido, Herrero Figueroa, Marco López, Monterroso Devesa, Paz Rodríguez, Rábade Castinheira, Souto Presedo, entre outros.

Revista *Nós,* núms. 13-18, *Homenagem ao Prof. Guerra da Cal,* Ponte-Vedra. Braga, 1989.

O volume, de um total de 557 páginas, compreende as secçons «Ensaio», «Literatura», «Linguistica», «Sociolinguistica», «Ensino«, «Historia da Educação», «Historia», «Antropologia», «Criação literaria», «Noticias» e «Documentos». Colaboram, entre outros, os senhores Franco Grande, Prieto Alonso, Azevedo Filho, Carlos Reis, Montero Santalha, Herrero Figueroa, Pires Laranjeira, Alonso Estravis, Garcia Vessada, Rabunhal Corgo e Gil Hernández, Carvalho Calero, Marinhas del Valle, Brea Hernández, Aldrei Rodríguez, etc.

Temas de O Ensino, núms. 14-20, Ponte-Vedra. Braga, 1988-1989, *A Lusofonia...*

Neste volume aborda-se o problema da unificaçom ortográfica de galego, português e brasileiro, numha primeira parte, e, numha segunda, a política cultural e lingüística da Lusofonia.

Renovação, núm. 2, Madrid, Janeiro de 1990.

Orgão da «Embaixada Galega da Cultura», que agrupa pessoas nacionalistas e reintegracionistas residentes em Madrid. O número inclui um comunicado em defesa do Prof. Mário Alonso Nozeda e dedica-se fundamentalmente a criaçom literária (poesia, teatro, relato breve).

CORREIO

A ORTOGRAFIA VIGENTE

Decerto, que saibamos, a Galiza é a única naçom em que existem nacionalistas que propugnam afervoradamente o emprego da ortografia usada polos usuários da língua da naçom que aqueles consideram historicamente responsável da perda polo nosso país dos direitos inerentes à nacionalidade. Entre esses nacionalistas hai-nos sumamente radicais, partidários nom já do direito de autodeterminaçom para a sua pátria, princípio normal para todo nacionalista, mas também de exercitar esse direito pola via do autogoverno soberano. Esses independentistas no terreno político som muitas vezes menos independentes do que creem. Em primeiro termo, nom possuem um conceito galego de Galiza. Galiza é para eles o que assi denomina a Administraçom estatal. A ideia de que Galiza poda exceder os limites das quatro províncias de Astúrias, Leom e Zamora lingüísticamente galegas, é umha ideia que nom conta para a sua doutrina. É como se o país basco-francês se considerasse alheio a Euscádi polos nacionalistas basco-espanhóis. Assi que é a Administraçom espanhola a que fixa para estes nacionalistas galegos os limites da Galiza. Som tributários mentais da filosofia nacional castelhana. Portanto, nom nos causa demasidada surpresa que creiam que a ortografia castelhana é a ortografia galega. Uns nacionalistas galegos que aceitam como definitiva a ortografia castelhana som no terreno lingüístico qualquer cousa menos nacionalistas. Chamo ortografia castelhana aquela que a burocracia oficial e a sua clientela dérom agora em chamar «ortografia vigente», como se fosse a única em vigor. Porque essa ortografia «galega», a ortografia decretal, nom é mais que umha adaptaçom «regional» da ortografia espanhola. Leva, pois, o carimbo do conformismo provinciano: simplica foneticamente a representaçom dos fonemas ou alofones que nom se dam no castelhano actual; e na distribuiçom dos restantes grafemas atém-se disciplinadamente ao uso da língua do Estado. O mesmo no que se refere ao regime de acentaçom, salvo, naturalmente, os casos de palavras agudas terminadas em ditongo descendente, que nom se dam em castelhano. Que esta ortografia seja chamada galega é umha verdadeira perversom semântica.

Pôr o problema da ortografia galega como se o galego nom tivesse sido nunca umha língua escrita, como se nom existisse mesmo hoje umha escrita que continua a tradiçom da antiga grafia galega, supom renunciar à nossa história. Se o galego há de escrever-se para sempre com essa ortografia castelhanizante, quê significa o conceito de nacionalismo na mentalidade daqueles que mesmo se assanham perante o uso de umha ortografia histórica? Isso nom se pode chamar nacionalismo.

Alguns dos primeiros escritores do Ressurgimento romântico —mas só alguns— botárom mao da ortografia castelhana para escrever o seu galego porque nom conheciam outra e nom estavam em condiçons de restaurar eruditamente a língua escrita. Mas hoje, com um aparelho administrativo teoricamente ao serviço da normalizaçom da nossa cultura imos persistir na dependência indefinidamente? Logo, esse aparelho tem como missom manter a posiçom subalterna do galego. E essa política ortográfica acha a conformidade de pessoas que se chaman nacionalistas?

Que lavados de cérebro ou que retortas estratégias políticas podem ser causa de aberraçons como estas?

C. Martínez Areal

ÍNDICE DO TOMO V - Ano 1989*

	Secçom, n.º e página
Aracil, Ll. V., Questionário de História contemporánea	E-XVII-5
Brea Hernández, A., A Catástrofe, relato breve de Eça. Comentários	N-XX-459
Carvalho Calero, R., Discurso político e discurso poético na literatura galega moderna	E-XIX-291
Carvalho Calero, R., Ensaios sobre narrativa galega de após-guerra	E-XX-419
Carvalho-Calero Ramos, M. V., A revista «Nós» e a arte de vanguarda.	E-XVIII-131
Casteleiro López, P. M., A morte nas maos dum druida	A-XIX-360
Cobo, F., A escrita da História. Teoria e métodos	R-XVII-115
Costa, M. A., Produção e difusão de cultura no século XVIII	N-XVII-55
Costa, M. A., Poemas	A-XX-492
Delgado Corral, C., Salgueiro: a voz de um autor de ficçom	N-XIX-331
Doce, A., «O traço de uniom entre o verbo e o pronome»	C-XVII-121
Eirim, X., «Galiza, tupi ou nom tupi»	C-XVII-124
Elia, S., Um grande da Galiza	N-XVIII-155
Feijoo, J. A. S. Lopito, Dois poemas	A-XX-494
Fernández Díaz, M. C., Um bico, umha aperta	A-XVIII-193
Fernández Leiceaga, J., A transnacionalizaçom da economia	E-XIX-303
Ferreiro, C., A meiga do Leres	A-XVII-75
Gabriel, N. de, O «Congreso Pedagógico» de Barcelona (1888) e a reivindicaçom didáctica da língua galega	E-XVII-17
Garcia Couceiro, R., Três contra trezentos	C-XIX-411
Gil Hernández, A., A Catástrofe, relato breve de Eça. Comentários	N-XX-459
Gómez Blanco, C., Reflexons sobre a crítica literária actual	E-XIX-321
Gutiérrez Marin, L., A Origem certa do farol de Alexandria	R-XX-527
Henríquez Salido, M. C., Na busca da contextualizaçom esclarecedora do universo rosaliano	R-XX-533
Lins, R. Lima, Cultura e resistência (obedecer ou dissimular)	N-XX-478
Marinhas del Valle, J., Testemunha de umha lealdade	En-XVIII-197
Martínez Areal, C., A ortografia vigente	C-XX-539
Martul Tobio, L., O popular em *Um olho de vidro* de A. R. Castelao	E-XVII-33
Meira, M., A Galiza é comunidade lusófona	C-XVIII-283
Mello, C. de, Poemas	A-XVIII-181
Mollá, T., A terceira via valenciana	N-XIX-342
Montenegro, V., A chave das noces, de X. P. Docampo	R-XVII-116
Montenegro, V., Val de Ramirás, de A. Angueira	R-XVII-118
Montenegro, V., História do cerco de Lisboa, de J. Saramago	R-XVIII-279
Montenegro, V., Cuarteto para unha noite de verao, de Fernán-Vello.	R-XIX-405
Montero Santalha, J.-M., Na morte de Rodrigues Lapa	IM-XVII-109
Montero Santalha, J.-M., Ares da raia, de João Verde	R-XIX-406
Montero Santalha, J.-M., Quatro vilancicos mindonienses da terceira década do século XIX	E-XX-433
Monterroso Devesa, J.-M., No nome da mai	N-XVII-59
Monterroso Devesa, J.-M., Testemunha de umha lealdade	En-XVIII-197
Oliveira, J. A., Poemas	A-XX-496
Penas Patinho, J., O fenómeno incendiário e a sua incidência na Galiza.	N-XVIII-163
Rabunhal Corgo, H. M., Apresentaçom da vida e da obra de C. E. Ferreiro	N-XVII-65
Rabunhal Corgo, H. M., Testemunha de umha lealdade	En-XVIII-197
Rabunhal Corgo, H. M., Dous contos	A-XX-487

---

* Seguem a cada título as letras *E*(studos), *N*(otas), *A*(ntologia), *En* (Entrevista), *D* (Documentaçom e Informaçom), *R*(ecensons), *C*(orreio), *IM* (In Memoriam), que correspondem às secçons da revista; a numeraçom romana XVII (Primavera), XVIII (Verao), XIX (Outono), e XX (Inverno) corresponde aos quatro volumes do ano; os números arábicos remetem às páginas do tomo.

Redacçom:

A Administraçom denega subsídios sistematicamente à AGAL DI-XVII-95
A AGAL denuncia atitudes sectárias e descriminatórias DI-XIX-393
A AGAL dirige-se ao Presidente da Audiência Territorial DI-XVII-93
A AGAL exige dos poderes políticos que cumpram DI-XIX-383
Acordo ortográfico para a Lusofonia DI-XVIII-260
Acordo ortográfico para a Lusofonia: mais umha vez DI-XVII-104
Actas do II Congresso da AGAL DI-XIX-370
Actividades da Associaçom Reintegracionista de Ordes (A.R.O.) DI-XVII-103
Apresentaçom da Revista Agália DI-XX-500
Apresentaçom de Fogo Cruzado DI-XIX-376
Apresentaçom de livros publicados pola AGAL DI-XIX-373
Apresentaçom do número 12 da revista Agália DI-XVII-102
Apresentaçom do número 18 da revista Agália DI-XX-502
A propaganda institucional também nom chega a Agália DI-XVIII-270
As «cousas» da Filologia na Universidade compostelana DI-XIX-397
As «cuestiúnculas» do escritor Ferrín DI-XX-516
As Deputaçons na Galiza premiam os «seus colaboradores» DI-XVII-97
Canais de TV e direito a receber informaçom DI-XX-524
Clube reintegracionista do Salnês DI-XX-505
Conclusons do II Congresso de Escritores celebrado em Lugo DI-XIX-397
XXI Congresso Brasileiro de Língua e Literatura DI-XIX-397
XIX Congresso de Lingüística e Filologia Românicas: um congresso seqüestrado DI-XIX-400
III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa DI-XIX-371
Curso da AGAL em Ourense DI-XIX-381
Das letras galegas. Das «letras galegas» DI-XVIII-253
Degradaçom lingüística na televisom galega DI-XVIII-271
Dos «obsexos» ortografistas DI-XX-522
Em Buenos Aires os cursos de galego reintegrado... ..... DI-XVIII-262
Encontros de sociolingüistas bascos, cataláns, galegos e portugueses . DI-XVIII-248
Finou Celso Cunha IM-XVIIII-277
Folhas Novas e Guia prático de verbos, livros bem vendidos DI-XVII-96
Informar desinformando DI-XX-514
Mais irregularidades administrativas DI-XVII-100
Mais sobre descriminaçom «por razón de la lengua» DI-XVII-87
Memória da história DI-XVII-108
Morreu Aurélio Buarque de Holanda IM-XVII-112
Morreu Joaquim Lorenzo, «Xocas» IM-XX-525
Na morte de Fernando Namora Im-XVII-112
Nova apresentaçom de Fogo Cruzado. Palavras de Novoneyra DI-XX-501
O «bilingüismo» também na U.R.S.S. DI-XVII-107
O discurso do femenino em Rosalia analisado num congresso no Quebeque DI-XVIII-273
O galego, «asignatura» pendiente na Justiça DI-XVII-106
O professor Joan Coromines, premiado polo Ministério de C. DI-XVIII-259
O reintegracionismo, mais umha vez afastado dos foros DI-XX-518
Os concelhos convocantes do prémio Blanco-Amor Di-XVIII-267
Os livros da AGAL entre os mais comprados DI-XIX-382
Outra convocatória e outra descriminaçom da Conselharia DI-XVIII-268
Outra sentença judicial em galego-português DI-XX-512
Publicaçons recebidas e de interesse R-XVII-120
R-XX-537
Reelegido o actual Conselho da AGAL DI-XX-499
Renovação, Embaixada Galega da Cultura. Madrid DI-XVII-102
Resposta da presidência da AGAL ao Director Geral DI-XX-520
Segue a descriminaçom contra o Prof. Alonso Nozeda DI-XVIII-254
Semana Braga-Galiza. Encontro de Lusofonia DI-XIX-395
Seminário de galego DI-XX-500
Seminário sobre métodos e procedimentos de análise textual DI-XX-503
Sentença judicial a favor do Prof. Lôpez-Suevos DI-XVIII-256
Sentenças da Sala do Contencioso-Administrativo DI-XVIII-262
Simpósio Celso Emílio Ferreiro DI-XVIII-243

I Simpósio Internacional sobre Cultura Angolana DI-XIX-396
Sobre O moldávio, a sua oficialidade e a sua escrita DI-XX-523
Sobre os Irmandinos DI-XVII-108
Sobre o til DI-XIX-365
Socializaçom do reintegracionismo DI-XVII-105
Solidariedade com o Prof. Alonso Nozeda DI-XVII-92
Um contencioso surpresivo contra a Universidade de Santiago DI-XIX-387
Um contencioso surpresivo (e 2 ?). Já há sentença DI-XX-505
Umha organizaçom política, culturalmente reintegracionista DI-XX-522
Rivera Cascudo, M. M., A Origem certa do farol de Alexandria R-XX-527
Rodrigues Fernandes, J. R., Brevidades e Conversas do nosso extermínio . A-XVII-78
Rodrigues Fernandes, J. R., Carta aberta para tentar frear o suicídio do Povo Galego C-XIX-412
Rodríguez Aldrei, I., A Catástrofe, relato breve de Eça. Comentários N-XX-459
Roivás Painceira, P., Ortigueira na cultura galega, de M. L. Foxo R-XVIII-280
Souto, I., Umha ave hai na noite A-XVIII-183
Souto Presedo, E., Imagens de mulher (a representaçom do feminino nalguns poemas de Carvalho Calero) E-XVIII-139
Souza, J., Poemas A-XVIII-181
Sueiro, A., Ruiva mulher de esperança A-XVII-81
Vales da Oliveira, R., Galiza: «cañí» or not «cañí» C-XVIII-282
Valinho Álvarez, R., Périplo e rapsódia A-XIX-353
Vilamor, R. de, Bibliografia de Lingüística Portuguesa R-XVII-119
Vilas Nogueira, J., O «direito» à informaçom mendaz... . . . . E-XVII-47
Vilhar Trilho, X., A inadequaçom do modelo de separaçom lingüística escolar em Euskádi E-XX-449

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro numeros): Membros da AGAL ..... 2.000 ptas.
Península Ibérica ..... 2.800 ptas.
Europa ..... 3.200 ptas.
Resto do Mundo ..... 3.500 ptas.

NOME .....

MORADA .....

.....

LOCALIDADE _____ PAÍS _____

DATA _____/_____/_____ **ASSINATURA**

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número _____ inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

- ☐ Transferência bancária à conta corrente n.º 942/3 da Caixa de Aforros Provincial de Ourense (Suc. de Calvo Sotelo), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.
- ☐ Talom bancário nominal adjunto a nome da AGÁLIA.
- ☐ Giro postal ou giro urgente n.º _____.

A G A L ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos _____

D.N.I. _____ Profissom _____

Endereço (Rua, Praça) _____

Vila, Cidade _____ País _____ Tfno.(_____) _____

Data de nacimento _____/_____/_____ **Quota Anual/Trimestral/Mensal**

Modo de pago: Ingresso directo na c/c núm. 06566121 (Caixa Postal de Ourense). Quando se verifique o pagamento anual (3.600 ptas./600 ptas/300 ptas.) pode domiciliar-se. A tal efeito roga-se juntar a este boletim notificaçom do número de c/c, Banco ou Caixa, Sucursal e localidade.

Quotas: **Normal:** 3.600 ptas./ano (300 ptas./mês).
Estudante e desempregado: 600 ptas./ano (50 ptas./mês).
Menores de idade: 300 ptas./ano (25 ptas./mês).

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Redacçom: Aptdo. 560 - 15080-Corunha.
Aptdo. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Aptdo. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Aptdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA

Publicaçons da Associaçom Galega da Língua

- *Colecçom «Universália»*

  Lôpez-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais,* 1983. (Esgotado).

  Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego,* 1983. 169 págs. (Esgotado).
  2.ª Ed.. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

  Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas,* 1984. 349 págs.

  Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego,* 1985. 318 págs.

  Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

  Lôpez-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural,* 1987, 224 págs.

  Souto, Elvira: *Contribuiçom ao estudo do romance iniciático galego,* 1987, 95 págs.

  Haller, Michel, *Tratado de contraponto e de composiçom contrapontística.* Traduçom e adaptaçom de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

  Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados.* 1988. 128 págs.

  Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1989. 928 págs.

  Monterroso Devesa, J.M.: *Apelidos galegos.* 1989. 32 págs.

- *Colecçom «Clássicos»*

  Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón,* Ediçom, estudo e adaptaçom ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

  Rosalia de Castro: *Folhas Novas,* Ediçom e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

- *Colecçom «Criaçom»*

  Manuel Maria: *A luz Ressuscitada,* Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

  Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985),* 1986. 192 págs.

  Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura,* 1987, 170 págs.

  Béjar, Julio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

  João Guisan Seixas, *Origem certa. do farol de Alexandria* (re-ediçom), 1989, 88 págs.

- Revista *AGÁLIA.* Publicaçom trimestral desde o ano 1985. 128 págs.

  Revista *AGÁLIA.* Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo,* dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

  Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economia de Galiza,* dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

A G A L ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

Preço 850 ptas. (sem IVA)
Número avulso